



Relatório
Anual **2017**





Relatório Anual **2017**

Fundação Banco Central
de Previdência Privada

Brasília, abril de 2018



Centrus





Visão de Futuro

Previdência como garantia de qualidade de vida e segurança



Missão

A instituição e operação de planos de previdência que atendam às expectativas dos participantes, assistidos, patrocinadores e instituidores



Valores Organizacionais

Comprometimento, Ética, Excelência, Foco nos Resultados, Respeito em todas as Relações, Sustentabilidade e Transparência





SUMÁRIO



APRESENTAÇÃO

- Mensagem do Diretor-Presidente **7**
- Institucional **9**
- Governança **10**
- Ações em destaque **11**
- Comunicação **12**



GESTÃO

- Previdencial **15**
- Financeira **27**
- Administrativa **34**



ANEXOS

- Política de Investimentos **37**
- Demonstrativos de Investimentos **50**
- Comparativo de Rentabilidade **54**
- Composição da Administração dos Recursos **55**
- Enquadramento das Aplicações **58**
- Custos Incorridos com a Administração **58**
- Demonstrações Contábeis **59**
- Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis **116**
- Avaliação Atuarial **119**
- Parecer do Conselho Fiscal **138**
- Aprovação das Contas pelo Conselho Deliberativo **139**



APRESENTAÇÃO





Mensagem do Diretor-Presidente



A lenta melhora dos indicadores econômicos brasileiros observada durante o exercício de 2017, após longo período recessivo, não produziu alteração significativa no ânimo dos agentes econômicos.

A elevada taxa de desemprego e o alto endividamento das famílias contrastaram com um quadro de inflação baixa, trajetória de juros

declinante, ambiente externo benigno e, sobretudo, ausência de pressões importantes de preços no horizonte relevante de política monetária.

Esse cenário indica que a recuperação econômica ganhará tração ao longo do próximo ano, prevalecendo sobre as incertezas, especialmente as inerentes ao pleito eleitoral.

Aos poucos, à medida que a recuperação se consolida, deveremos voltar as atenções às questões estruturais da economia brasileira, entre as quais uma reforma previdenciária que busque o equilíbrio na distribuição dos sacrifícios e atue em defesa do benefício para as gerações futuras.

Conceitos como o valor da acumulação gradativa de poupança precisam ser resgatados, bem como perfis distintos de aplicação devem ser melhor identificados, diferenciando fundos financeiros de fundos previdenciários.

Nesse contexto, a Centrus tem o compromisso de intensificar o trabalho de conscientização previdenciária, ação que deverá fortalecer a ideia de que um fundo de pensão sério e

bem administrado, com o peso da chancela do Banco Central do Brasil, é um valor inestimável, de indispensável preservação da qualidade de vida dos seus participantes e dependentes.

Igualmente, cumpre continuar trabalhando pela perenidade e solidez da Fundação com a energia e a inovação necessárias ao êxito completo de sua missão.

A expectativa é que as medidas de racionalização de custos, diversificação de investimentos e comunicação ágil e transparente adotadas em 2017 se traduzam na manutenção dos bons resultados, produzidos por colaboradores motivados a buscar cada vez mais eficiência e a contribuir nesta importante fase de formação da consciência previdenciária, de forma a proporcionar alta satisfação e segurança máxima aos participantes atuais e futuros em relação à gestão de seus recursos e ao atendimento das demais demandas de seu interesse.

Altamir Lopes

Diretor-Presidente





Institucional

A Fundação Banco Central de Previdência Privada - Centrus tem uma história de 37 anos, marcada pela solidez e credibilidade no segmento de previdência complementar. Atualmente, administra três planos de benefícios, sendo o Plano Básico de Benefícios - PBB e o Plano de Benefício Definido Centrus - PBDC categorizados como de Benefício Definido - BD e o Plano de Contribuição Definida - PCD, classificado como de Contribuição Definida - CD.



PBB

1.849

PESSOAS VINCULADAS



Patrocinado pelo Banco Central do Brasil, reúne seus funcionários aposentados até 1990, seus beneficiários e os pensionistas de benefícios concedidos até 1990.

PBDC

310

PESSOAS VINCULADAS



Patrocinado pela Centrus, tem como participantes seus empregados e ex-empregados e respectivos beneficiários.

PCD

1.504

PESSOAS VINCULADAS



Sob o patrocínio não contributivo do Banco Central e contributivo da Centrus, é integrado por servidores e ex-servidores da autarquia, empregados e ex-empregados da Fundação e respectivos beneficiários.

Localização e Contatos

SCN Quadra 2 - Bloco A
Ed. Corporate Financial Center - 8ª andar
CEP 70712 900 - Brasília (DF)

+55 (61) 2192 1414

0800 704 0494 | *Atendimento*

(Ligação nacional gratuita de telefone fixo)

www.centrus.org.br

ouvidoria@centrus.org.br

[@centrus_previdencia](https://www.instagram.com/centrus_previdencia)

Governança

O modelo de governança corporativa da Fundação compreende as melhores práticas, tendo como pilares a responsabilidade, a ética, a transparência, a equidade, a prestação de contas e o equilíbrio das decisões estratégicas.

Na Centrus, a estrutura organizacional conta com três órgãos estatutários: o Conselho Deliberativo, composto por três membros indicados pelo

patrocinador Banco Central, incluindo o presidente, e três eleitos por participantes e assistidos; a Diretoria-Executiva, indicada pelo Conselho Deliberativo; e o Conselho Fiscal, com dois integrantes eleitos, dentre eles o presidente, e dois indicados pelo patrocinador Banco Central.

Além disso, há comitês instituídos com o objetivo de subsidiar as decisões da gestão.



CONSELHO DELIBERATIVO

Tulio José Lenti Maciel
Presidente

Daso Maranhão Coimbra

Diego da Silva Vencato
(até 9 de março de 2017)

Fernando de Oliveira Ribeiro

Jaime Alves de Freitas

Marco Antonio Montenegro Beltrão
(desde 19 de outubro de 2017)

Sérgio Almeida de Souza Lima
(desde 10 de março de 2017)

Walter Gomes de Oliveira
(até 18 de outubro de 2017)



CONSELHO FISCAL

Cristiane Gonçalves Carvalho
(até 9 de março de 2017)
Presidente

Rodrigo Monteiro
(desde 10 de março de 2017)
Presidente

Antônio Torquato dos Santos

Harold Paquete Espínola Filho

Jaildo Lima de Oliveira



DIRETORIA-EXECUTIVA

Altamir Lopes
Diretor-Presidente

Antonio Francisco Bernardes de Assis

Eduardo de Lima Rocha

José Antonio Marciano



COMITÊS

Comitê de Investimentos e Gestão - CIG

Comitê de Aplicações - CAP

Comitê de Ética da Centrus

Comitê de Comunicação e de Educação Financeira e Previdenciária - Cofip





Ações em destaque

Selo de Autorregulação em Governança de Investimentos

A Centrus foi a primeira entidade a receber da Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar - Abrapp o Selo de Autorregulação em Governança de Investimentos. A entrega do selo foi precedida de processo de certificação em que comissão avaliadora, constituída por profissionais do mercado, aferiu o cumprimento dos requisitos estabelecidos no Código de Autorregulação em Investimentos, ao qual a Fundação também foi pioneira em aderir.



Aperfeiçoamentos na governança e na gestão

Atualizados o Regimento Interno, a Política de Gerenciamento de Riscos - PGR, o Regulamento de Segurança em Tecnologia da Informação - RSTI, o regulamento do Plano de Benefício Definido Centrus - PBDC, o Regulamento de Aplicações e aprovada a Política de Investimentos para o período de 2018 a 2022.

Ajustes promovidos na estrutura organizacional, com a realocação de atividades e otimização do quadro funcional, visaram incrementar a eficiência, retratada pela redução de 8% no quantitativo de pessoal e de 15% no total das despesas.

Eleições - renovação dos órgãos estatutários

No exercício, foram empossados três membros nos Conselhos Deliberativo e Fiscal, sendo um em cada Conselho eleito pelos participantes e um no Conselho Deliberativo, pelos assistidos.

Empréstimos PCD

Em outubro, foi disponibilizada aos participantes do Plano de Contribuição Definida - PCD a contratação de empréstimos, que pode ser feita de maneira totalmente eletrônica, na página da Centrus na internet, ou diretamente na sede da Fundação.



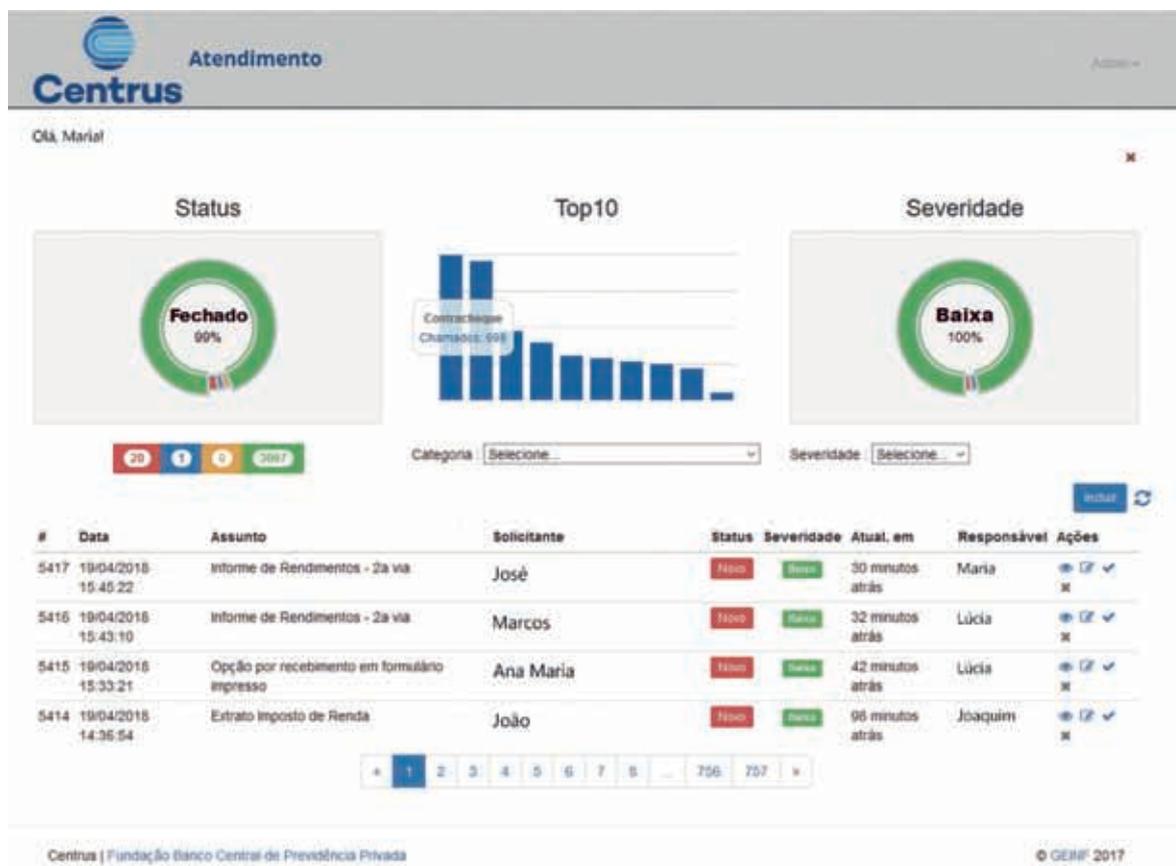
Comunicação

Uma constatação irrefutável nas organizações modernas diz respeito à relevância do seu processo de comunicação para a concretização dos objetivos organizacionais. Nesse novo contexto, o antigo modelo de comunicação meramente instrumental, utilitária, hierarquizada cede espaço a um processo mais aberto, receptivo, democrático, em que diferentes perspectivas e necessidades são integradas na estratégia organizacional.

A pesquisa anual de satisfação foi realizada em janeiro de 2017, abrangendo participantes e assistidos dos planos de benefícios administrados, a qual registrou índice de 71,2% de alta satisfação no fator “Comunicação”. Tal resultado muito se deve à Política de Comunicação Institucional, que busca acolher e considerar a existência de distintas percepções e demandas, por vezes díspares, mas nem por

isso menos legítimas, e que resultam de visões de mundo e de necessidades de públicos com perfis tão diversos como aqueles que compõem o Plano Básico de Benefícios - PBB, o Plano de Contribuição Definida - PCD e o Plano de Benefício Definido Centrus - PBDC.

No exercício, o processo de atendimento institucional passou por duas melhorias significativas: na face externa, o *Call Center*, baseado na plataforma do sistema 0800, foi reformulado para propiciar atendimento mais humanizado, com a substituição do menu automatizado pelo atendimento por secretárias, que direcionam as demandas para os setores competentes; ao mesmo tempo, foi criado o sistema *Help Desk*, para registro e acompanhamento das demandas, o que permite acompanhar prazos de respostas e gerar estatísticas por assuntos.





Como estratégia inicial de inserção da Fundação nas redes sociais, foi criado perfil no *Instagram*, com a publicação de notícias de interesse dos participantes e de outras matérias, destacando-se os conteúdos de Educação Financeira e Previdenciária.

O uso de meios eletrônicos para comunicação foi intensificado, particularmente com o público do PCD. Destaques para o envio do extrato eletrônico e do relatório de gestão dos investimentos a esse grupo, a partir de agosto, e de *e-mail marketing* utilizado nas campanhas para aumento do percentual das contribuições normais (em novembro) e realização de aportes voluntários (em dezembro), o que certamente contribuiu para o incremento de 157% no montante dos aportes, em relação ao exercício anterior.

A partir de novembro de 2017, foi adotado o contracheque eletrônico, mantido o envio do documento físico pelos Correios apenas para aqueles que o solicitaram. Com a medida, o número de contracheques físicos enviados foi reduzido pela metade, trazendo ganhos do ponto de vista de eficiência, racionalização e sustentabilidade.

O Informativo Centrus passou por alteração de *layout* e de conteúdo, mantidas a versão eletrônica e a física, para atendimento aos distintos públicos.

Foram realizadas reuniões em Brasília e em todas as demais capitais onde há representação do Banco Central do Brasil – Belém, Belo Horizonte, Curitiba, Fortaleza,

Aumente a sua restituição do Imposto de Renda em 2018

Você quer aumentar sua restituição ou reduzir o imposto a pagar?

Se a soma das contribuições para o PCD em 2017 estiver abaixo de 12% da sua renda bruta anual, você pode complementar esse limite com contribuições voluntárias e, ainda, aumentar seu benefício futuro.

Veja alguns exemplos de redução do imposto devido:

Descrição	Adotado antes de 06/03/2017		Adotado a partir de 06/03/2017	
	Máx. Participante	Participante	Máx. Participante	Participante
Renda Bruta anual (sem 13º salário)	200.000,00	200.000,00	200.000,00	200.000,00
CPDP*	20.400,00	20.400,00	20.400,00	20.400,00
Contribuição Voluntária (7%)	-	-	-	14.700,00
Contribuição PCD (7%)	-	14.280,00	-	14.280,00
Imposto de Renda devido	46.307,58	46.307,58	33.588,81	46.201,30
Contribuição Voluntária PCD (7%)	-	-	14.280,00	14.280,00
30 meses após adesão	46.307,58	46.307,58	33.588,81	41.581,30 ¹

Ainda não é participante? Faça a sua adesão!

Para realizar outras simulações e verificar o valor da sua restituição, acesse nosso simulador.

Mais informações e solicitação de boleto para realização de contribuições voluntárias ao PCD (até o dia 27 de dezembro), ligue 0800 704 0494 ou nos contate pelos e-mails pcd@centrus.org.br ou cadastro@centrus.org.br.

Centrus

Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo –, seja para apresentação de resultados de 2016, seja para informar sobre o Plano de Contribuição Definida - PCD e sobre temas previdenciários, dado o contexto de discussão da Reforma da Previdência.

A Fundação continuará aprimorando seu processo de comunicação, ciente do seu papel mediador das diferentes perspectivas, cuja interação é essencial para a concretização da estratégia organizacional.



GESTÃO





Gestão Previdencial



Seguindo a tendência dos últimos exercícios, os planos de benefícios administrados pela Centrus vêm apresentando capacidade para geração de sucessivos resultados positivos, comprovando a assertividade das medidas adotadas na gestão e na condução dos processos e das políticas a eles atinentes.

Referida situação tem propiciado aos planos estruturados na modalidade de benefício definido, no caso, o PBB e o PBDC, a movimentação de recursos em favor dos participantes e assistidos e dos patrocinadores, sob a forma de destinação de resultados.

Em relação ao PBB, encontra-se em curso a terceira destinação obrigatória do *superavit*, desta feita relativo ao resultado apurado no período de 2012

a 2015, mediante pagamento das parcelas mensais de reversão de valores aos assistidos e liberação de cota correspondente ao patrocinador Banco Central, em processo iniciado no mês de novembro de 2016, com previsão de término para dezembro de 2018.

Situação equivalente é observada no PBDC, que, depois de contar com a aprovação, em 3 de abril de 2017, pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar

- Previc, das alterações regulamentares encaminhadas pela Centrus no decorrer do segundo semestre de 2016, concernentes ao estabelecimento da paridade contributiva entre participantes e patrocinadora e aos ajustes no prazo para elegibilidade aos benefícios de aposentadoria programada e na modelagem de futuras destinações de *superavit*, pôde dar início à utilização do saldo mantido estável no mesmo período de 2012 a 2015.

Os resultados positivos alcançados em 2017 conferem à Fundação as condições necessárias para estruturar, no decorrer do exercício de 2018, o quarto processo de destinação obrigatória para os dois planos.

Concebido na modalidade de contribuição definida, o PCD não se submete a processos de destinação de *superavit* ou de equacionamento de *deficit*. Seus resultados, positivos ou negativos, são sistematicamente distribuídos entre os participantes e assistidos, mediante valorização mensal das cotas patrimoniais nele detidas para custear os benefícios no futuro.

Sendo o único plano previdenciário aberto a novas inscrições, o PCD recebeu

a inscrição de 56 participantes, entre servidores do Banco Central e empregados da Centrus, movimento impulsionado pelos resultados alcançados no exercício e pelas palestras realizadas por representantes da Fundação em diversas unidades da sede da autarquia, em Brasília, e de suas representações regionais.

Contribuiu também para esse movimento esforço empreendido nos últimos meses de 2017, na divulgação da possibilidade de os participantes do PCD, mediante realização de contribuições voluntárias para o Plano, poderem reduzir a renda bruta anual sujeita à incidência do Imposto de Renda.

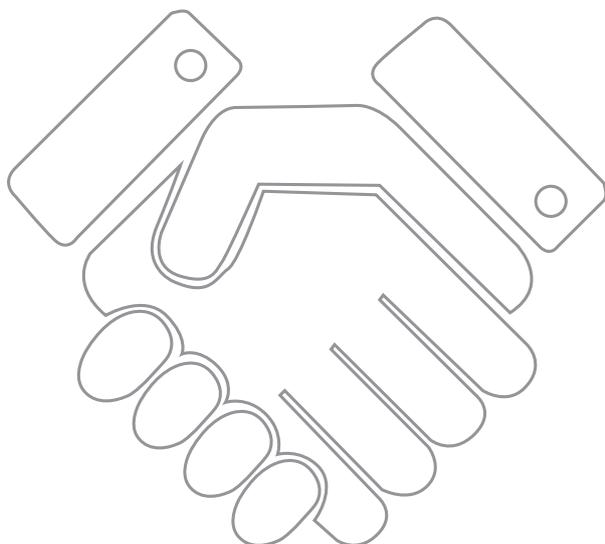
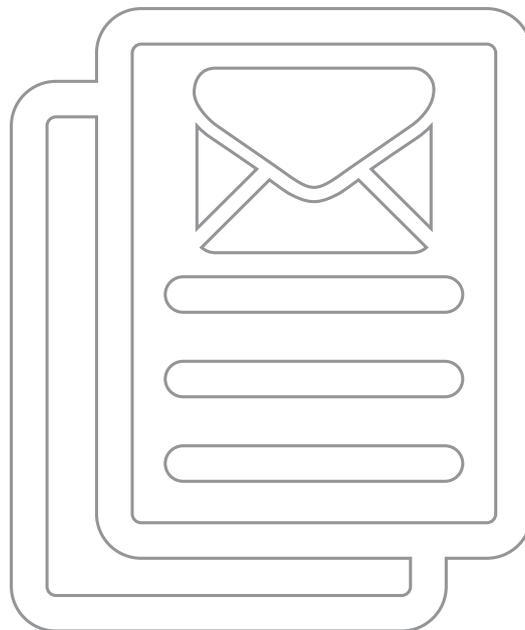
Adicionalmente, em linha com o movimento voltado para conferir maior atratividade e visibilidade ao PCD, foram disponibilizadas, no início de outubro, as operações de empréstimo a seus participantes e assistidos, programa delineado em bases competitivas e aderente à política de investimentos do Plano.

São igualmente merecedoras de destaque, entre outras ações levadas a efeito em 2017, as adiante enumeradas:



I - Contracheques e Extratos por e-mail

Para facilitar o acesso dos participantes e assistidos às informações a eles relacionadas e conferir maior transparência na administração de seus recursos, a Centrus passou a enviar por *e-mail*, a partir de novembro, os contracheques mensais dos benefícios pagos e, de agosto em diante, os extratos do PCD, documentos que se mantêm também disponíveis por acesso à área “Sua Conta” na página da Fundação na internet.



II - Convênio com o INSS

A Centrus firmou novo convênio com o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS no dia 27 de novembro, instrumento que a habilita a dar continuidade ao repasse, mediante inclusão mensal na folha dos assistidos dos planos administrados e na folha de pagamentos dos empregados, dos benefícios de aposentadoria, de pensão por morte e de auxílio-doença devidos pelo Instituto. Com vigência para os próximos cinco anos, o acordo possibilita ainda à Fundação acolher e instruir processos destinados à obtenção e à manutenção de benefícios perante a autarquia.

III - Teste de aderência

Anualmente, são realizados testes de aderência das premissas e das hipóteses adotadas nas avaliações atuariais dos planos de benefícios administrados. Os testes conduzidos no exercício com esse objetivo concluíram pela manutenção, em 2017, da maioria das premissas adotadas na avaliação atuarial do exercício anterior, com a recomendação de alteração apenas nos parâmetros abaixo especificados:



PBB



PBDC



O quadro a seguir mostra as principais premissas adotadas na avaliação atuarial de encerramento dos citados exercícios:

Parâmetro	PBB		PBDC		PCD	
	2016	2017	2016	2017	2016	2017
Tábua de mortalidade geral	AT-2000 M&F desagradada e suavizada em 10%					
Tábua de mortalidade de inválidos	GAM-71					
Tábua de entrada em invalidez	Não aplicável		Álvaro Vindas		Não aplicável	
Taxa de rotatividade	Não aplicável		0%		Não aplicável	
Crescimento real de salários	Não aplicável		3,29% a.a.	2,16% a.a.	Não aplicável	
Taxa de juros	4,5% a.a.					
Fator de capacidade *	0,9788	0,9804	0,9789	0,9804	Não aplicável	

* valor real ao longo do tempo para benefícios do INSS e do Plano.

Desempenho das áreas de benefícios e de operações com participantes

PBB

Receitas e Despesas Previdenciais

Consoante previsão regulamentar, os assistidos e o patrocinador estão dispensados, desde fevereiro de 2008, de recolher contribuições para o Plano, razão pela qual não houve em 2017, a exemplo do ocorrido em exercícios anteriores, registro de receitas dessa natureza.

As despesas com o pagamento de benefícios de responsabilidade do PBB apresentaram crescimento de 2,6% no exercício, como detalhado abaixo:

Discriminação	2016	2017	%
Aposentadorias	185.502,8	184.842,5	-0,4%
Pensões	136.755,0	145.330,1	6,3%
Abono de Natal	26.874,3	27.545,4	2,5%
Pecúlios	9.010,0	9.843,3	9,2%
Total das Despesas	358.142,1	367.561,3	2,6%

Em R\$ mil

Distribuição de *superavit*

No decorrer do ano, foi dado prosseguimento à destinação do *superavit* de 2012, iniciada em novembro de 2016 e com término previsto para dezembro de 2018.

O próximo quadro espelha as importâncias colocadas à disposição dos assistidos e do patrocinador em 2017:

Discriminação	2016	2017	%
Aposentados e Pensionistas	101.699,0	112.958,0	11,1%
Patrocinador	101.524,1	112.763,8	11,1%
Total	203.223,1	225.721,8	11,1%

Em R\$ mil

População

O Plano conta com população composta por 1.331 assistidos, dos quais 562 são aposentados e 769 pensionistas. Em relação ao exercício anterior, houve redução de 42 assistidos no grupo dos aposentados e de 5 no conjunto dos pensionistas, representada pela implantação de 40 frente ao desligamento de 45 benefícios de pensão por morte.

Discriminação	2016	2017	%
Assistidos	1.378	1.331	-3,4%
Aposentados	604	562	-7,0%
Pensionistas *	774	769	-0,6%
Dependentes	565	518	-8,3%
Total	1.943	1.849	-4,8%

* Corresponde a 704 grupos familiares.

População por faixa etária

Faixa etária em anos	Assistidos				TOTAL
	Aposentados		Pensionistas		
	M	F	M	F	
8 a 24 ^{1/}	-	-	7	8	15
25 a 50	-	-	6	17	23
51 a 55	-	-	6	17	23
56 a 60	-	-	3	21	24
61 a 65	4	3	3	38	48
66 a 70	8	2	2	66	78
71 a 75	24	2	1	82	109
76 a 80	138	6	1	119	264
81 a 85	161	14	5	142	322
86 a 90	114	15	2	143	274
91 a 95	56	2	3	69	130
96 a 100	13	-	-	6	19
101 a 103	-	-	-	2	2
Total	518	44	39	730	1.331

^{1/} beneficiários temporários

Carteira de Financiamentos

O PBB encerrou o exercício com saldo de R\$ 9,2 milhões em operações de financiamento imobiliário e 210 contratos de curso normal. Fechada para novas contratações, a carteira possui ainda 131 contratos com atraso no pagamento de prestações, dentre os quais 66 são objeto de ação de execução hipotecária e outros 53 de ação judicial por iniciativa dos devedores.

Desde a implantação do programa de reestruturação das operações, em agosto de 2007, a carteira mostrou a seguinte evolução:

Valores em R\$ mil

Discriminação	Quantidade			Valor		
	jul/2007	dez/2017	Variação	jul/2007	dez/2017	Variação
	Contratos sem repactuação	2.583	85	-96,7%	271.756,7	3.314,2
Originação - Própria	2.447	85	-96,5%	251.983,8	3.314,2	-98,7%
Originação - Previ	136	-	-100,0%	19.772,9	-	-
Contratos com repactuação	-	125	-	-	5.921,8	-
Originação - Própria	-	102	-	-	3.804,3	-
Originação - Previ	-	23	-	-	2.117,5	-
Total da carteira	2.583	210	-91,9%	271.756,7	9.236,0	-96,6%

Em 2017, houve a liquidação de 116 operações, envolvendo recursos da ordem de R\$ 4,6 milhões. Entre os contratos liquidados, 21 foram enquadrados nos programas de reestruturação aprovados em 2007 e em 2012, consumindo descontos da ordem de R\$ 1,1 milhão.

Em R\$ mil

Discriminação	2016		2017	
	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor
	Liquidações	111	3.126,2	116
Amortizações	-	-	-	-
Repactuações ¹	1	22,7	-	-
Desconto concedido	30	1.365,9	21	1.109,2

¹ Inclui contratos liquidados

Carteira de Empréstimos

Repetindo a tendência observada em 2016, a carteira de empréstimos mostrou crescimento de 9,3% no total dos saldos devedores, motivado em grande parte pela renovação de operações.

Em R\$ mil

Discriminação	2016	2017	%
Valor da carteira	12.560,1	13.724,6	9,3%
Fluxo de prestações	5.583,2	5.547,6	-0,6%
Número de contratos	343	344	0,3%
Contratantes de empréstimos	229	227	-0,9%

PBDC

Receitas Previdenciais

As receitas previdenciais do Plano no exercício, compreendendo a arrecadação de contribuições normais e extraordinárias de participantes e da patrocinadora Centrus, apresentaram decréscimo de 23,9% comparativamente às registradas no ano anterior, desempenho resultante essencialmente da paridade contributiva instituída a partir de abril de 2017, com a entrada em vigor da nova disposição regulamentar.

Em R\$ mil

Contribuições	2016	2017	%
Normais	3.045,2	2.318,5	-23,9%
Participantes Ativos	832,5	692,5	-16,8%
Centrus	1.595,2	869,9	-45,5%
Autopatrocínados	617,5	756,1	22,4%
Extraordinárias	117,9	348,9	195,9%
Participantes Ativos	34,2	225,1	558,2%
Centrus	83,7	123,8	47,9%
Total	3.163,1	2.667,4	-15,7%

Despesas Previdenciais

As despesas previdenciais, equivalentes à soma dos benefícios de responsabilidade do PBDC, apresentaram crescimento de 143,5%, afetadas principalmente pela entrada em gozo de benefício de dez participantes e pelo desligamento de dois outros, movimentos acompanhados de opção pelo recebimento do benefício temporário e, conforme o caso, pelo resgate de contribuições vertidas ao Plano.

	Em R\$ mil		
Discriminação	2016	2017	%
Aposentadorias	2.120,1	2.958,4	39,5%
Pensões	39,3	41,7	6,1%
Abono de Natal	179,0	253,7	41,7%
Pecúlios	-	83,6	-
Resgates ¹	328,8	3.158,5	860,6%
Total das Despesas	2.667,2	6.495,9	143,5%

¹ pagamento de benefício temporário e resgate de contribuições

Distribuição de *superavit*

Das destinações de *superavit* de 2005, de 2009 e de 2012, foram pagos aos assistidos R\$ 2.934,3 mil em 2017, sob a forma de benefício temporário, enquanto os participantes usufruíram de R\$ 1.216,9 mil do montante a eles disponibilizado para pagamento das contribuições devidas ao Plano no período. A patrocinadora, por seu turno, utilizou o montante de R\$ 959,4 mil no pagamento de contribuições patronais devidas ao PBDC.

População

A população do PBDC é constituída por 28 aposentados, três pensionistas e 88 participantes ativos, dos quais 64 vinculados à Fundação, 22 autopatrocinados e dois optantes pelo instituto do Benefício Proporcional Diferido - BPD.

Discriminação	2016	2017	%
Assistidos	21	31	47,6%
Aposentados	18	28	55,6%
Pensionistas ¹	3	3	-
Participantes ativos	100	88	-12,0%
Vinculados à Centrus	77	64	-16,9%
Autopatrocínados	19	22	15,8%
Benefício Proporcional Diferido	4	2	-50,0%
Dependentes	198	191	-3,5%
Total	319	310	-2,8%

¹ corresponde a 3 grupos familiares

População por faixa etária

Faixa etária em anos	Ativos e Autopatrocínados		Assistidos				TOTAL
			Aposentados		Pensionistas ^{1/}		
	M	F	M	F	M	F	
26 a 50	26	25	1	1	1	-	54
51 a 60	13	9	7	8	-	1	38
61 a 70	13	-	5	4	-	-	22
71 a 77	2	-	1	1	-	1	5
Total	54	34	14	14	1	2	119

^{1/} corresponde a benefícios vitalícios

Carteira de Financiamentos

Fechada a novas contratações, a carteira de financiamentos imobiliários encerrou o ano com saldo de R\$ 35,4 mil e apenas um contrato. Desde agosto de 2007, quando foi implantado o programa de reestruturação das operações, a carteira mostrou a evolução abaixo quantificada:

Valores em R\$ mil

Discriminação	Quantidade			Valor		
	jul/2007	dez/2017	%	jul/2007	dez/2017	%
	Contratos sem repactuação	26	-	-100,0%	1.802,9	-
Contratos com repactuação	-	1	-	-	35,4	-
Total da carteira	26	1	-96,2%	1.802,9	35,4	-98,0%

Carteira de Empréstimos

As operações de empréstimo encerraram o exercício com saldo de R\$ 2,3 milhões, crescimento de 3,3% em relação aos valores registrados ao final de 2016.

Discriminação	Em R\$ mil		
	2016	2017	%
Valor da carteira	2.270,0	2.344,5	3,3%
Fluxo de prestações	1.001,0	942,9	-5,8%
Número de contratos	107	98	-8,4%
Contratantes de empréstimos	70	65	-7,1%

PCD

Receitas Previdenciais

Englobando a arrecadação de contribuições normais e voluntárias, bem assim os aportes decorrentes de portabilidade de recursos, as receitas previdenciais do Plano experimentaram crescimento de 22,9% no exercício, em relação às do ano anterior.

Contribuições	Em R\$ mil		
	2016	2017	%
Participantes Ativos	4.566,2	7.073,7	54,9%
Assistidos	332,0	520,5	56,8%
Autopatrocinados	29,8	60,6	103,4%
Centrus	78,3	228,0	191,2%
Portabilidade	1.841,1	531,2	-71,1%
Total	6.847,4	8.414,0	22,9%

Despesas Previdenciais

As despesas com pagamento dos benefícios de responsabilidade do PCD tiveram elevação de 32,7% no exercício, comparativamente às realizadas em 2016.

Em R\$ mil

Discriminação	2016	2017	%
Aposentadorias	8.450,2	10.469,1	23,9%
Pensões	45,4	703,7	1450,0%
Institutos (resgate e portabilidade)	123,5	267,6	116,7%
Total das Despesas	8.619,1	11.440,4	32,7%

População

A população do Plano é formada por 178 aposentados, três pensionistas, 428 participantes ativos e 895 dependentes.

Discriminação	2016	2017	%
Participantes ativos	390	428	9,7%
Assistidos	173	181	4,6%
Aposentados	171	178	4,1%
Pensionistas (*)	2	3	50,0%
Dependentes	788	895	13,6%
Total das Despesas	1.351	1.504	11,3%

(*) corresponde a 3 grupos familiares.

População por faixa etária

Faixa etária em anos	Ativos		Assistidos				TOTAL
			Aposentados		Pensionistas		
	M	F	M	F	M	F	
24 a 50	128	69	-	-	-	-	197
51 a 60	68	16	-	1	-	1	86
61 a 70	83	35	68	25	-	1	212
71 a 80	24	5	77	7	-	1	114
Total	303	125	145	33	0	3	609



Gestão Financeira

Conjuntura

Em 2017, a economia brasileira pôde comemorar o fim da recessão técnica, apresentando sinais de recuperação, beneficiada pela elevada liquidez dos países desenvolvidos e pela ausência de pressão inflacionária, a despeito do ambiente político hostil, que prejudicou a aprovação da reforma da Previdência, necessária à continuidade do ajuste fiscal.

O maior desapontamento sobreveio dos consecutivos adiamentos da votação da reforma da Previdência, tendo em vista que, ao longo do ano, foram aprovadas a Proposta de Emenda constitucional - PEC do teto dos gastos, considerado o principal instrumento para obtenção do equilíbrio fiscal, e a reforma trabalhista, que objetiva reduzir os riscos relacionados às relações entre trabalhadores e empresas, flexibilizando diversas regras em favor da livre negociação entre as partes.

No intuito de melhorar o equilíbrio do mercado de crédito, bem como reduzir os subsídios implícitos nos empréstimos

do Banco Nacional do Desenvolvimento - BNDES, foi instituída a Taxa de Longo Prazo - TLP, em substituição à Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP. A nova taxa tem como base a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA mais os juros reais, correspondentes aos das Notas do Tesouro Nacional, Série B - NTN-Bs, de cinco anos.

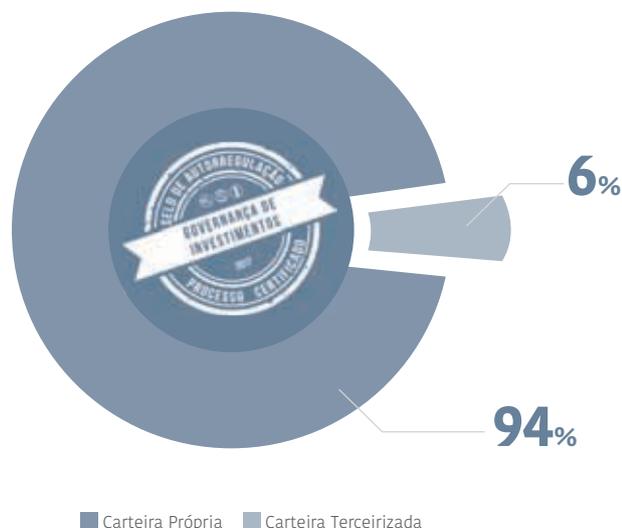
No ambiente externo, destacou-se o aumento da produtividade nos Estados Unidos e na Zona do Euro e a manutenção do crescimento da economia chinesa, que refletiu, de forma favorável, nos preços das *commodities* e na retomada do crescimento do comércio internacional.

Essa conjuntura propícia, especialmente do ponto de vista inflacionário, admitiu a execução, por parte do Banco Central, de política monetária acomodativa, levando as taxas de juros de mercado, inclusive as de prazos mais longos, a níveis historicamente baixos e à valorização dos ativos de renda variável.

Resultado

PBB

Os recursos garantidores do PBB foram mantidos, na quase totalidade, em títulos públicos, especialmente em Notas do Tesouro Nacional, Série B - NTN-Bs, cujo retorno harmoniza-se com o rendimento exigido na correção do passivo atuarial.



Valores em R\$ milhões

SEGMENTO	VALOR	PARTICIPAÇÃO
Carteira Própria	5.608,5	93,8%
Renda Fixa	5.169,2	86,5%
Renda Variável	302,7	5,1%
Imóveis	110,5	1,8%
Operações com Participantes	23,0	0,4%
Outros	3,2	0,05%
Carteira Terceirizada	368,8	6,2%
Fundo de Participações	1,0	0,02%
Fundo de Investimento em Renda Fixa	362,8	6,1%
Fundo de Índice de Mercado	5,0	0,1%

Rentabilidade

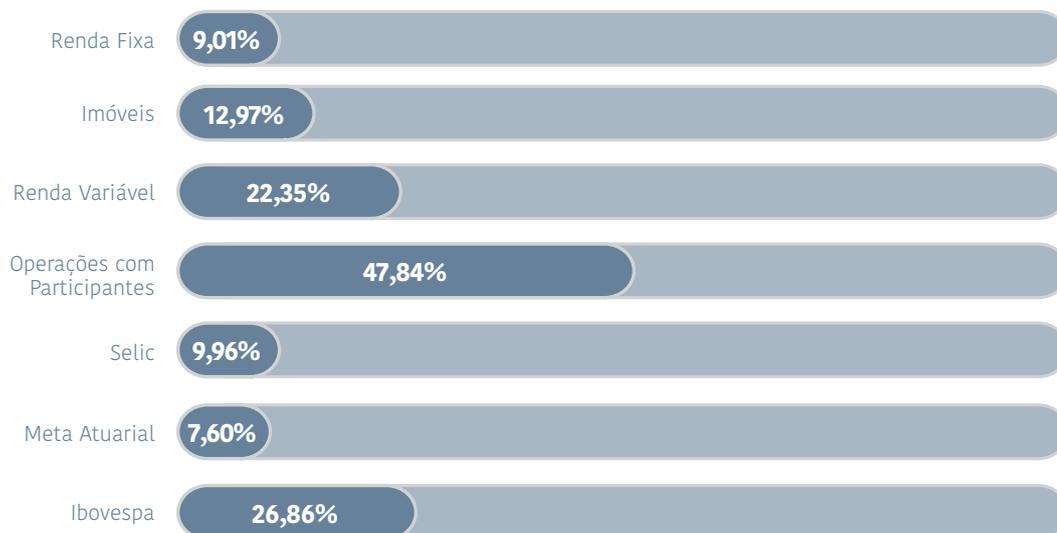
A despeito da queda da inflação, com impacto direto no rendimento das NTN-Bs, o PBB apurou rentabilidade de 9,88% em 2017, superando em 30% a variação da meta atuarial.



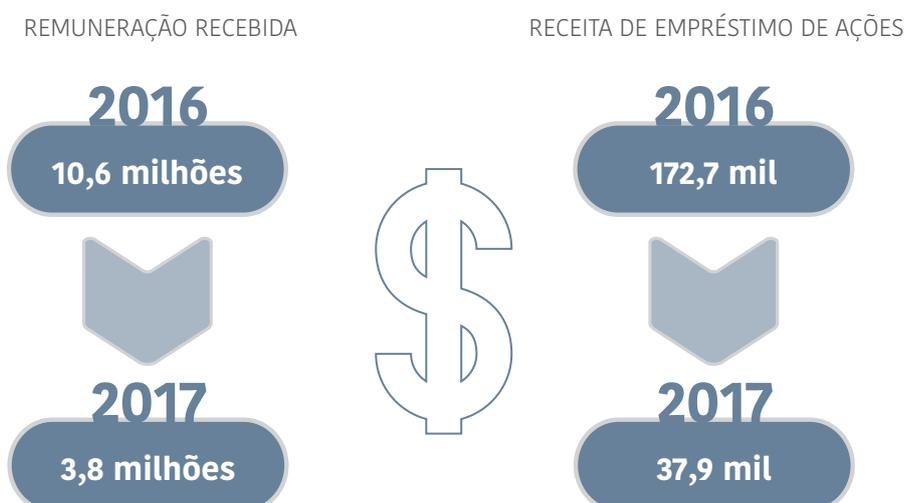
PBB
9,88%

META ATUARIAL
7,60%

O desempenho do segmento de renda variável, como reflexo da recuperação cíclica da atividade econômica, contribuiu de forma especial para a performance, não obstante o resultado do Plano advir, em relevante parcela, do segmento de renda fixa, onde estão alocados 86,5% do patrimônio.



O retorno dos ativos em bolsa não se refletiu na receita advinda de dividendos e Juros sobre o Capital Próprio - JCP, que apresentaram decréscimo de 63,9%, comparativamente aos valores obtidos em 2016. Quanto ao empréstimo de ações, pesaram também para a redução de 78,0% no resultado a realização de ganhos e a manutenção de papéis livres em carteira, que tornaram menor a disponibilidade para essas operações.

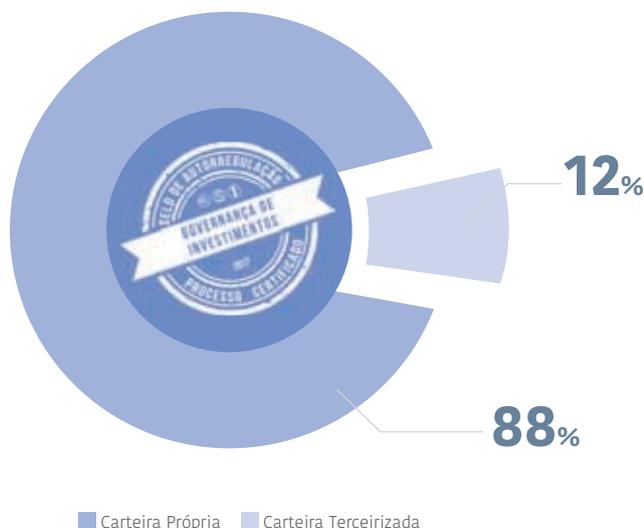


Os segmentos de operações com participantes e de investimentos imobiliários, apesar da reduzida representatividade, também concorreram para a boa rentabilidade do PBB.

COMPOSIÇÃO DOS INVESTIMENTOS

PBDC

Tendo em vista que o plano se encontra em período de acumulação de reservas dos participantes, os recursos do PBDC foram alocados com horizonte de maturação de médio e longo prazos, resguardada a política de preservar em títulos públicos os valores necessários para fazer face ao pagamento dos benefícios.



Valores em R\$ mil

SEGMENTO	VALOR	PARTICIPAÇÃO
Carteira Própria	387.291,8	88,3%
Renda Fixa	318.416,0	72,6%
Renda Variável	63.480,1	14,5%
Imóveis	2.926,1	0,7%
Operações com Participantes	2.379,8	0,5%
Outros	89,8	0,02%
Carteira Terceirizada	51.423,7	11,7%
Fundo de Participações	26,1	0,01%
Fundo de Investimento em Renda Fixa	49.884,4	11,4%
Fundo de Índice de Mercado	1.513,2	0,3%

Rentabilidade

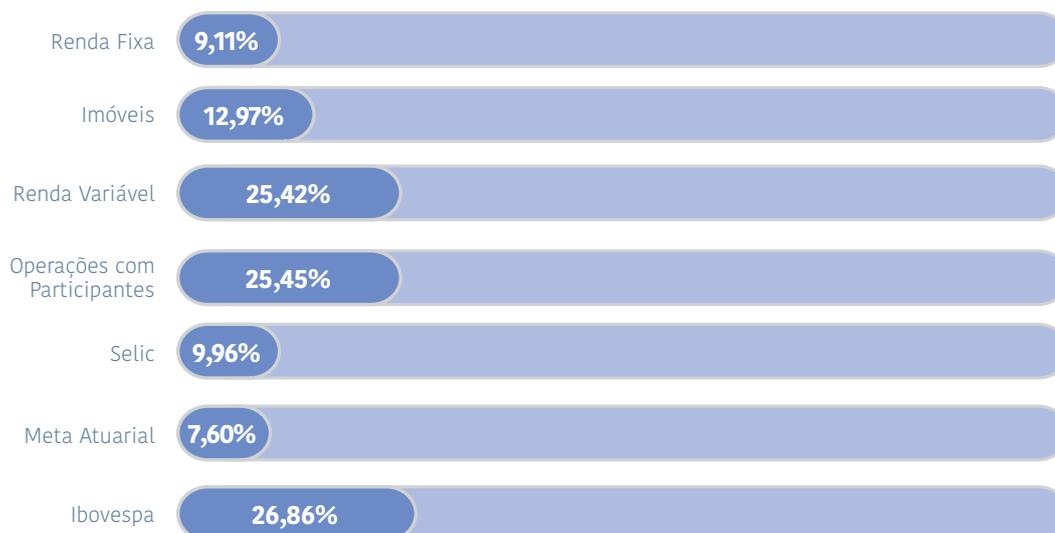
Apesar de ter sido um ano de desafios para a gestão, com elevada volatilidade, o resultado dos investimentos do PBDC superou, no consolidado, em 45,8% a variação da meta atuarial.



PBDC
11,08%

META ATUARIAL
7,60%

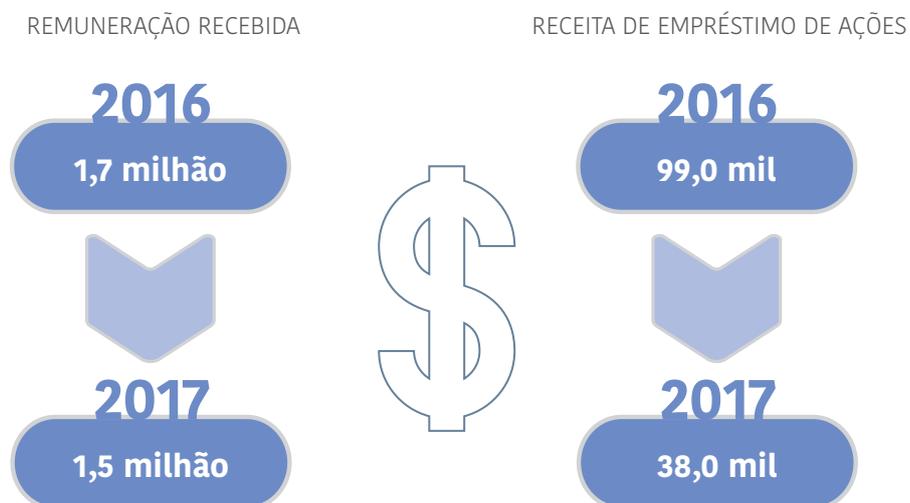
As aplicações efetuadas em ativos de renda variável, mais uma vez foram as protagonistas, com rendimento de 25,42% no ano, uma vez que o segmento de renda fixa, retratando a baixa inflação, registrou desempenho mais contido, situando-se inferior à taxa Selic.



Quanto à carteira de imóveis, o retorno ao segmento superou o da meta atuarial, mesmo com a redução do valor atribuído aos bens, em função da reavaliação efetuada.

Nas operações com participantes, o desempenho foi expressivo, situando-se em 234,9% no ano, acima do índice de correção do passivo, em decorrência das reversões efetuadas nas carteiras de empréstimo e de financiamentos imobiliários.

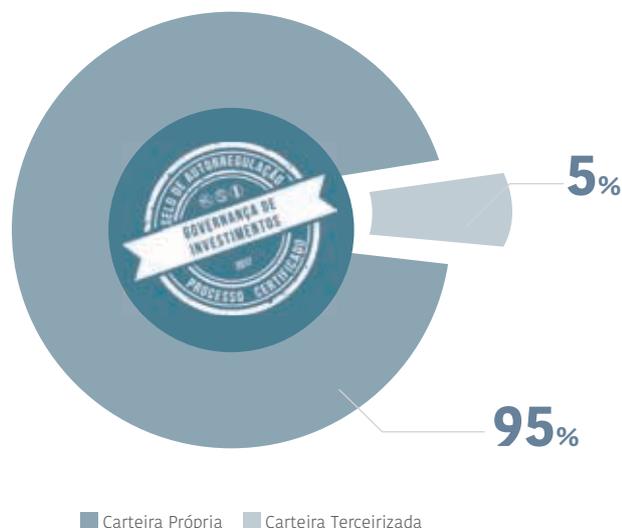
Sobre a receita advinda de dividendos e JCP e de empréstimo de ações, ressalta-se o decréscimo de 13,4% e 61,7%, respectivamente, comparativamente aos valores obtidos em 2016.



COMPOSIÇÃO DOS INVESTIMENTOS

PCD

A condição de desembolso líquido do Plano exigiu da gestão a manutenção em carteira de ativos com boa liquidez e menor risco. Nesse cenário, os recursos do PCD foram alocados, substancialmente, em títulos públicos.



Valores em R\$ mil

SEGMENTO	VALOR	PARTICIPAÇÃO
Carteira Própria	160.669,9	95,5%
Renda Fixa	138.748,5	82,5%
Renda Variável	21.761,3	12,9%
Operações com Participantes	160,1	0,1%
Carteira Terceirizada	7.505,7	4,5%
Fundo de Investimento em Renda Fixa	5.992,5	3,6%
Fundo de Índice de Mercado	1.513,2	0,9%

Rentabilidade

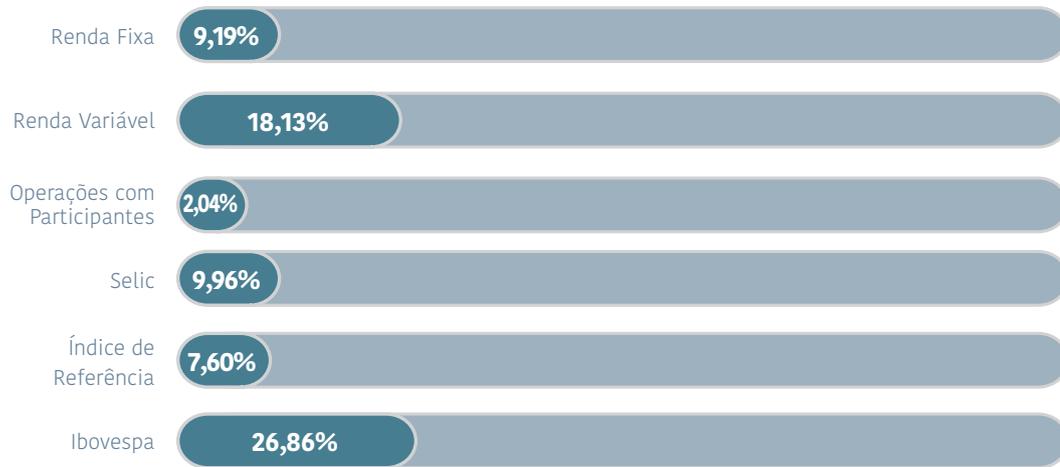
A elevada volatilidade do mercado financeiro, espelhando o ambiente político de incerteza, não ocasionou queda de rendimento do PCD, que apurou rentabilidade de 9,28% no ano, superando em 22,1% o índice de referência.



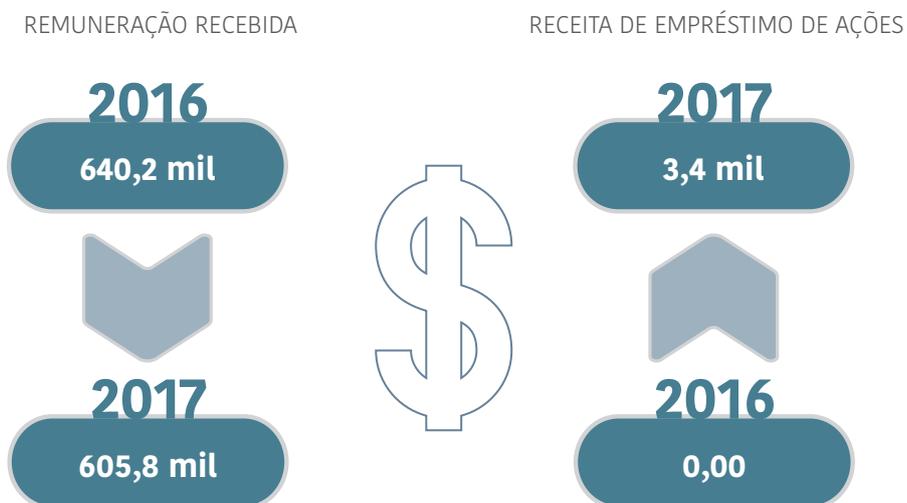
PCD
9,28%

ÍNDICE DE REFERÊNCIA
7,60%

O desempenho da carteira de ações mostrou-se como o principal fator para a performance do Plano, uma vez que o retorno do segmento de renda fixa foi abrandado pela queda da taxa de juros e o do segmento operações com participantes, cujo início dos empréstimos se deu em outubro, apresentou apenas três meses de rentabilidade.



Em termos de caixa, o investimento em ações garantiu fluxo de R\$ 605,8 mil e R\$ 3,4 mil, a título de remuneração ao acionista e receita de empréstimo de ações.





Gestão Administrativa

Em 2017, a Fundação Centrus orientou suas atividades dentro de uma estratégia adaptativa a contexto de prolongada crise macroeconômica, ainda que sinais de lenta mudança no ciclo econômico já estivessem presentes ao longo do ano. Na prática, isso significou implementar alterações na política de investimentos, especialmente elevando a participação de aplicações no mercado de renda variável, bem como a adoção de medidas mais rigorosas de redução de custeio, tendo em vista a sustentabilidade administrativa e dos planos de benefícios.

Em consequência, o exercício findo ainda pode ser visto como de transição às orientações que se mostram adequadas às novas circunstâncias do mercado assistencial previdenciário, bem como à nova realidade econômica e financeira do país.

Atribuindo extrema relevância à percepção de suas atividades por participantes e assistidos, particularmente nesta oportunidade de formação de cultura previdenciária, a Fundação permaneceu

focada em incrementar seu plano geral de Comunicação, atenta à necessidade de possibilitar acesso à base informacional dos planos de benefícios por plataformas de mídia social com grande capilaridade, de forma a, por um lado, aumentar sua presença junto ao universo de participantes e, por outro, a garantir a eficácia de processos de trabalho em franca expansão. Como rotina institucional, deu-se prosseguimento às recomendações do Planejamento Estratégico 2015/2018, refletindo a necessária linha de consistência dos atos operacionais e de gestão que devem presidir a boa técnica administrativa.

Como destaque do período, é de mencionar-se a medida gerencial de intensificação da divulgação sistemática dos planos de benefícios administrados pela Centrus, da qual vem resultando crescente incremento do número de adesões, a demonstrar que esta precisa assumir caráter de prática reiterada, em variadas modalidades, na consolidação da indispensável cultura previdenciária.

Quadro Funcional

Com vistas a manter inteira sintonia com os anseios do quadro técnico, e alçar-se ao nível das mais atualizadas práticas de gestão de pessoas, a Centrus deu continuidade ao funcionamento de amplo modelo de Gestão por Competências, implantado no ano anterior, do qual resultou, entre outros elementos de modernização organizacional e relacional, nova sistemática de avaliação de desempenho.

Em vertente permanente das iniciativas de aprimoramento dos seus processos de trabalho, a Fundação promoveu 190 treinamentos, mediante eventos *in company*, cursos externos, *workshops*, seminários e congressos, perfazendo 26 horas de treinamento/ano, por empregado.

Atenta à necessidade de garantir qualidade permanente às suas atividades como gestora de planos de previdência, concedeu subsídio à capacitação de dez colaboradores em curso superior, sendo dois em graduação e oito em pós-graduação, no âmbito do Programa de Auxílio-Educação.

O resultado dessas ações está espelhado no elevado nível de qualificação dos colaboradores, haja vista que 92% possuem nível superior, sendo que 72% possuem pelo menos uma especialização, pós-graduação ou mestrado, num total de 76 empregados, dos quais 45% do gênero feminino.

Ciente de suas responsabilidades sociais, a Centrus manteve no período 5 estagiários e 2 menores aprendizes, de cuja formação participa desempenhando relevante papel como agente de transformação.

Há que mencionar ainda que a Fundação se enquadra nas determinações regulamentares atinentes à certificação de membros dos órgãos estatutários, sendo que todos os integrantes dos Conselhos Deliberativo e Fiscal, bem como todos os componentes da Diretoria-Executiva e os gerentes que participam do processo decisório dos investimentos, são certificados pelo Instituto de Certificação dos Profissionais de Seguridade Social – ICSS dentro do prazo regulamentar.

Ações Complementares

Conhecedora de que a educação se consubstancia no meio mais eficaz de construir uma sociedade inclusiva e justa, foram desenvolvidas oficinas de *smartphone* para os participantes e assistidos dos Planos de Benefícios, com o objetivo de capacitar para, entre outras finalidades, maior acesso às informações de seu interesse na Centrus.

Para o exercício findo, foram constituídas turmas com participações distribuídas nas cidades de Salvador e Recife, já que no ano anterior haviam sido contempladas com essa iniciativa as cidades de Brasília, Belo Horizonte, Porto Alegre, Rio de Janeiro e São Paulo.

No plano do desenvolvimento tecnológico, buscou-se a melhora contínua de performance mediante a aquisição de novos equipamentos.



ANEXOS





Política de Investimentos



A Política de Investimentos do PBB, do PBDC, do PCD e do Plano de Gestão Administrativa - PGA consiste na proposta de administração dos respectivos recursos garantidores, em que são estabelecidas as diretrizes para aplicação que atendam a diversificação compatível com a regulamentação emanada do Conselho Monetário Nacional - CMN, do Conselho Nacional da Previdência Complementar - CNPC e da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - Previc.

Consolidado

Em R\$ milhões

Ativos	2018		2019		2020		2021		2022	
Renda Fixa	6.127,2	91,3%	5.867,7	90,7%	5.694,3	90,3%	5.532,9	90,3%	5.504,8	90,3%
Renda Variável	420,6	6,3%	436,1	6,7%	441,5	7,0%	426,8	7,0%	415,9	6,8%
Investimentos Estruturados	1,1	0,02%	1,2	0,02%	1,2	0,02%	1,3	0,02%	1,5	0,02%
Imóveis	125,0	1,9%	126,6	2,0%	127,7	2,0%	129,0	2,1%	132,6	2,2%
Operações com Participantes	27,7	0,4%	31,2	0,5%	32,3	0,5%	32,3	0,5%	33,1	0,5%
Outros ^v	5,9	0,1%	5,9	0,1%	5,9	0,1%	5,9	0,1%	5,9	0,1%
Recursos Garantidores	6.707,5	100%	6.468,6	100%	6.302,9	100%	6.128,1	100%	6.093,7	100%

^v Disponível, provisão para dividendos, Juros sobre o Capital Próprio - JCP e realizável.

PBB

Fundamentação da Política

Conforme fluxo financeiro do passivo atuarial, o PBB possui elevada maturidade financeira, demandando a observância de critérios de liquidez e de menor risco nas aplicações.

Sob esse prisma, como não há entrada de recursos e a gestão já efetuou a construção de *portfolio* com fluxo de caixa que apresenta perfeita adesão ao desembolso do passivo (*cash flow matching*), a estratégia diz respeito a adoção de plano de ação para suprir os descasamentos verificados nos vértices em que não ocorre resgate de títulos públicos, principalmente, em razão da previsão de distribuição de *superavit*, atentando-se para que as novas aquisições não aumentem significativamente o tempo médio de vencimento da carteira.

Para manter o equilíbrio frente aos compromissos previdenciários atuais e futuros, os investimentos do PBB terão que produzir, ao longo dos anos, rentabilidade, no mínimo, compatível com a meta atuarial, equivalente à variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA acrescida de juros de 4,5% a.a.

Alocação dos Recursos

Em R\$ milhões

Ativos	2018		2019		2020		2021		2022	
Renda Fixa	5.291,6	92,5%	4.971,5	92,1%	4.732,8	92,0%	4.493,8	92,2%	4.443,6	92,7%
Renda Variável	286,4	5,0%	280,8	5,2%	264,1	5,2%	233,8	4,8%	199,0	4,2%
Investimentos Estruturados	1,0	0,02%	1,1	0,02%	1,2	0,02%	1,3	0,03%	1,4	0,02%
Fundo de Investimento em Participações	1,0	0,02%	1,1	0,02%	1,2	0,02%	1,3	0,03%	1,4	0,02%
Imóveis	109,8	1,9%	110,7	2,1%	111,3	2,2%	112,0	2,3%	115,0	2,4%
Operações com Participantes	23,8	0,4%	26,5	0,5%	27,4	0,5%	27,5	0,6%	28,9	0,6%
Outros ^v	5,7	0,2%	5,7	0,1%	5,7	0,1%	5,7	0,1%	5,7	0,1%
Recursos Garantidores	5.718,3	100%	5.396,3	100%	5.142,5	100%	4.874,2	100%	4.793,5	100%
Gestão Previdencial	17,7		17,7		17,7		17,7		17,7	
Gestão Administrativa	331,8		352,5		373,6		393,1		359,9	
Total do Patrimônio	6.067,8		5.766,5		5.533,8		5.285,0		5.171,2	
Rentabilidade	9,92%		10,37%		10,23%		9,99%		10,07%	
Meta Atuarial (IPCA + 4,5% a.a.)	8,73%		8,89%		8,73%		8,68%		8,68%	

^v Disponível, provisão para dividendos, Juros sobre o Capital Próprio - JCP e realizável.

Segmento de Renda Fixa

Os recursos serão mantidos, preferencialmente, em títulos públicos, priorizando-se as Notas do Tesouro Nacional, Série B - NTN-Bs, em razão de serem indexadas ao IPCA, resguardando relevante parcela do patrimônio dos efeitos da inflação.

Aplicações de recursos em Certificados de Depósito Bancário - CDBs, Depósitos a Prazo com Garantia Especial - DPGEs e Letras Financeiras - LFs também poderão ser realizadas, limitadas, no conjunto, a 5% dos recursos garantidores, com o objetivo de fazer face a desembolsos de curto e de médio prazos, na hipótese de o vencimento dos títulos públicos ofertados pelo Tesouro Nacional e os correspondentes pagamentos de juros não se adequarem às necessidades do fluxo de caixa.

Quanto aos FIRFs, a alocação deverá restringir-se a montante suficiente para satisfazer as necessidades de caixa do PBB.

Segmento de Renda Variável

Em razão da maturidade do Plano, serão mantidos, em renda variável, apenas pequena parcela dos recursos garantidores, em especial ativos que denotem expectativas positivas de resultado, contribuindo para incrementar a rentabilidade do Plano.

Com o mesmo objetivo, poderão ocorrer operações de realização de ganhos e de giro^v, com a finalidade de obter ganhos de curto prazo e proteger a carteira de fortes oscilações de mercado.

Visando atenuar impactos decorrentes da desvalorização de papéis em momentos de maior oscilação, serão realizadas operações de empréstimo de ações, limitadas a 70% da posição do papel e com prazo de até quarenta dias.

Segmento de Investimentos Estruturados

Em razão da maturidade do Plano, não são consideradas novas alocações de recursos nessa modalidade de investimento. Atualmente, o PBB tem apenas uma aplicação em FIP, a qual permanecerá em carteira com representatividade de 0,1% do patrimônio, haja vista o delicado processo de fechamento, que engloba a solução de pendências judiciais.

^v compra e venda de ativos associada a operação inversa em momento posterior.

Segmento de Imóveis

No segmento de imóveis, a política continua sendo de desinvestimento, conforme Plano de Alienação de Imóveis - PAI iniciado em maio de 2006. Além disso, consideram-se reavaliações anuais.

Segmento de Operações com Participantes

No segmento de imóveis, a política continua sendo de desinvestimento, conforme Plano de Alienação de Imóveis - PAI iniciado em maio de 2006. Além disso, consideram-se reavaliações anuais.

Operação com Derivativos

Para a carteira própria não estão previstas operações com derivativos, tendo em vista o nível de maturidade do Plano.

Meta de Rentabilidade dos Segmentos de Aplicações

Segmento de Aplicação	Benchmark
Renda Fixa	Taxa Selic
Renda Variável	Ibovespa
Imóveis	Meta Atuarial ou Índice de Referência
Investimentos Estruturados	Meta Atuarial ou Índice de Referência
Operações com Participantes	Meta Atuarial ou Índice de Referência

Expectativa de Rentabilidade

Segmento	2018	2019	2020	2021	2022
Meta Atuarial (IPCA + 4,5% a.a.)	8,73%	8,89%	8,73%	8,68%	8,68%
PBB	9,92%	10,37%	10,23%	9,99%	10,07%
Renda Fixa	10,00%	10,29%	10,14%	9,90%	9,96%
Renda Variável	10,67%	14,29%	14,50%	14,40%	14,40%
Investimentos Estruturados	6,84%	7,88%	8,09%	7,99%	7,99%
Imóveis	4,62%	4,71%	4,45%	4,73%	6,87%
Operações com Participantes	9,08%	9,33%	9,09%	8,83%	8,77%

PBDC

Fundamentação da Política

Em face do período de acumulação de reservas do Plano, a estratégia de investimento consubstancia-se na alocação de recursos em ativos de renda fixa e de renda variável com maturação de longo prazo.

Na carteira de renda fixa, não obstante a existência de descasamento de prazos entre a carteira de títulos públicos e o fluxo de pagamento dos benefícios, as aplicações objetivarão, ao longo do período, a cobertura integral das obrigações previdenciárias, dos exigíveis operacional e contingencial e dos fundos previdenciais, como forma de preservar a solidez do PBDC.

Nas alocações, especial atenção deverá ser dispensada aos vencimentos, de sorte a que as aplicações realizadas propiciem ao Plano o recebimento de cupons nos vértices deficitários, por não haver oferta de papéis pelo Tesouro Nacional para diversos anos intermediários.

Como parte da estratégia de manter continuamente a solvência do PBDC, os investimentos deverão, no conjunto e ao longo do tempo, produzir rentabilidade compatível com a atualização do passivo atuarial do Plano, correspondente à variação do IPCA acrescida de juros de 4,5% a.a.

Alocação dos Recursos

Valores em R\$ milhões

Ativos	2018		2019		2020		2021		2022	
Renda Fixa	384,4	80,6%	411,9	79,3%	443,8	78,8%	477,4	78,3%	519,2	77,9%
Renda Variável	87,4	18,3%	102,3	19,7%	114,0	20,3%	127,3	20,9%	142,2	21,3%
Investimentos Estruturados	0,03	0,01%	0,03	0,01%	0,03	0,01%	0,04	0,01%	0,04	0,01%
Fundo de Investimento em Participações	0,03	0,01%	0,03	0,01%	0,03	0,01%	0,04	0,01%	0,04	0,01%
Imóveis	2,9	0,6%	2,9	0,6%	3,0	0,5%	3,0	0,5%	3,1	0,5%
Operações com Participantes	2,1	0,4%	2,0	0,4%	1,9	0,3%	1,9	0,3%	1,8	0,3%
Outros ^v	0,2	0,1%	0,2	0,1%	0,2	0,04%	0,2	0,0%	0,2	0,1%
Recursos Garantidores	477,1	100%	519,3	100%	563,0	100%	609,8	100%	666,5	100%
Gestão Previdencial	0,2		0,2		0,2		0,2		0,2	
Gestão Administrativa	23,3		31,3		41,7		55,5		65,0	
Total do Patrimônio	500,6		550,9		604,9		665,5		731,7	
Rentabilidade	10,12%		11,30%		11,14%		11,23%		11,26%	
Meta Atuarial (IPCA + 4,5% a.a.)	8,73%		8,89%		8,73%		8,68%		8,68%	

^v Disponível, provisão para dividendos, JCP e realizável.

Segmento de Renda Fixa

No segmento de renda fixa, os recursos serão direcionados preferencialmente para NTN-Bs, que contribuem para imunizar o Plano da ocorrência de *deficits*, uma vez que o passivo é atualizado pelo mesmo indexador.

Também poderão ser realizadas aplicações de recursos em Certificados de Depósito Bancário - CDBs, Depósitos a Prazo com Garantia Especial - DPGEs, Letras Financeiras - LFs e debêntures, limitadas, no conjunto, a 10% dos recursos garantidores do Plano.

Quanto aos FIRFs, os valores alocados visarão ao adequado cumprimento dos desembolsos de curto prazo.

Segmento de Renda Variável

Como se trata de Plano em período de desenvolvimento, o segmento de renda variável mostra-se importante, na medida em que cumpre o papel de agregar rentabilidade em situações de menor retorno da renda fixa.

Visando reduzir impactos advindos da desvalorização de ações em momentos de maior volatilidade, poderão ser efetivadas operações de realização de ganhos e de giro.

Devido à dinâmica do mercado e no sentido de ampliar a rentabilidade do Plano e suavizar impactos decorrentes de desvalorização de papéis em momentos de queda da bolsa, serão realizadas operações de empréstimo de ações, limitadas a 70% da posição do papel e com prazo de até quarenta dias.

Segmento de Investimentos Estruturados

Considerando o longo prazo de maturação do PBDC, aportes em investimentos estruturados, especialmente em fundos multimercados, poderão ser objeto de análise, sobretudo se as taxas de juros ofertadas pelo Tesouro Nacional não superarem a taxa de atualização do passivo atuarial.

Atualmente, o Plano tem apenas uma aplicação em FIP, que se encontra em processo de desinvestimento.

Segmento de Imóveis

Como os imóveis não estão segregados por unidade entre as carteiras do PBB e do PBDC, os investimentos no segmento são cotizados e ambos os planos de benefícios observam a mesma política.

Assim, no segmento de imóveis, a política objetiva a continuidade da estratégia de alienação, conforme PAI iniciado em 2006. Além de vendas, consideraram-se reavaliações anuais.

Segmento de Operações com Participantes

Nas operações de empréstimo, a Centrus manterá a política de concessões, não sendo esperado acréscimo de demanda.

Em decorrência da expectativa de rentabilidade abaixo da meta atuarial, em face da projeção de redução do DI, serão efetuados estudos no sentido de alterar a taxa dos empréstimos.

Em relação aos financiamentos imobiliários, não serão concedidas novas operações, estimando-se o encerramento das existentes ao longo dos próximos dois anos.

Com isso, no cômputo total, a participação do segmento no conjunto dos investimentos apresenta estabilidade.

Operação com Derivativos

Se e quando as condições macroeconômicas recomendarem, podem ser efetuadas operações com derivativos de renda fixa e de renda variável em bolsa de valores, de mercadorias e de futuros, como instrumento de proteção das carteiras e na modalidade com garantia, conforme abaixo:

Discriminação	Limite Máximo
Para Proteção	100% ^v
Para Exposição	0%

^v do valor das posições detidas à vista

Os procedimentos de controle e de avaliação do risco de mercado e dos demais riscos envolvidos nas operações com derivativos, observam as disposições contidas na Resolução CMN nº 3.792, de 2009, e no Regulamento de Aplicações, atentando-se, em especial, que a aprovação deve ser pelo Conselho Deliberativo, independentemente de valor, e que as avaliações prévias de sua utilização indiquem o objetivo, a justificativa, o modelo, os parâmetros e as referências utilizados na precificação e o impacto no risco e nos investimentos.

Meta de Rentabilidade dos Segmentos de Aplicações

Segmento de Aplicação	Benchmark
Renda Fixa	Taxa Selic
Renda Variável	Ibovespa
Imóveis	Meta Atuarial
Investimentos Estruturados	Meta Atuarial
Operações com Participantes	Meta Atuarial

Expectativa de Rentabilidade

Ativos	2018	2019	2020	2021	2022
Meta Atuarial (IPCA + 4,5% a.a.)	8,73%	8,89%	8,73%	8,68%	8,68%
PBDC	10,12%	11,30%	11,14%	11,23%	11,26%
Renda Fixa	10,19%	10,68%	10,52%	10,47%	10,47%
Renda Variável	10,67%	14,29%	14,50%	14,40%	14,40%
Investimentos Estruturados	6,84%	7,88%	8,09%	7,99%	7,99%
Imóveis	4,62%	4,71%	4,45%	4,73%	6,87%
Operações com Participantes	6,91%	7,90%	8,09%	7,99%	7,99%

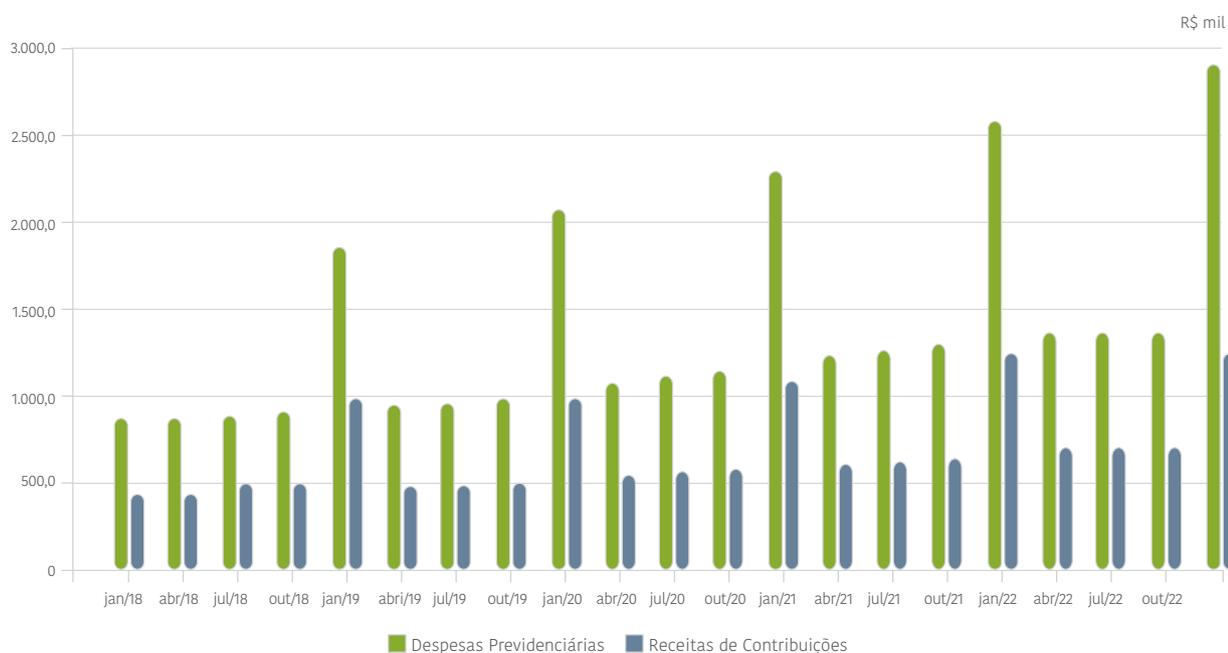
PCD

Fundamentação da Política

Tendo em vista que o PCD está estruturado sob o regime de capitalização, com reservas individuais, o principal aspecto observado na definição das diretrizes de investimentos diz respeito ao fluxo de pagamento de benefícios previsto para os próximos cinco anos, pois os desencaixes superam os aportes.

Assim, a estratégia adotada deve satisfazer a liquidez exigida e proporcionar rentabilidade que supere o índice de referência, representado pela variação do IPCA acrescida de juros de 4,5% a.a.

Fluxo Previdenciário



Nesse cenário, os recursos serão direcionados para renda fixa, prioritariamente, de sorte a satisfazer os pagamentos previstos sem contratempos, e para renda variável, incluindo, nesse segmento, fundo de ações.

Não foram considerados investimentos em imóveis e FIP, em razão de as características de prazo e de liquidez dessas aplicações serem incompatíveis com o fluxo de desembolsos do Plano

Alocação dos Recursos

Valores em R\$ milhões

Ativos	2018		2019		2020		2021		2022	
Renda Fixa	128,2	72,5%	132,9	70,5%	134,5	67,0%	144,9	67,9%	149,0	65,8%
Renda Variável	46,8	26,5%	53,0	28,1%	63,3	31,5%	65,7	30,8%	74,6	33,0%
Operações com Participantes	1,8	1,0%	2,7	1,4%	3,0	1,5%	2,9	1,3%	2,4	1,1%
Outros ^v	0,01	0,004%	0,01	0,003%	0,01	0,003%	0,01	0,003%	0,01	0,1%
Recursos Garantidores	176,8	100%	188,5	100%	200,8	100%	213,5	100%	226,1	100%
Gestão Administrativa	2,3		3,2		4,4		6,1		7,3	
Total do Patrimônio	179,0		191,7		205,2		219,6		233,5	
Rentabilidade	9,73%		11,37%		11,29%		11,50%		11,47%	
Índice de Referência (IPCA + 4,5% a.a.)	8,73%		8,89%		8,73%		8,68%		8,68%	

^v Disponível, provisão para dividendos, JCP e realizável.

Segmento de Renda Fixa

No segmento de renda fixa, os recursos serão direcionados para NTN-Bs, que resguardam o plano dos efeitos da inflação, para Letras Financeiras do Tesouro - LFTs, que protegem da alta na taxa Selic e para Letras do Tesouro Nacional - LTNs, que garantem a absorção de spreads advindos de taxas de juros.

Também poderão ser realizadas aplicações de recursos em CDBs, DPGEs, LFs e debêntures, limitadas, no conjunto, a 10% dos recursos garantidores do Plano.

Para fazer face aos desembolsos de curtíssimo prazo, serão direcionados recursos para FIRFs lastreados exclusivamente em títulos públicos.

Segmento de Renda Variável

No intuito de diversificar o *portfolio* do Plano e objetivando agregar alfa à rentabilidade, estão previstos investimentos em renda variável, especialmente em ativos que indiquem boa remuneração aos acionistas e possibilidade de valorização em bolsa.

Serão admitidas operações de giro, de modo a auferir ganhos de curto prazo e a proteger a carteira de fortes oscilações do mercado, cuja reversão, no entanto, deverá ocorrer no prazo máximo de trinta dias, com a obrigatoriedade de estipulação de preço para *stop loss* e para *stop gain*.

Poderão ser realizadas negociações com ativos da carteira, visando incorporar ganhos provenientes de altas ocorridas em bolsa, com o direcionamento dos recursos para outros ativos.

Operações de empréstimo de ações poderão ser efetuadas com o objetivo de ampliar a rentabilidade, limitadas a 70% da posição no papel e com prazo de até quarenta dias, a fim de não restringir as estratégias de apropriação de ganhos

Segmento de Investimentos Estruturados

Em face da expectativa de que a taxa real de juros se mantenha baixa, serão considerados aportes em investimentos estruturados, especialmente em fundos multimercados, no intuito de acrescentar rentabilidade ao Plano.

Segmento de Operações com Participantes

A Centrus manterá a política de concessão de empréstimos aos participantes e assistidos, limitado ao saldo da reserva individual para fins de resgate e a R\$ 50,0 mil, observado o menor.

Operação com Derivativos

Se e quando as condições macroeconômicas recomendarem, podem ser efetuadas operações com derivativos de renda fixa e de renda variável em bolsa de valores, de mercadorias e de futuros, como instrumento de proteção das carteiras e na modalidade com garantia, conforme abaixo:

Discriminação	Limite Máximo
Para Proteção	100% ^V
Para Exposição	0%

^V do valor das posições detidas à vista

Os procedimentos de controle e de avaliação do risco de mercado e dos demais riscos envolvidos nas operações com derivativos, observam as disposições contidas na Resolução CMN nº 3.792, de 2009, e no Regulamento de Aplicações, atentando-se, em especial, que a aprovação deve ser pelo Conselho Deliberativo, independentemente de valor, e que as avaliações prévias de sua utilização indiquem o objetivo, a justificativa, o modelo, os parâmetros e as referências utilizados na precificação e o impacto no risco e nos investimentos.

Meta de Rentabilidade dos Segmentos de Aplicações

Segmento de Aplicação	Benchmark
Renda Fixa	Taxa Selic
Renda Variável	Ibovespa
Operações com Participantes	Índice de Referência

Expectativa de Rentabilidade

Segmento	2018	2019	2020	2021	2022
Índice de Referência (IPCA + 4,5% a.a.)	8,73%	8,89%	8,73%	8,68%	8,68%
PCD	9,73%	11,37%	11,29%	11,50%	11,47%
Renda Fixa	9,55%	10,28%	10,21%	10,17%	10,12%
Renda Variável	10,67%	14,29%	14,50%	14,40%	14,40%
Operações com Participantes	11,33%	11,49%	11,33%	11,28%	11,28%

PGA

Fundamentação da Política

A política de investimentos do PGA consiste nas diretrizes estabelecidas pelo Conselho Deliberativo para aplicação dos montantes necessários ao custeio administrativo dos planos de benefícios administrados pela Fundação.

O Plano tem a variação do IPCA como referencial de rentabilidade para manter o equilíbrio frente aos compromissos futuros.

PBB

No período de 2018 a 2021, as despesas administrativas de responsabilidade do PBB serão, prioritariamente, custeadas pelos resultados dos seus investimentos, limitados a 1% dos recursos garantidores.

Em 2022, o custeio administrativo do PBB será coberto com recursos provenientes dos resultados dos investimentos do fundo administrativo do Plano e, complementarmente, com recursos do próprio patrimônio desse fundo, destacando-se que tais fontes também poderão ser demandadas nos exercícios antecedentes, caso haja a necessidade de recursos adicionais para manter o patrimônio do PGA no montante verificado ao final de 2017

PBDC

Serão utilizados, preferencialmente, 15% das contribuições dos participantes e da patrocinadora e, complementarmente, os resultados dos investimentos do PBDC, limitados os aportes a 1% dos recursos garantidores.

De igual forma ao PBB, também poderão ser utilizados recursos dos investimentos do fundo administrativo do PBDC, bem como do patrimônio do próprio fundo.

PCD

No caso do PCD, os recursos advirão da taxa de administração e, se for o caso, também do resultado dos investimentos do fundo administrativo.

Alocação dos Recursos

Valores em R\$ milhões

Segmento	2018		2019		2020		2021		2022	
Renda Fixa	323,0	96,3%	351,5	96,5%	383,2	96,6%	416,7	96,7%	393,0	96,4%
Imóveis	12,4	3,7%	12,9	3,5%	13,4	3,4%	14,0	3,3%	14,6	3,6%
Recursos Garantidores	335,3	100%	364,4	100%	396,5	100%	430,8	100%	407,6	100%
Disponível	0,01	-	0,01	-	0,01	-	0,01	-	0,01	-
Gestão Administrativa	1,60	-	1,60	-	1,60	-	1,60	-	1,60	-
Permanente	20,41	-	20,99	-	21,63	-	22,32	-	23,07	-
Total do Patrimônio	357,4	-	387,0	-	419,8	-	454,7	-	432,3	-
Rentabilidade										
- PGA	9,83%		8,54%		8,76%		8,54%		9,30%	
- Índice de Referência (IPCA)	4,05%		4,20%		4,05%		4,00%		4,00%	

Segmento de Renda Fixa

No segmento de renda fixa, os recursos serão direcionados para Notas do Tesouro Nacional, Série B - NTN-Bs, que imunizam o plano dos efeitos da inflação, para Letras Financeiras do Tesouro - LFTs, que resguardam da alta na taxa Selic e para Letras do Tesouro Nacional - LTNs, que garantem a absorção de spreads advindos de taxas de juros.

Para fazer face aos desembolsos de curtíssimo prazo, serão direcionados recursos para FIRFs lastreados exclusivamente em títulos públicos.

Segmento de Imóveis

A carteira de imóveis do PGA visa a obtenção de rendimento sob a forma de aluguel e mediante valorização dos ativos.

Para os próximos cinco anos, no intento de refletir o real valor dos imóveis, foram consideradas reavaliações anuais.

Expectativa de Rentabilidade

Segmento	2018	2019	2020	2021	2022
Índice de Referência (IPCA)	4,05%	4,20%	4,05%	4,00%	4,00%
PGA	9,83%	8,54%	8,76%	8,54%	9,30%
Renda Fixa	9,82%	8,49%	8,72%	8,50%	9,28%
Imóveis	10,07%	9,90%	9,84%	9,74%	9,74%



Demonstrativos de Investimentos

Comparativo de Investimento por Segmento de Aplicação

Consolidado

Valores em R\$ mil

Componente	31.12.2017		31.12.2016		Crescimento Nominal %
	Valores	Participação %	Valores	Participação %	
Recursos Garantidores ^{1/}	6.895.188	100,0%	6.916.469	100,0%	-0,3%
Renda Fixa	6.344.089	92,0%	6.305.937	91,2%	0,6%
Títulos da Dívida Pública Mobiliária Federal	6.344.089	92,0%	6.305.937	91,2%	0,6%
Títulos Públicos Federais	5.910.563	85,7%	5.992.699	86,7%	-1,4%
Cotas FIRF - Renda Fixa ^{2/}	433.526	6,3%	313.238	4,5%	38,4%
Renda Variável	396.034	5,7%	442.531	6,4%	-10,5%
Ações	385.746	5,6%	441.479	6,4%	-12,6%
Fundo de Índices	7.986	0,1%	0	0,0%	100,0%
Renda Variável - Valores a Receber/Pagar ^{3/}	2.302	0,0%	1.052	0,0%	118,8%
Segmento de Invest. Estruturados - Cotas de FIP	994	0,0%	2.480	0,0%	-59,9%
Imóveis	124.945	1,8%	132.119	1,9%	-5,4%
Aluguéis e Renda	123.497	1,8%	127.394	1,8%	-3,1%
Locados a Terceiros ^{4/}	83.437	1,2%	90.190	1,3%	-7,5%
Shopping Centers	23.157	0,3%	14.784	0,2%	56,6%
Direitos de Alienações de Investimentos Imobiliários	16.903	0,3%	22.420	0,3%	-24,6%
Outros Investimentos Imobiliários	1.448	0,0%	4.725	0,1%	-69,4%
Operações com Participantes	25.487	0,4%	27.970	0,4%	-8,9%
Empréstimos a Participantes ^{5/}	16.217	0,3%	14.826	0,2%	9,4%
Financiamentos Imobiliários a Participantes ^{6/}	9.270	0,1%	13.144	0,2%	-29,5%
Disponível	500	0,0%	62	0,0%	706,5%
Outros Realizáveis ^{7/}	3.139	0,1%	5.370	0,1%	-41,5%

Em relação aos saldos apresentados em 31.12.2017:

^{1/} Os Recursos Garantidores são compostos por: Investimento (R\$6.895.168 mil) - Investimentos a Pagar (R\$ 352 mil) + Disponível (R\$ 500 mil) - Exigível Contingencial (126 mil).

^{2/} Deduzido dos Créditos Bancários a Classificar (R\$ 60 mil).

^{3/} Dividendos, Juros sobre o Capital Próprio, Aluguel de Ações e venda de cotas de fundo de índices a Receber.

^{4/} Deduzido de Depósitos Caução (R\$ 278 mil).

^{5/} Deduzido de Prestações recebidas a maior (R\$ 2 mil) e do IOF retido a recolher (R\$ 11 mil).

^{6/} Deduzido dos créditos de mutuários (R\$ 1 mil).

^{7/} Deduzido do Exigível Contingencial (126 mil).

PBB

Valores em R\$ mil

Componente	31.12.2017		31.12.2016		Crescimento Nominal %
	Valores	Participação %	Valores	Participação %	
Recursos Garantidores ^{1/}	5.977.256	100,0%	6.071.407	100,0%	-1,6%
Renda Fixa	5.531.853	92,5%	5.560.785	91,6%	0,0%
Títulos da Dívida Pública Mobiliária Federal	5.531.853	92,5%	5.560.785	91,6%	-0,5%
Títulos Públicos Federais	5.169.157	86,4%	5.273.704	86,9%	-2,0%
Cotas FIRF - Renda Fixa ^{2/}	362.696	6,1%	287.081	4,7%	26,3%
Renda Variável	307.767	5,1%	361.518	5,9%	-14,9%
Ações	300.954	5,0%	360.876	5,9%	-16,6%
Fundo de Índices	4.990	0,1%	0	0,0%	100,0%
Renda Variável - Valores a Receber/Pagar ^{3/}	1.823	0,0%	642	0,0%	184,0%
Segmento de Invest. Estruturados - Cotas de FIP	968	0,0%	2.415	0,1%	-59,9%
Imóveis	110.199	1,9%	115.853	1,9%	-4,9%
Aluguéis e Renda	108.788	1,9%	111.251	1,8%	-2,2%
Locados a Terceiros ^{4/}	69.762	1,2%	75.006	1,2%	-7,0%
Shopping Centers	22.559	0,4%	14.403	0,2%	56,6%
Direitos de Alienações de Investimentos Imobiliários	16.467	0,3%	21.842	0,4%	-24,6%
Outros Investimentos Imobiliários	1.411	0,0%	4.602	0,1%	-69,3%
Operações com Participantes	22.954	0,4%	25.596	0,4%	-10,3%
Empréstimos a Participantes ^{5/}	13.719	0,2%	12.556	0,2%	9,3%
Financiamentos Imobiliários a Participantes ^{6/}	9.235	0,2%	13.040	0,2%	-29,2%
Disponível	466	0,0%	21	0,0%	2119,1%
Outros Realizáveis ^{7/}	3.049	0,1%	5.219	0,1%	-41,6%

Em relação aos saldos apresentados em 31.12.2017:

^{1/} Os Recursos Garantidores são compostos por: Investimento (R\$ 5.977.254 mil) - Investimentos a Pagar (R\$ 338 mil) + Disponível (R\$ 466 mil) - Exigível Contingencial (126 mil).

^{2/} Deduzido dos Créditos Bancários a Classificar (R\$ 60 mil).

^{3/} Dividendos, Juros sobre o Capital Próprio, Aluguel de Ações e venda de cotas de fundo de índices a Receber.

^{4/} Deduzido de Depósitos Caução (R\$ 271 mil).

^{5/} Deduzido de Prestações recebidas a maior (R\$ 2 mil) e do IOF retido a recolher (R\$ 4 mil).

^{6/} Deduzido dos créditos de mutuários (R\$ 1 mil).

^{7/} Deduzido do Exigível Contingencial (126 mil).

PBDC

Valores em R\$ mil

Componente	31.12.2017		31.12.2016		Crescimento Nominal %
	Valores	Participação %	Valores	Participação %	
Recursos Garantidores ¹	438.716	100,00%	402.901	100,00%	8,9%
Renda Fixa	368.300	84,0%	335.443	83,3%	9,8%
Títulos da Dívida Pública Mobiliária Federal	368.300	84,0%	335.443	83,3%	9,8%
Títulos Públicos Federais	318.416	72,6%	323.891	80,4%	-1,7%
Cotas FIRF - Renda Fixa	49.884	11,4%	11.552	2,9%	331,8%
Renda Variável	64.993	14,8%	61.792	15,3%	5,2%
Ações	63.176	14,4%	61.526	15,2%	2,7%
Fundo de Índices	1.498	0,3%	0	0,0%	100,0%
Renda Variável - Valores a Receber/Pagar ²	319	0,1%	266	0,1%	19,9%
Segmento de Invest. Estruturados - Cotas de FIP	26	0,0%	65	0,0%	-60,0%
Imóveis	2.919	0,7%	3.069	0,8%	-4,9%
Aluguéis e Renda	2.882	0,7%	2.946	0,8%	-2,2%
Locados a Terceiros ³	1.848	0,4%	1.987	0,6%	-7,0%
Shopping Centers	598	0,2%	381	0,1%	57,0%
Direitos de Alienações de Investimentos Imobiliários	436	0,1%	578	0,1%	-24,6%
Outros Investimentos Imobiliários	37	0,0%	123	0,0%	-69,9%
Operações com Participantes	2.375	0,5%	2.374	0,6%	0,0%
Empréstimos a Participantes ⁴	2.340	0,5%	2.270	0,6%	3,1%
Financiamentos Imobiliários a Participantes	35	0,0%	104	0,0%	-66,4%
Disponível	13	0,0%	7	0,0%	85,7%
Outros Realizáveis	90	0,0%	151	0,0%	-40,4%

Em relação aos saldos apresentados em 31.12.2017:

¹ Os Recursos Garantidores são compostos por: Investimento (R\$ 438.716 mil) - Investimentos a Pagar (R\$ 12 mil) + Disponível (R\$ 13 mil).

² Dividendos, Juros sobre o Capital Próprio, Aluguel de Ações e venda de cotas de fundo de índices a Receber.

³ Deduzido de Depósitos Caução (R\$ 7 mil).

⁴ Deduzido do IOF retido a recolher (R\$ 5 mil).

PCD

Valores em R\$ mil

Componente	31.12.2017		31.12.2016		Crescimento Nominal %
	Valores	Participação %	Valores	Participação %	
Recursos Garantidores¹	168.184	100,0%	156.878	100,0%	7,2%
Renda Fixa	144.741	86,1%	137.629	87,7%	5,2%
Títulos da Dívida Pública Mobiliária Federal	144.741	86,1%	137.629	87,7%	5,2%
Títulos Públicos Federais	138.749	82,5%	132.810	84,7%	4,5%
Cotas FIRF - Renda Fixa	5.992	3,6%	4.819	3,0%	24,3%
Renda Variável	23.274	13,9%	19.221	12,3%	21,1%
Ações	21.616	12,9%	19.077	12,2%	13,3%
Fundo de Índices	1.498	0,9%	0	0,0%	100,0%
Renda Variável - Valores a Receber/Pagar ²	160	0,1%	144	0,1%	11,1%
Operações com Participantes	158	0,0%	0	0,0%	100,0%
Empréstimos a Participantes ³	158	0,0%	0	0,0%	100,0%
Disponível	11	0,0%	28	0,0%	-60,7%

Em relação aos saldos apresentados em 31.12.2017:

¹ Os Recursos Garantidores são compostos por: Investimento (R\$168.176 mil) - Investimentos a Pagar (R\$ 2 mil) + Disponível (R\$ 11 mil) .

² Dividendos, Juros sobre o Capital Próprio e valores a receber de venda de cotas de fundo de índices.

³ Deduzido do IOF retido a recolher (R\$ 2 mil).

PGA

Valores em R\$ mil

Componente	31.12.2017		31.12.2016		Crescimento Nominal %
	Valores	Participação %	Valores	Participação %	
Recursos Garantidores¹	311.032	100,0%	285.283	100,0%	9,0%
Renda Fixa	299.195	96,2%	272.080	95,4%	10,0%
Títulos da Dívida Pública Mobiliária Federal	299.195	96,2%	272.080	95,4%	10,0%
Títulos Públicos Federais	284.241	91,4%	262.294	92,0%	8,4%
Cotas FIRF - Renda Fixa	14.954	4,8%	9.786	3,4%	52,8%
Imóveis	11.827	3,8%	13.197	4,6%	-10,4%
Aluguéis e Renda - Locados a Terceiros	11.827	3,8%	13.197	4,6%	-10,4%
Disponível	10	0,0%	6	0,0%	66,7%

Em relação aos saldos apresentados em 31.12.2017:

¹ Os Recursos Garantidores são compostos por: Investimento (R\$ 311.022 mil) + Disponível (R\$ 10 mil).



Comparativo de Rentabilidade

PBB

Segmento	Rentabilidade		Benchmarks		
	Bruta	Líquida ¹	Selic	Ibovespa	Meta Atuarial (IPCA + 4,5% a.a.)
Renda Fixa	9,01%	1,31%	9,96%		
Renda Variável	22,35%	13,71%		26,86%	
Investimentos Estruturados	-11,85%	-18,08%			
Imóveis	12,97%	4,99%			7,60%
Empréstimos a Participantes	11,34%	3,48%			
Financiamentos a Participantes	108,22%	93,51%			

¹ Descontada a meta atuarial.

PBDC

Segmento	Rentabilidade		Benchmarks		
	Bruta	Líquida ¹	Selic	Ibovespa	Meta Atuarial (IPCA + 4% a.a.)
Renda Fixa	9,11%	1,40%	9,96%		
Renda Variável	25,38%	16,52%		26,86%	
Investimentos Estruturados	-11,85%	-18,08%			
Imóveis	12,97%	4,99%			7,60%
Empréstimos a Participantes	17,79%	9,47%			
Financiamentos a Participantes	21365,23%	19849,10%			

¹ Descontada a meta atuarial.

PCD

SEGMENTO	Rentabilidade		Benchmarks		
	Bruta	Líquida ¹	Selic	Ibovespa	Índice de Referência (IPCA + 4,5% a.a.)
Renda Fixa	9,19%	1,48%	9,96%		
Renda Variável	18,13%	9,79%		26,86%	7,60%
Empréstimos a Participantes	2,04%	-5,17%			

¹ Descontado o índice de referência.

PGA

Segmento	Rentabilidade		Benchmarks	
	Bruta	Líquida ¹	Selic	Índice de Referência (IPC-A)
Renda Fixa	9,81%	6,66%	9,96%	
Imóveis	5,98%	2,94%		2,95%

¹ Descontado o índice de referência.



Composição da Administração dos Recursos

Consolidado

Valores em R\$ mil

Recursos	Gestores	Valores	Participação %	
			Grupo	Total
Investimento Total ¹		6.892.049	-	100,0%
Recursos Administração Própria		6.449.447	100,0%	93,6%
Renda Fixa	Centrus	5.910.563	91,6%	85,8%
Renda Variável		387.952	6,0%	5,6%
Imóveis		124.945	2,0%	1,8%
Operações com Participantes		25.487	0,4%	0,4%
Disponível		500	0,0%	0,0%
Recursos Administração Terceirizada		442.602	100,0%	6,4%
Fundos de Renda Fixa - FIRF		433.526	98,0%	6,3%
Bradesco FIRF Foco	BRAM - Bradesco Asset Management S.A.	216.651	49,0%	3,1%
Netuno Fundo de Investimento Renda Fixa	J. Safra Asset Management Ltda.	216.875	49,0%	3,2%
Fundos de Índices		8.082	1,8%	0,1%
BOVA 11	BlackRock Brasil Gestora de Investimentos Ltda.	8.082	1,8%	0,1%
Investimentos Estruturados		994	0,2%	0,0%
Investidores Institucionais FIP	Angra Partners	994	0,2%	0,0%

¹ Composição: Investimento (R\$ 6.895.168 mil) - Outros Realizáveis (R\$ 3.265 mil) - Investimentos a Pagar (R\$ 352 mil) + Disponível (R\$ 500 mil).

PBB

Valores em R\$ mil

Recursos	Gestores	Valores	Participação %	
			Grupo	Total
Investimento Total ¹		5.974.207	-	100,0%
Recursos Administração Própria		5.605.487	100,0%	93,8%
Renda Fixa	Centrus	5.169.157	92,2%	86,5%
Renda Variável		302.711	5,4%	5,1%
Imóveis		110.199	2,0%	1,8%
Operações com Participantes		22.954	0,4%	0,4%
Disponível		466	0,0%	0,0%
Recursos Administração Terceirizada		368.720	100,0%	6,2%
Fundos de Renda Fixa - FIRF		362.696	98,4%	6,1%
Bradesco FIRF Foco	BRAM - Bradesco Asset Management S.A.	181.213	49,2%	3,0%
Netuno Fundo de Investimento Renda Fixa	J. Safra Asset Management Ltda.	181.483	49,2%	3,1%
Fundos de Índices		5.056	1,4%	0,1%
BOVA 11	BlackRock Brasil Gestora de Investimentos Ltda.	5.056	1,4%	0,1%
Investimentos Estruturados		968	0,2%	0,0%
Investidores Institucionais FIP	Angra Partners	968	0,2%	0,0%

¹ Composição: Investimento (R\$ 5.977.254 mil) - Outros Realizáveis (R\$ 3.175 mil) - Investimentos a Pagar (R\$ 338 mil) + Disponível (R\$ 466 mil).

PBDC

Valores em R\$ mil

Recursos	Gestores	Valores	Participação %	
			Grupo	Total
Investimento Total ¹		438.626	-	100,0%
Recursos Administração Própria		387.203	100,0%	88,3%
Renda Fixa	Centrus	318.416	82,2%	72,6%
Renda Variável		63.480	16,4%	14,5%
Imóveis		2.919	0,8%	0,7%
Operações com Participantes		2.375	0,6%	0,5%
Disponível		13	0,0%	0,0%
Recursos Administração Terceirizada		51.423	100,0%	11,7%
Fundos de Renda Fixa - FIRF		49.884	97,0%	11,4%
Bradesco FIRF Foco	BRAM - Bradesco Asset Management S.A.	24.921	48,5%	5,7%
Netuno Fundo de Investimento Renda Fixa	J. Safra Asset Management Ltda.	24.963	48,5%	5,7%
Fundos de Índices		1.513	2,9%	0,3%
BOVA 11	BlackRock Brasil Gestora de Investimentos Ltda.	1.513	2,9%	0,3%
Investimentos Estruturados		26	0,1%	0,0%
Investidores Institucionais FIP	Angra Partners	26	0,1%	0,0%

¹ Composição: Investimento (R\$ 438.716 mil) - Outros Realizáveis (R\$ 90 mil) - Investimentos a Pagar (R\$ 12 mil) + Disponível (R\$ 13 mil).

PCD

Valores em R\$ mil

Recursos	Gestores	Valores	Participação %	
			Grupo	Total
Investimento Total ^{/1}		168.184	-	100,0%
Recursos Administração Própria		160.679	100,0%	95,5%
Renda Fixa	Centrus	138.749	86,4%	82,5%
Renda Variável		21.761	13,5%	12,9%
Operações com Participantes		158	0,1%	0,1%
Disponível		11	0,0%	0,0%
Recursos Administração Terceirizada		7.505	100,0%	4,5%
Fundos de Renda Fixa - FIRF		5.992	79,8%	3,6%
Bradesco FIRF Foco	BRAM - Bradesco Asset Management S.A.	3.077	41,0%	1,8%
Netuno Fundo de Investimento Renda Fixa	J. Safra Asset Management Ltda.	2.915	38,8%	1,8%
Fundos de Índices		1.513	20,2%	0,9%
BOVA 11	BlackRock Brasil Gestora de Investimentos Ltda.	1.513	20,2%	0,9%

^{/1} Composição: Investimento (R\$ 168.176 mil) - Investimentos a Pagar (R\$ 2 mil) + Disponível (R\$ 11 mil).

PGA

Valores em R\$ mil

Recursos	Gestores	Valores	Participação %	
			Grupo	Total
Investimento Total ^{/1}		311.032	-	100,0%
Recursos Administração Própria		296.078	100,0%	95,2%
Renda Fixa	Centrus	284.241	96,0%	91,4%
Imóveis		11.827	4,0%	3,8%
Disponível		10	0,0%	0,0%
Recursos Administração Terceirizada		14.954	100,0%	4,8%
Fundos de Renda Fixa - FIRF		14.954	100,0%	4,8%
Bradesco FIRF Foco	BRAM - Bradesco Asset Management S.A.	7.440	49,8%	2,4%
Netuno Fundo de Investimento Renda Fixa	J. Safra Asset Management Ltda.	7.514	50,2%	2,4%

^{/1} Composição: Investimento (R\$ 311.022 mil) + Disponível (R\$ 10 mil).



Enquadramento das Aplicações

Valores em R\$ mil

Carteiras	PBB		PBDC		PCD		PGA		Fundamentação Legal Resolução CMN 3792/09	Limite
	Valores	Enquadramento	Valores	Enquadramento	Valores	Enquadramento	Valores	Enquadramento		
Renda Fixa	5.531.853	92,5%	368.300	84,0%	144.741	86,1%	299.195	96,2%	Art. 35 inciso I	100,00%
Títulos da Dívida Pública Mobiliária Federal	5.531.853	92,5%	368.300	84,0%	144.741	86,1%	299.195	96,2%	Art. 35 inciso I	100,00%
Renda Variável	305.944	5,1%	64.674	14,7%	23.114	13,7%	-	-	Art.36 caput	70,00%
Novo Mercado	92.383	1,6%	25.572	5,8%	14.088	8,4%	-	-	Art. 36 Inciso I	70,00%
Nível I da BM&Fbovespa	72.326	1,2%	16.527	3,8%	3.094	1,8%	-	-	Art. 36 Inciso IV	45,00%
Demais ações em Mercado	136.245	2,2%	21.077	4,8%	4.434	2,6%	-	-	Art. 36 Inciso V	35,00%
Fundo de índices	4.990	0,1%	1.498	0,3%	1.498	0,9%	-	-	Art. 36 Inciso V	35,00%
Investimentos Estruturados - FIP	968	0,0%	26	0,0%	-	-	-	-	Art. 37 inciso II	20,00%
Imóveis	93.732	1,6%	2.483	0,6%	-	-	11.827	3,8%	Art. 39	8,00%
Operações com Participantes	22.954	0,4%	2.375	0,5%	158	-	-	-	Art. 40	15,00%
Empréstimos a Participantes	13.719	0,2%	2.340	0,5%	158	-	-	-	Art. 40	15,00%
Financiamentos Imobiliários a Participantes	9.235	0,2%	35	0,0%	-	-	-	-	Art. 40	15,00%
Outros ¹	21.805	0,4%	858	0,2%	171	0,1%	10	0,0%		
Recursos Garantidores ²	5.977.256	-	438.716	-	168.184	-	311.032	-	-	-

¹ Outros: Disponível + Aluguel de Ações + Dividendos + Valores a Receber + Direitos de Alienações de Investimentos Imobiliários + Outros Realizáveis - Investimentos a pagar - Exigível Contingencial.

² Composição: Investimento + Disponível - Contas a Pagar Investimentos.



Custos Incorridos com a Administração

Valores em R\$ mil

Descrição	2017	Participação Relativa %
I - Despesas Orçamentárias	38.640	85,39
Pessoal e Encargos	32.630	72,11
Treinamentos/Congressos e Seminários	133	0,29
Viagens e Estadias	168	0,37
Consultoria Atuarial	285	0,63
Consultoria jurídica	1.087	2,40
Auditoria contábil	147	0,32
Serviços de informática	1.367	3,02
Outros serviços de terceiros	78	0,17
Despesas Gerais	2.745	6,07
II - Despesas não Orçamentárias	6.613	14,61
Depreciação e Amortização	552	1,22
Tributos	4.092	9,04
¹ Outras Despesas	1.969	4,35
Total das Despesas Administrativas (I+II)	45.253	100,00

¹ Reavaliação negativa dos imóveis do permanente.



Demonstrações Contábeis

Balço Patrimonial em 31 de dezembro

Consolidado

Valores em R\$ mil

Ativo	Notas	31.12.2017	31.12.2016	Passivo	Notas	31.12.2017	31.12.2016
Disponível		500	62	Exigível Operacional		379.419	423.514
		-	-	Gestão Previdencial	10	374.889	418.421
Realizável		6.900.091	6.922.101	Gestão Administrativa		4.175	4.542
Gestão Previdencial	6	4.261	4.246	Investimentos		355	551
Gestão Administrativa	7	663	771				
Investimentos	8.1	6.895.167	6.917.084	Exigível Contingencial	11	142.782	122.802
Títulos Públicos		5.910.563	5.992.700	Gestão Previdencial		142.196	122.354
Ações		387.952	442.532	Gestão Administrativa		460	322
Fundos de Investimento		442.664	315.834	Investimentos		126	126
Investimentos Imobiliários		125.223	132.547				
Empréstimos e Financiamentos		25.501	27.976	Patrimônio Social		6.398.182	6.398.107
Outros Realizáveis		3.264	5.495	Patrimônio de Cobertura do Plano		5.687.276	5.559.131
				Provisões Matemáticas	12	3.753.886	3.827.231
Permanente	9.0	19.792	22.260	Benefícios Concedidos		3.551.949	3.624.665
Imobilizado		19.792	22.260	Benefícios a Conceder		203.896	204.106
				(-) Provisões Matemáticas a Constituir		(1.959)	(1.540)
				Equilíbrio Técnico	13.3	1.933.390	1.731.900
				Resultados Realizados		1.933.390	1.731.900
				Superávit Técnico Acumulado		1.933.390	1.731.900
				Fundos		710.906	838.976
				Fundos Previdenciais	14	348.626	502.151
				Fundo Administrativo	15	327.078	303.738
				Fundos dos Investimentos	16	35.202	33.087
Total		6.920.383	6.944.423	Total		6.920.383	6.944.423

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração da Mutação do Patrimônio Social - DMPS

Consolidado

Valores em R\$ mil

Descrição	2017	2016	Variação %
A - Patrimônio Social - Início do Exercício	6.398.107	6.085.397	5,1
1. Adições	716.510	1.086.275	(34,0)
(+) Contribuições Previdenciais	61.781	9.630	541,5
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	583.417	1.031.140	(43,4)
(+) Receitas Administrativas	43.273	4.056	966,9
(+) Resultado Líquido dos Investimentos - Gestão Administrativa	25.923	38.118	(32,0)
(+) Constituição de Fundos de Investimentos	2.116	3.331	(36,5)
2. Destinações	(716.435)	(773.565)	(7,4)
(-) Benefícios	(646.967)	(714.379)	(9,4)
(-) Constituição Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	(23.611)	(17.972)	31,4
(-) Despesas Administrativas	(45.253)	(41.161)	9,9
(-) Constituição Líquida de Contingências - Gestão Administrativa	(604)	(53)	1.039,6
3. Acréscimo/Decréscimo no Patrimônio Social (1 + 2)	75	312.710	-
(+/-) Provisões Matemáticas	(73.345)	53.469	(237,2)
(+/-) <i>Superavit (Deficit)</i> Técnico do Exercício	201.490	481.941	(58,2)
(+/-) Fundos Previdenciais	(153.525)	(226.991)	(32,4)
(+/-) Fundo Administrativo	23.340	960	2.331,3
(+/-) Fundos dos Investimentos	2.116	3.331	(36,5)
B - Patrimônio Social - Final do Exercício (A + 3)	6.398.182	6.398.107	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração da Mutação do Ativo Líquido - DMAL

Plano Básico de Benefícios - PBB

Valores em R\$ mil

Descrição	2017	2016	Variação %
A - Ativo Líquido - Início do Exercício	5.567.708	5.328.632	4,5
1. Adições	527.461	948.190	(44,4)
(+) Contribuições	-	8	-
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	527.461	948.182	(44,4)
(+) 2. Destinações	(646.090)	(709.114)	(8,9)
(-) Benefícios	(621.954)	(691.142)	(10,0)
(-) Constituição Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	(24.136)	(17.972)	34,3
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1 + 2)	(118.629)	239.076	(149,6)
(+/-) Provisões Matemáticas	(94.850)	39.229	(341,8)
(+/-) Fundos Previdenciais	(198.345)	(229.382)	(13,5)
(+/-) <i>Superavit (Deficit)</i> Técnico do Exercício	174.566	429.229	(59,3)
B - Ativo Líquido - Final do Exercício (A + 3)	5.449.079	5.567.708	(2,1)
C - Fundos não Previdenciais	343.737	319.850	7,5
(+/-) Fundo Administrativo	309.405	287.562	7,6
(+/-) Fundos dos Investimentos	34.332	32.288	6,3

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração da Mutação do Ativo Líquido - DMAL

Plano de Benefício Definido Centrus - PBDC

Valores em R\$ mil

Descrição	2017	2016	Variação %
A - Ativo Líquido - Início do Exercício	338.056	286.040	18,2
1. Adições	95.507	66.600	43,4
(+) Contribuições Previdenciais	53.328	3.279	1.526,3
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	41.654	63.321	(34,2)
(+) Reversão Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	525	-	-
(+) 2. Destinações	(13.512)	(14.584)	(7,4)
(-) Benefícios	(13.512)	(14.584)	(7,4)
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1 + 2)	81.995	52.016	57,6
(+/-) Provisões Matemáticas	10.262	(3.066)	(434,7)
(+/-) Fundos Previdenciais	44.810	2.370	1.790,7
(+/-) <i>Superavit (Deficit)</i> Técnico do Exercício	26.923	52.712	(48,9)
B - Ativo Líquido - Final do Exercício (A + 3)	420.051	338.056	24,3
C - Fundos não Previdenciais	16.808	15.672	7,2
(+/-) Fundo Administrativo	15.938	14.873	7,2
(+/-) Fundos dos Investimentos	870	799	8,9

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração da Mutação do Ativo Líquido - DMAL

Plano de Contribuição Definida - PCD

Valores em R\$ mil

Descrição	2017	2016	Variação %
A - Ativo Líquido - Início do Exercício	155.518	138.191	12,5
1. Adições	22.755	25.980	(12,4)
(+) Contribuições Previdenciais	8.454	6.343	33,3
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	14.301	19.637	(27,2)
2. Destinações	(11.502)	(8.653)	32,9
(-) Benefícios	(11.502)	(8.653)	32,9
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1 + 2)	11.253	17.327	(35,1)
(+/-) Provisões Matemáticas	11.243	17.306	(35,0)
(+/-) Fundos Previdenciais	10	21	(52,4)
B - Ativo Líquido - Final do Exercício (A + 3)	166.771	155.518	7,2
C - Fundos não Previdenciais	1.735	1.303	33,2
(+/-) Fundo Administrativo	1.735	1.303	33,2

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração do Ativo Líquido - DAL

Plano Básico de Benefícios - PBB

Valores em R\$ mil

Descrição	2017	2016	Variação %
1. Ativos	6.291.282	6.363.571	(1,1)
Disponível	466	21	-
Recebível	313.562	291.720	7,5
Investimento	5.977.254	6.071.830	(1,6)
Títulos Públicos	5.169.157	5.273.705	(2,0)
Ações	302.711	361.518	(16,3)
Fundos de Investimento	368.780	289.536	27,4
Investimentos Imobiliários	110.470	116.124	(4,9)
Empréstimos e Financiamentos	22.961	25.602	(10,3)
Outros Realizáveis	3.175	5.345	(40,6)
2. Obrigações	498.466	476.013	4,7
Operacional	356.144	353.533	0,7
Contingencial	142.322	122.480	16,2
3. Fundos não Previdenciais	343.737	319.850	7,5
Fundo Administrativo	309.405	287.562	7,6
Fundos dos Investimentos	34.332	32.288	6,3
5. Ativo Líquido (1 - 2 - 3)	5.449.079	5.567.708	(2,1)
Provisões Matemáticas	3.381.290	3.476.140	(2,7)
<i>Superavit (Deficit) Técnico</i>	1.797.710	1.623.144	10,8
Fundos Previdenciais	270.079	468.424	(42,3)
6. Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado			
a) Equilíbrio Técnico	1.797.710	1.623.144	10,8
b) Equilíbrio Técnico Ajustado	1.797.710	1.623.144	10,8

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração do Ativo Líquido - DAL

Plano de Benefício Definido Centrus - PBDC

Valores em R\$ mil

Descrição	2017	2016	Variação %
1. Ativos	454.769	417.942	8,8
Disponível	13	7	85,7
Recebível	16.041	14.964	7,2
Investimento	438.715	402.971	8,9
Títulos Públicos	318.416	323.891	(1,7)
Ações	63.480	61.793	2,7
Fundos de Investimento	51.424	11.687	340,0
Investimentos Imobiliários	2.926	3.076	(4,9)
Empréstimos e Financiamentos	2.380	2.374	0,3
Outros Realizáveis	89	150	(40,7)
2. Obrigações	17.910	64.214	(72,1)
Operacional	17.910	64.214	(72,1)
3. Fundos não Previdenciais	16.808	15.672	7,2
Fundo Administrativo	15.938	14.873	7,2
Fundos dos Investimentos	870	799	8,9
5. Ativo Líquido (1 - 2 - 3)	420.051	338.056	24,3
Provisões Matemáticas	205.856	195.595	5,2
<i>Superavit (Deficit) Técnico</i>	135.680	108.756	24,8
Fundos Previdenciais	78.516	33.705	133,0
6. Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado			
a) Equilíbrio Técnico	135.680	108.756	24,8
b) Equilíbrio Técnico Ajustado	135.680	108.756	24,8

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração do Ativo Líquido - DAL

Plano de Contribuição Definida - PCD

Valores em R\$ mil

Descrição	2017	2016	Variação %
1. Ativos	169.923	158.181	7,4
Disponível	11	28	(60,7)
Recebível	1.736	1.303	33,2
Investimento	168.176	156.850	7,2
Títulos Públicos	138.749	132.810	4,5
Ações	21.761	19.221	13,2
Fundos de Investimento	7.506	4.819	55,8
Empréstimos e Financiamentos	160	-	-
2. Obrigações	1.417	1.360	4,2
Operacional	1.417	1.360	4,2
3. Fundos não Previdenciais	1.735	1.303	33,2
Fundo Administrativo	1.735	1.303	33,2
5. Ativo Líquido (1 - 2 - 3)	166.771	155.518	7,2
Provisões Matemáticas	166.740	155.496	7,2
Fundos Previdenciais	31	22	40,9
6. Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado			
a) Equilíbrio Técnico	166.771	155.518	7,2
b) Equilíbrio Técnico Ajustado	166.771	155.518	7,2

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração do Plano de Gestão Administrativa - DPGA

Consolidada

Valores em R\$ mil

Descrição	2017	2016	Variação %
A - Fundo Administrativo do Exercício Anterior	303.740	302.778	0,3
1. Custeio da Gestão Administrativa	69.196	42.175	64,1
Receitas	69.196	42.175	64,1
Custeio Administrativo de Investimentos	43.173	1.471	2.834,9
Taxa de Administração de Empréstimos e Financiamentos	44	41	7,3
Receitas Diretas	-	2.503	-
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos	25.923	38.118	(32,0)
Outras Receitas	56	42	33,3
2. Despesas Administrativas	45.253	41.160	9,9
2.1. Administração Previdencial	13.804	12.526	10,2
Pessoal e Encargos	10.027	9.235	8,6
Treinamentos/Congressos e Seminários	32	73	(56,2)
Viagens e Estádias	40	56	(28,6)
Serviços de Terceiros	938	1.089	(13,9)
Despesas Gerais	654	748	(12,6)
Depreciação e Amortização	133	138	(3,6)
Tributos	1.507	1.187	27,0
Outras Despesas	473	-	-
2.2. Administração dos Investimentos	31.449	28.634	9,8
Pessoal e Encargos	22.603	21.390	5,7
Treinamentos/Congressos e Seminários	101	205	(50,7)
Viagens e Estádias	128	175	(26,9)
Serviços de Terceiros	2.026	2.487	(18,5)
Despesas Gerais	2.091	2.362	(11,5)
Depreciação e Amortização	419	438	(4,3)
Tributos	2.585	1.577	63,9
Outras Despesas	1.496	-	-
3. Constituição/Reversão de Contingências Administrativas	605	53	1.041,5
6. Sobre/Investimento da Gestão Administrativa (1-2-3-4)	23.338	962	2.326,0
7. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo (5)	23.338	962	2.326,0
B - Fundo Administrativo do Exercício Atual (A + 6)	327.078	303.740	7,7

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração das Provisões Técnicas - DPT

Plano Básico de Benefícios - PBB

Valores em R\$ mil

Descrição	2017	2016	Variação %
Provisões Técnicas	5.981.877	6.076.009	(1,5)
1. Provisões Matemáticas	3.381.290	3.476.140	(2,7)
1.1 Benefícios Concedidos	3.381.290	3.476.140	(2,7)
Benefício Definido	3.381.290	3.476.140	(2,7)
2. Equilíbrio Técnico	1.797.710	1.623.144	10,8
2.1 Resultados Realizados	1.797.710	1.623.144	10,8
<i>Superavit</i> Técnico Acumulado	1.797.710	1.623.144	10,8
Reserva de Contingência	607.618	627.791	(3,2)
Reserva para Revisão do Plano	1.190.092	995.353	19,6
3. Fundos	304.411	500.712	(39,2)
3.1 Fundos Previdenciais	270.079	468.424	(42,3)
3.2 Fundos dos Investimentos - Gestão Previdencial	34.332	32.288	6,3
4. Exigível Operacional	356.144	353.533	0,7
4.1 Gestão Previdencial	355.806	353.215	0,7
4.2 Investimentos - Gestão Previdencial	338	318	6,3
5. Exigível Contingencial	142.322	122.480	16,2
5.1 Gestão Previdencial	142.196	122.354	16,2
5.2 Investimentos - Gestão Previdencial	126	126	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração das Provisões Técnicas - DPT

Plano de Benefício Definido Centrus - PBDC

Valores em R\$ mil

Descrição	2017	2016	Variação %
Provisões Técnicas	438.832	403.068	8,9
1. Provisões Matemáticas	205.856	195.595	5,2
1.1 Benefícios Concedidos	60.082	42.551	41,2
Benefício Definido	60.082	42.551	41,2
1.2 Benefícios a Conceder	147.733	154.584	(4,4)
Benefício Definido	147.733	154.584	(4,4)
1.3 (-) Provisões Matemáticas a Constituir	(1.959)	(1.540)	27,2
(-) Serviço Passado	(1.959)	(1.540)	27,2
(-) Patrocinadores	(1.473)	(1.077)	36,8
(-) Participantes	(486)	(463)	5,0
2. Equilíbrio Técnico	135.680	108.756	24,8
2.1 Resultados Realizados	135.680	108.756	24,8
<i>Superavit</i> Técnico Acumulado	135.680	108.756	24,8
Reserva de Contingência	51.464	48.899	5,2
Reserva para Revisão do Plano	84.216	59.857	40,7
3. Fundos	79.386	34.504	130,1
3.1 Fundos Previdenciais	78.516	33.705	133,0
3.2 Fundos dos Investimentos - Gestão Previdencial	870	799	8,9
4. Exigível Operacional	17.910	64.213	(72,1)
4.1 Gestão Previdencial	17.898	64.135	(72,1)
4.2 Investimentos - Gestão Previdencial	12	78	(84,6)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração das Provisões Técnicas - DPT

Plano de Contribuição Definida - PCD

Valores em R\$ mil

Descrição	2017	2016	Variação %
Provisões Técnicas	168.188	156.879	7,2
1. Provisões Matemáticas	166.740	155.497	7,2
1.1 Benefícios Concedidos	110.577	105.975	4,3
Contribuição Definida	110.577	105.975	4,3
1.2 Benefícios a Conceder	56.163	49.522	13,4
Contribuição Definida	56.163	49.522	13,4
3. Fundos	31	22	40,9
3.1 Fundos Previdenciais	31	22	40,9
4. Exigível Operacional	1.417	1.360	4,2
4.1 Gestão Previdencial	1.415	1.360	4,0
4.2 Investimentos - Gestão Previdencial	2	-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017

1 - Contexto Operacional

A Fundação Banco Central de Previdência Privada - Centrus é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar - EFPC, sem fins lucrativos, criada em março de 1980. Seu objetivo é instituir e executar planos de benefícios de caráter previdenciário, acessíveis aos servidores do Banco Central do Brasil e aos empregados da Fundação.

A Centrus obedece a normas emanadas do Ministério da Fazenda, do Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC, da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - Previc e do Conselho Monetário Nacional - CMN.

Os recursos geridos pela Fundação são provenientes de contribuições dos patrocinadores e dos participantes dos planos de benefícios por ela administrados, bem como dos rendimentos das aplicações desses recursos, que obedecem à legislação para o segmento.

O Plano Básico de Benefícios - PBB, constituído em 1980, está ativo e em processo de extinção; o Plano de Benefício Definido Centrus - PBDC, criado em 2011, está ativo e fechado para inscrição de novos participantes; já o Plano de Contribuição Definida - PCD, implantado em 2014, está ativo e em fase de expansão, com crescimento do número de adesões no percentual de 9,23% durante o ano de 2016 e 10% em 2017.

De se ressaltar que constam como meta e objetivo estratégicos da Fundação a promoção do PCD, com implementação de ações que sirvam de atrativo aos potenciais participantes.

A Centrus está sediada em Brasília - DF, no Setor Comercial Norte - SCN, Quadra 2, Bloco A, Edifício Corporate Financial Center, 8º andar.

Estas demonstrações financeiras foram apreciadas pela Diretoria-Executiva, que as encaminhou ao Conselho Deliberativo em 20 de fevereiro de 2018, para apreciação em 28 de fevereiro de 2018, na forma prevista no Estatuto da Fundação. Além das informações ora apresentadas, outras podem ser encontradas na página da Centrus na internet (www.centrus.org.br).

2 - Planos de Benefícios e de Gestão Administrativa

A Fundação administra os seguintes Planos:

I - PBB

Constituído na modalidade de benefício definido e patrocinado pelo Banco Central do Brasil, autarquia federal integrante do Sistema Financeiro Nacional, que atua sob as diretrizes do CMN, está registrado no Cadastro Nacional de Planos de Benefícios - CNPB sob o nº 1980.0004-92. Teve suspenso o ingresso de novos participantes por força do enquadramento dos servidores da autarquia no Regime Jurídico Único - RJU, regulado pela Lei nº 9.650, de 27 de maio de 1998.

Participam desse Plano os ex-empregados do Banco Central que se aposentaram até 31 de dezembro de 1990 e seus beneficiários de pensão por morte.

II - PBDC

Instituído por cisão do PBB, na modalidade de benefício definido, é patrocinado pela Centrus e está registrado no CNPB sob o nº 2011.0008-74. Participam desse Plano os empregados e ex-empregados da Fundação, servidores cedidos à Centrus pelo Banco Central e seus pensionistas.

III - PCD

Com atividades iniciadas em maio de 2014, na modalidade de contribuição definida, está registrado no CNPB sob o nº 2002.0048-38. Trata-se de plano de benefícios com patrocínio não contributivo do Banco Central e contributivo da Centrus. Participam desse Plano os servidores e ex-servidores da autarquia e os empregados e ex-empregados da Fundação.

O PCD tem os seguintes objetivos:

- a)** para os servidores do Banco Central, é um plano complementar aos benefícios de aposentadoria previstos no Regime Próprio da Previdência Social - RPPS e no Regime de Previdência Complementar, por meio da Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Executivo - Funpresp-Exe; e
- b)** para os empregados da Centrus, representa complementação ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS.

IV - Plano de Gestão Administrativa - PGA

Implantando em 2010, tem como objetivo a cobertura das despesas da Fundação na administração dos planos de benefícios, de acordo com regulamento próprio aprovado pelo Conselho Deliberativo.

3 - Apresentação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis da Centrus foram elaboradas em atendimento às disposições emanadas dos órgãos regulador e fiscalizador das atividades das EFPC, respectivamente o CNPC e a Previc, às práticas contábeis aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e às orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. Cabe destacar os seguintes normativos, por se destinarem especificamente às EFPC:

- I** - Resolução CNPC nº 8, de 31 de outubro de 2011, e alterações posteriores – divulga a Planificação Contábil Padrão, os modelos e as instruções de preenchimento das demonstrações contábeis e as normas gerais de procedimentos contábeis;
- II** - Resolução CFC nº 1.272, de 22 de janeiro de 2010 – aprova a Interpretação Técnica Geral - ITG 2001, disciplinando critérios e padrões contábeis para as EFPC; e
- III** - Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, e suas atualizações – estabelece normas específicas para os procedimentos e as demonstrações contábeis.

As demonstrações contábeis são apresentadas em milhares de reais.

4 - Descrição das Principais Práticas Contábeis

4.1 - Apuração do Resultado do Exercício

O resultado da Fundação é apurado anualmente, em conformidade com o regime contábil de competência.

4.2 - Gestão de investimentos

A gestão de investimentos é realizada de forma segregada, por plano administrado.

4.3 - Investimentos

4.3.1 - Títulos Públicos

Tais ativos são registrados pelo valor efetivamente pago na aquisição e classificados de acordo com a intenção da administração:

- I - Para Negociação – os adquiridos com o propósito de negociação; são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período; e
- II - Mantidos até o Vencimento – aqueles para os quais haja a intenção e a capacidade financeira de sua manutenção até o vencimento; são avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

4.3.2 - Ações

São registradas pela cotação de fechamento no pregão diário ou, na falta dessa, pela divulgada mais recentemente nos últimos noventa dias. Na ausência de ambas, as ações são demonstradas pelo menor valor encontrado entre o valor patrimonial, o custo de aquisição, a última cotação disponível ou o valor líquido provável de realização.

As receitas relativas a dividendos e a Juros sobre o Capital Próprio - JCP são contabilizadas pelo regime de competência.

4.3.3 - Fundos de Investimento

Registrados pelo valor de suas cotas, têm os ativos que compõem suas carteiras marcados a mercado, obedecendo aos seguintes critérios:

- I - títulos públicos – com base nas taxas referenciais do mercado secundário divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - Anbima; e
- II - ações de companhias abertas – de acordo com a cotação de fechamento no pregão diário ou com o valor econômico determinado por empresa independente especializada, para os valores mobiliários de companhias sem mercado ativo em bolsa ou em mercado de balcão.

4.3.4 - Investimentos Imobiliários

Contabilizados pelo custo de aquisição e reavaliados anualmente, com base em laudos de avaliadores contratados, têm os ajustes decorrentes das reavaliações, positivos ou negativos, reconhecidos em contas de resultado.

4.3.5 - Empréstimos e Financiamentos Imobiliários

São registrados pelos valores concedidos, acrescidos dos encargos contratuais e deduzidos por amortizações e eventuais provisões para perdas. O cálculo dos rendimentos é feito em bases mensais, com apropriação nas contas de resultado.

4.4 - Ativo Permanente

Os bens móveis são contabilizados pelo custo de aquisição e depreciados ou amortizados pelo método linear, utilizando-se as seguintes taxas anuais:

Discriminação	Taxa
Instalações	10%
Móveis e Utensílios	10%
Máquinas e Equipamentos	10%
Computadores e Periféricos	20%
Veículos	20%
Softwares	20%

No registro contábil dos imóveis de uso, a Fundação segue as disposições estabelecidas para os investimentos imobiliários.

4.5 - Exigível Operacional

Representa direitos de participantes e assistidos dos planos de benefícios, obrigações com os patrocinadores e os fornecedores e obrigações fiscais. É reconhecido pelo valor contratual, acrescido, quando aplicável, de encargos e de variação monetária.

4.6 - Estimativas Contábeis

As estimativas contábeis são baseadas em fatores objetivos e subjetivos, de acordo com o julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis. Os itens sujeitos às referidas estimativas são apresentados a seguir:

4.6.1 - Ativos Contingentes

No caso de ativos classificados como de provável recebimento de benefícios econômicos, a Fundação apenas divulga essas informações nas Notas Explicativas. Quando o recebimento é classificado como praticamente certo ocorre o reconhecimento e a divulgação.

4.6.2 - Provisão e passivos contingentes

A área jurídica da Centrus acompanha todas as ações judiciais e administrativas em que a Fundação é parte, avaliando o risco de perda em função da fase processual, das decisões proferidas no processo, da jurisprudência aplicável e dos precedentes para ocorrências similares, observado as regras estabelecidas em regulamento próprio.

No caso de risco provável de desembolso de recursos decorrente de eventos passados e desde que esse valor possa ser estimado com confiança, são constituídas provisões de 100% do valor em risco, acrescido de estimativa de honorários de sucumbência.

Para as situações em que o risco de perda seja classificado como possível, ocorre a evidenciação em Notas Explicativas.

4.6.3 - Provisões Matemáticas

São apuradas com base em cálculos atuariais procedidos por empresa de atuária contratada. Representam os compromissos acumulados, no encerramento de cada exercício, relativos aos benefícios concedidos e a conceder aos participantes e assistidos dos planos de benefícios. (vide Nota 12)

4.6.4 - Estimativas da avaliação dos imóveis

Os imóveis são reavaliados anualmente por empresas de serviços especializados de avaliação imobiliária, inclusive com exigência de registro de Anotação de Responsabilidade Técnica - ART junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA.

4.7 - Equilíbrio Técnico

Registra o resultado dos planos de benefícios.

O *superavit* é contabilizado na conta Reserva de Contingência, até que o saldo dessa conta atinja o menor valor entre 25% das Provisões Matemáticas e a duração do passivo acrescida de dez pontos percentuais. A parcela excedente é registrada como Reserva Especial para Revisão de Planos, nos termos da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e da legislação em vigor.

Eventual *deficit* é deduzido da Reserva Especial para Revisão de Planos e, caso não seja suficiente, da Reserva de Contingência.

Ocorrendo a utilização integral dos recursos da Reserva de Contingência, deverá ser elaborado plano visando ao restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro e atuarial, por meio de adequação do plano de custeio ou dos benefícios previstos no regulamento do plano de benefícios.

4.8 - Custeio da Gestão Administrativa

A cobertura das despesas administrativas dos planos de benefícios é feita pelo PGA, cujas fontes de recursos são:

I - do PBB e do PBDC:

- a)** até 1% dos recursos garantidores, prioritariamente, do resultado dos investimentos dos planos, limitado ao total das despesas previstas para 2017; e
- b)** complementarmente, do resultado dos investimentos do fundo administrativo; e

II - do PCD:

- a)** recursos existentes no fundo administrativo e o resultado de seus investimentos; e
- b)** receitas próprias, inclusive a taxa de administração cobrada no plano.

4.9 - Fundos

4.9.1 - Fundos Previdenciais

São criados com destinação específica sob responsabilidade dos atuários externos, a quem cabe a indicação da respectiva fonte de custeio e da finalidade, que deverá guardar relação com evento determinado ou com risco identificado, avaliado, controlado e monitorado.

4.9.2 - Fundo Administrativo

Destina-se à cobertura das despesas da Centrus na administração dos planos de benefícios. É constituído pela diferença positiva entre os recursos para o custeio administrativo e os gastos realizados pela Fundação na administração dos planos. A variação de seu saldo reflete o resultado apurado pelo PGA.

4.9.3 - Fundos dos Investimentos

Os fundos dos investimentos destinam-se à cobertura do risco de não recebimento dos créditos de empréstimos e de financiamentos imobiliários em decorrência de óbito de mutuários e de desequilíbrios econômico-financeiros das operações.

4.10 - Consolidação

A consolidação do balanço representa a totalização dos saldos dos planos de benefícios e do PGA, considerando os ajustes e as eliminações, entre outras, nas seguintes contas: valores a pagar e a receber entre planos e participação no PGA.

5 - Gestão dos Riscos

A gestão de riscos da Centrus segue as diretrizes da Política de Gerenciamento de Riscos - PGR aprovada pelo Conselho Deliberativo.

Tal documento objetiva possibilitar a análise dos riscos, das suas grandezas e dos seus impactos sobre as atividades da Fundação.

5.1 - Risco Operacional

Sobre o risco operacional, o mapeamento e a manualização das rotinas operacionais garantem que os processos de trabalho, em especial os mais significativos e relevantes, sejam devidamente identificados.

Ademais, a matriz de risco operacional propicia a apuração do risco residual nas atividades de maior criticidade.

5.2 - Risco de Crédito

No processo de identificação e de avaliação observa-se, a partir da elaboração de parecer e da criteriosa análise pelas instâncias colegiadas, a capacidade de adimplir do tomador e a nota de crédito, de, pelo menos, duas agências de reconhecida reputação, consideradas aceitáveis as instituições que obtiverem as seguintes avaliações mínimas:

Agência	Rating	
	Curto Prazo	Longo Prazo
<i>Austin Rating</i>	A1 - A2	AAA - A
<i>Fitch Rating</i>	F1+ - F1	AAA - A
<i>Moody's</i>	P1 - P2	Aaa - A3
<i>Standard & Poor's</i>	A1+ - A1	AAA - A+

Nas aplicações em Depósitos DPGE, até o montante de cobertura do Fundo Garantidor de Créditos - FGC, disciplinado pelo CMN, observa-se o rating de crédito para as seguintes notas mínimas, sem prejuízo da exigência de a instituição emissora contar com classificação de pelo menos duas agências de risco de crédito:

Agência	Rating	
	Curto Prazo	Longo Prazo
<i>Austin Rating</i>	A1 - B-	AAA - B-
<i>Fitch Rating</i>	F1+ - B	AAA - B-
<i>Moody's</i>	P1 - P3	Aaa - Baa3
<i>Standard & Poor's</i>	A1+ - B	AAA - B-

Além da análise e da avaliação do risco de crédito conduzidas durante a etapa de aprovação, efetua-se o monitoramento da operação, incorporando as informações, a cada trimestre, no relatório de operações encaminhado mensalmente aos membros dos Conselhos Deliberativo e Fiscal e da Diretoria-Executiva, levando-se em consideração os seguintes aspectos:

- I - *rating* - se houve mudança e qual o impacto;
- II - nível de alocação e de concentração por emissor; e
- III - situação econômico-financeira.

Na ocorrência de alteração da classificação de risco, de dificuldade econômico-financeira ou de desenquadramento dos limites de alocação, será encaminhado relatório às instâncias colegiadas, contendo proposta de plano de ação.

5.3 - Risco de Mercado

A Fundação utiliza, além do Sistema de Controle da Divergência não Planejada - DNP, exigido pela Previc, o Sistema de Controle e Avaliação de Risco de Mercado - VaR, com as seguintes observações:

- I - DNP - empregada principalmente para verificar se o retorno dos investimentos e dos planos está harmonizado com a respectiva meta atuarial ou com os índices de referência. O diferencial deve ser zero ou acima de zero, sendo que, na ocorrência de DNP negativa, a área técnica elabora justificativas e relatório de providências, conforme estabelecido na Instrução Previc nº 2, de 18 de maio de 2010; e

II - VaR – calculado diariamente, com nível de confiança de 95% e perda máxima esperada em um dia, considerado o valor investido em renda fixa e em renda variável, conforme segue:

Plano	Limite VaR Consolidado ¹
PBB	0,28%
PBDC	0,80%
PCD	1,08%
PGA	0,05%

¹ renda fixa + renda variável

Descrição	Parâmetro
Modelo	Paramétrico
Base de amostra	252 dias
Nível de confiança	95%
Horizonte de tempo	1 dia
EWMA ¹	0,94 (126 retornos)

¹Exponentially Weighted Moving Average - EWMA – volatilidade baseada no modelo de médias móveis, com a série de retornos diários, ponderada por fator de decaimento.

Caso ultrapassado o limite de VaR, estabelecido na Política de Investimentos, a área de Aplicações encaminha relatório às instâncias colegiadas com justificativa e plano de ação para enfrentamento do problema, observados os seguintes limites para cálculo de cenário de *stress*:

Plano	Teste de Stress ¹
PBB	1,78%
PBDC	4,69%
PCD	5,14%

¹ Renda Fixa + Renda Variável

A área de *Compliance* elabora relatório diário sobre o acompanhamento do VaR e mensalmente dá conhecimento aos membros da Diretoria-Executiva e aos Conselhos Deliberativo e Fiscal.

5.4 - Risco Atuarial

A Fundação, no intuito de mitigar o risco atuarial, realiza teste de consistência da base de dados, teste de aderência das hipóteses e premissas, crítica dos resultados produzidos pela Avaliação Atuarial e realização de auditoria atuarial de segunda opinião dos planos de benefícios administrados, em periodicidade não superior a três anos.

5.5 - Risco de Liquidez

O risco de liquidez é gerenciado mediante o monitoramento do fluxo de caixa dos planos administrados, com o objetivo de identificar, de forma preventiva, a necessidade de recursos para os próximos doze meses.

No que se refere às disponibilidades para fazer face ao pagamento dos benefícios contratados, a Centrus utiliza o modelo de *Asset Liability Management - ALM*, com objetivo de manter simetria entre o vencimento dos títulos públicos e o passivo atuarial.

Para assegurar a aferição e o acompanhamento do nível de liquidez e solvência, a Fundação vale-se de indicadores, apurados mensalmente, conforme determina a PGR.

5.6 - Risco Legal

Os riscos legais são mitigados por meio de análise de contratos por assessoria jurídica interna, análise de conformidade para novos investimentos e análise de enquadramento para ativos da carteira.

6 - Realizável – Gestão Previdencial

Em R\$ mil

Discriminação	PBB		PBDC		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Pagamentos por Conta do INSS	3.846	3.763	103	49	3.949	3.812
Depósitos em Garantia e Recursais	137	211	-	-	137	211
Outros Recursos	175	181	-	42	175	223
Total	4.158	4.155	103	91	4.261	4.246

Nesse grupo, encontram-se registrados, basicamente:

- I - Pagamentos por Conta do INSS – valores a serem ressarcidos pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, no âmbito do convênio firmado com a Centrus para processamento de pagamento de benefícios aos aposentados, pensionistas e demais participantes dos planos de benefícios; e
- II - Depósitos em Garantia e Recursais – referem-se a depósitos efetuados pela Fundação no curso de processos judiciais, com a finalidade de permitir a interposição de recursos, de garantir a execução de sentenças para fins de apresentação de embargos ou impugnações e de permitir a suspensão da exigibilidade de tributos. A variação ocorrida no período decorre basicamente da baixa e da atualização de valores depositados em Juízo.

7 - Realizável – Gestão Administrativa

O saldo em 31 de dezembro é assim demonstrado:

	Em R\$ mil	
Discriminação	2017	2016
Responsabilidade de Empregados	30	180
Responsabilidade de Terceiros	-	10
Depósitos Judiciais e Recursais	633	581
Total	663	771

8 - Realizável – Investimentos

8.1 - Composição da Carteira

CONSOLIDADO

	Em R\$ mil	
Discriminação	2017	2016
Títulos Públicos	5.910.563	5.992.700
Notas do Tesouro Nacional, Série B - NTN-B	5.295.559	5.541.585
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	615.004	451.115
Livres	603.476	443.669
Bloqueadas Judicialmente ¹	2.320	2.103
Bloqueadas Administrativamente ²	9.208	5.343
Ações	387.952	442.532
Livres	357.414	430.187
Instituições Financeiras	40.206	42.286
Companhias Abertas	317.208	387.901
Em Operações de Empréstimo	30.530	12.345
Instituições Financeiras	27	1.228
Companhias Abertas	30.503	11.117
Valores a Receber - Operações de Empréstimo	8	-
Fundos de Investimento	442.664	315.834
Renda Fixa - FIRF	433.588	313.354
Índices Referenciados em Ações - ETF	8.082	-
Participações - FIP	994	2.480
Investimentos Imobiliários	125.223	132.547
Locados a Terceiros	83.715	90.618
Investimentos em <i>Shopping Center</i>	23.157	14.784
Direitos em Alienação	16.903	22.420
Outros	1.448	4.725
Operações com Participantes	25.501	27.976
Empréstimos	16.230	14.830
Financiamentos Imobiliários	9.271	13.146
Outros	3.264	5.495
Ação de Repetição de Indébito	2.612	4.868
Depósito em Garantia ³	652	627
Total	6.895.167	6.917.084

¹ ativo dado em garantia em processos em que se discute diferenças de aposentadoria/ pensão ou fração patrimonial.

² ativo dado em garantia em processos em que se discute diferenças de aposentadoria/ pensão ou fração patrimonial, mas ainda não efetivado pelo juízo.

³ depósito dado em garantia para ação declaratória de inexigibilidade de débito tributário.

Discriminação	2017	2016
Títulos Públicos	5.169.157	5.273.704
Notas do Tesouro Nacional, Série B - NTN-B	4.815.048	5.059.593
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	354.109	214.111
Livres	342.581	206.666
Bloqueadas Judicialmente	2.320	2.103
Bloqueadas Administrativamente	9.208	5.342
Ações	302.711	361.518
Livres	284.599	361.518
Instituições Financeiras	27.367	29.383
Companhias Abertas	257.232	332.135
Em Operações de Empréstimo	18.106	-
Instituições Financeiras	27	-
Companhias Abertas	18.079	-
Valores a Receber - Operações de Empréstimo	6	-
Fundos de Investimento	368.780	289.536
Renda Fixa - FIRF	362.756	287.121
Índices Referenciados em Ações - ETF	5.056	-
Participações - FIP	968	2.415
Investimentos Imobiliários	110.470	116.124
Locados a Terceiros	70.033	75.277
Investimentos em <i>Shopping Center</i>	22.559	14.403
Direitos de Alienação	16.467	21.842
Outros	1.411	4.602
Operações com Participantes	22.961	25.602
Empréstimos	13.725	12.560
Financiamentos Imobiliários	9.236	13.042
Outros	3.175	5.345
Ação de Repetição de Indébito	2.541	4.735
Depósito em Garantia	634	610
Total	5.977.254	6.071.829

Discriminação	2017	2016
Títulos Públicos	318.416	323.891
Notas do Tesouro Nacional, Série B - NTN-B	313.311	319.259
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	5.105	4.632
Livres	5.105	4.632
Ações	63.480	61.792
Livres	54.083	49.448
Instituições Financeiras	8.825	7.991
Companhias Abertas	45.258	41.457
Em Operações de Empréstimo	9.395	12.344
Instituições Financeiras	-	1.228
Companhias Abertas	9.395	11.116
Valores a Receber - Operações de Empréstimo	2	-
Fundos de Investimento	51.424	11.687
Renda Fixa - FIRF	49.885	11.622
Índices Referenciados em Ações - ETF	1.513	-
Participações - FIP	26	65
Investimentos Imobiliários	2.926	3.076
Locados a Terceiros	1.855	1.994
Investimentos em Shopping Center	598	381
Direitos de Alienação	436	578
Outros	37	123
Operações com Participantes	2.380	2.374
Empréstimos	2.345	2.270
Financiamentos Imobiliários	35	104
Outros	89	151
Ação de Repetição de Indébito	71	133
Depósito em Garantia	18	18
Total	438.715	402.971

PCD

Em R\$ mil

Discriminação	2017	2016
Títulos Públicos	138.749	132.810
Notas do Tesouro Nacional, Série B - NTN-B	103.938	101.190
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	34.811	31.620
Livres	34.811	31.620
Ações	21.761	19.221
Livres	18.732	19.221
Instituições Financeiras	4.014	4.912
Companhias Abertas	14.718	14.309
Em Operações de Empréstimo	3.029	-
Companhias Abertas	3.029	-
Fundos de Investimento	7.506	4.819
Renda Fixa	5.993	4.819
Índices Referenciados em Ações - ETF	1.513	-
Operações com Participantes	160	-
Empréstimos	160	-
Total	168.176	156.850

PGA

Em R\$ mil

Discriminação	2017	2016
Títulos Públicos	284.241	262.294
Notas do Tesouro Nacional, Série B - NTN-B	63.262	61.543
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	220.979	200.751
Livres	220.979	200.751
Fundo de Investimento	14.954	9.792
Renda Fixa	14.954	9.792
Investimentos Imobiliários	11.827	13.348
Locados a Terceiros	11.827	13.348
Total	311.022	285.434

8.2 - Rentabilidade

Em %

Discriminação	PBB		PBDC		PCD		PGA	
	2017	2016	2017	2016	2017 ¹	2016	2017	2016
Títulos Públicos	8,95	13,35	9,09	13,46	9,19	13,41	9,81	13,76
Ações	22,30	71,99	25,29	49,28	17,80	36,45	-	-
Fundos de Investimento	9,74	13,74	9,89	13,38	11,14	9,22	9,86	13,21
Investimentos Imobiliários	12,97	59,36	12,97	59,39	-	-	5,98	31,44
Empréstimos e Financiamentos	47,84	26,56	25,45	14,61	2,04	-	-	-
Rentabilidade Patrimonial	9,88	17,25	11,08	18,49	9,28	14,27	9,10	14,14

¹ As operações de empréstimos no PCD tiveram início em outubro de 2017

A rentabilidade foi calculada utilizando-se a metodologia da Taxa Interna de Retorno - TIR para as carteiras de investimento. A rentabilidade patrimonial do PBB, do PBDC e do PGA é calculada conforme metodologia do Fluxo Médio, que considera o resultado dos investimentos em relação ao saldo patrimonial, enquanto a rentabilidade do PCD é calculada pelo método de Cotização. A rentabilidade dos planos de benefícios em ambos os períodos foi impactada principalmente pelo desempenho da carteira de renda variável, o qual tem grande correlação com a variação do índice Ibovespa.

8.3 - Análise de sensibilidade

Em função da composição da carteira de investimentos dos planos de benefícios, com significativa parcela do patrimônio aplicada em títulos públicos classificados na categoria Mantidos até o Vencimento, é praticamente nula a suscetibilidade do segmento de renda fixa às variações de preço de mercado da carteira. Assim, o impacto no resultado decorrente da variabilidade do preço de ativos financeiros restringe-se, basicamente, ao segmento de renda variável.

O quadro a seguir demonstra a possibilidade de perda calculada utilizando-se a metodologia VaR, com 95% de confiança, a que o citado segmento estava exposto em 31 de dezembro de 2017:

Em R\$ mil

Discriminação	Exposição Renda Variável ¹	VaR (95% de confiança)	
		Financeiro	% do Patrimônio
PBB	305.945	6.007	1,96%
PBDC	64.675	1.097	1,70%
PCD	23.114	363	1,57%

¹ Inclui *Ishares Ibovespa Fundo de Índice - BOVA11*

8.4 - Classificação dos Instrumentos Financeiros

CONSOLIDADO

Em R\$ mil

Discriminação	Vencimento (em dias)	2017			2016		
		Contábil	Mercado	Curva	Contábil	Mercado	Curva
Para Negociação		1.443.316	1.443.316	//////////	1.208.429	1.208.429	//////////
LFT	181 a 360	-	-	-	-	-	-
	Acima de 360	615.004	615.004	614.471	451.115	451.115	451.591
NTN-B	Acima de 360	-	-	-	-	-	-
Ações ¹	s/ Vencimento	385.746	385.746	-	441.480	441.480	-
FIRF	s/ Vencimento	433.586	433.586	-	313.354	313.354	-
ETF ²	s/ Vencimento	7.986	7.986	-	-	-	-
FIP	s/ Vencimento	994	994	-	2.480	2.480	-
Mantidos até o Vencimento		5.295.559	5.648.075	//////////	5.541.585	5.665.363	//////////
LFT	Acima de 360	-	-	-	-	-	-
NTN-B	Até 180	-	-	-	385.620	385.881	385.620
	181 a 360	-	-	-	-	-	-
	Acima de 360	5.295.559	5.648.075	5.295.559	5.155.965	5.279.482	5.155.965
Total		6.738.875	7.091.391	//////////	6.750.014	6.873.792	//////////

¹ Não incluem os valores de R\$ 1.448 mil, de R\$ 749 mil e de R\$ 9 mil, referentes a dividendos e a valores a receber por venda e aluguel de ações, respectivamente.

² Não inclui o valor de R\$ 96 mil, a receber por venda de cotas.

PBB

Em R\$ mil

Discriminação	Vencimento (em dias)	2017			2016		
		Contábil	Mercado	Curva	Contábil	Mercado	Curva
Para Negociação		1.023.777	1.023.777	//////////	864.524	864.524	//////////
LFT	181 a 360	-	-	-	-	-	-
	Acima de 360	354.109	354.109	353.529	214.112	214.112	214.286
NTN-B	Acima de 360	-	-	-	-	-	-
Ações ¹	s/ Vencimento	300.954	300.954	-	360.876	360.876	-
FIRF	s/ Vencimento	362.756	362.756	-	287.121	287.121	-
ETF ²	s/ Vencimento	4.990	4.990	-	-	-	-
FIP	s/ Vencimento	968	968	-	2.415	2.415	-
Mantidos até o Vencimento		4.815.048	5.129.431	//////////	5.059.593	5.165.769	//////////
NTN-B	Até 180	-	-	-	371.239	371.487	371.239
	181 a 360	-	-	-	-	-	-
	Acima de 360	4.815.048	5.129.431	4.815.048	4.688.354	4.794.282	4.688.354
Total		5.838.825	6.153.208	//////////	5.924.117	6.030.293	//////////

¹ Não incluem os valores de R\$ 1.125 mil, de R\$ 626 mil e de R\$ 6 mil, referentes a dividendos e a valores a receber por venda e aluguel de ações, respectivamente.

² Não inclui o valor de R\$ 66 mil, a receber por venda de cotas.

PBDC

Em R\$ mil

Discriminação	Vencimento (em dias)	2017			2016		
		Contábil	Mercado	Curva	Contábil	Mercado	Curva
		Para Negociação		119.690	119.690	//////////	77.846
LFT	181 a 360	-	-	-	-	-	-
	Acima de 360	5.105	5.105	5.106	4.632	4.632	4.644
Ações ¹	s/ Vencimento	63.177	63.177	-	61.527	61.527	-
FIRF	s/ Vencimento	49.884	49.884	-	11.622	11.622	-
ETF ²	s/ Vencimento	1.498	1.498	-	-	-	-
FIP	s/ Vencimento	26	26	-	65	65	-
Mantidos até o Vencimento		313.311	343.654	//////////	319.259	335.886	//////////
LFT	Acima de 360	-	-	-	-	-	-
	Até 180	-	-	-	14.381	14.394	14.381
NTN-B	181 a 360	-	-	-	-	-	-
	Acima de 360	313.311	343.654	313.311	304.878	321.492	304.878
Total		433.001	463.344	//////////	397.105	413.732	//////////

¹ Não incluem os valores de R\$ 240 mil, de R\$ 62 mil e de R\$ 2 mil, referentes a dividendos e a valores a receber por venda e aluguel de ações, respectivamente.

² Não inclui o valor de R\$ 15 mil, a receber por venda de cotas.

PCD

Em R\$ mil

Discriminação	Vencimento (em dias)	2017			2016		
		Contábil	Mercado	Curva	Contábil	Mercado	Curva
		Para Negociação		63.916	63.916	//////////	55.516
LFT	Acima de 360	34.811	34.811	34.819	31.620	31.620	31.666
Ações ¹	s/ Vencimento	21.615	21.615	-	19.077	19.077	-
FIRF	s/ Vencimento	5.992	5.992	-	4.819	4.819	-
ETF ²	s/ Vencimento	1.498	1.498	-	-	-	-
Mantidos até o Vencimento		103.938	108.759	//////////	101.190	101.734	//////////
NTN-B	Acima de 360	103.938	108.759	103.938	101.190	101.734	101.190
Total		167.854	172.675	//////////	156.706	157.250	//////////

¹ Não incluem os valores de R\$ 83 mil, de R\$ 61 mil e de R\$ 1 mil, referentes a dividendos e a valores a receber por venda e aluguel de ações, respectivamente.

² Não inclui o valor de R\$ 15 mil, a receber por venda de cotas.

Discriminação	Vencimento (em dias)	2017			2016		
		Contábil	Mercado	Curva	Contábil	Mercado	Curva
		Para Negociação		235.933	235.933	//////////	210.543
LFT	Acima de 360	220.979	220.979	221.017	200.751	200.751	200.995
FIRF	s/ Vencimento	14.954	14.954	-	9.792	9.792	-
Mantidos até o Vencimento		63.262	66.231	//////////	61.543	61.974	//////////
NTN-B	Acima de 360	63.262	66.231	63.262	61.543	61.974	61.543
Total		299.195	302.164	//////////	272.086	272.517	//////////

8.5 - Títulos Públicos

Os recursos dos planos de benefícios estão preponderantemente alocados em títulos públicos, especialmente NTN-B, haja vista o retorno compatível com o índice de correção do passivo atuarial desses planos.

Os planos possuem capacidade financeira e intenção de levar até o vencimento os títulos classificados na categoria Mantidos até o Vencimento, possibilitando assim menor volatilidade no apreamento dos ativos e, por conseguinte, no resultado.

8.6 - Renda Variável

Os investimentos em ações são realizados no intento de diversificar o *portfolio* e agregar rentabilidade, observando a perspectiva de valorização e o histórico de distribuição de dividendos e de JCP. Os quadros a seguir apresentam a composição da carteira, por emissor:

Discriminação	2017		2016	
	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor
Livres	16.052.104	357.414	66.346.187	430.187
Instituições Financeiras	1.178.867	40.206	1.428.475	42.286
Banco Bradesco	524.209	17.745	676.918	19.630
Banco do Brasil	546.118	17.377	617.317	17.341
Banco Itaú Unibanco	108.540	4.622	134.240	4.544
Dividendos a Receber	-	462	-	771
Companhias Abertas	14.873.237	317.208	64.917.712	387.901
Ambev	785.204	16.709	1.191.887	19.547
BB Seguridade Participações	116.870	3.330	96.470	2.731
BRF	609.844	22.320	557.654	26.906
BR Malls Participações	166.181	2.115	72.706	869
B3	529.419	12.061	694	11
CCR	1.261.885	20.379	364.657	5.820
Cielo	223.260	5.251	316.436	8.825
Copel	40.342	1.006	40.342	1.104
Cetip	-	-	578.510	25.802
Kroton Educacional	84.690	1.559	139.470	1.859
Petrobras	8.474.102	134.984	8.075.102	120.077
Raia Drogasil	104.030	10.999	-	-
Localiza	823.100	18.157	-	-
Marcopolo ¹	-	-	50.713.984	109.035
Vale	1.654.310	66.603	2.769.800	65.037
Dividendos a Receber	-	986	-	278
Valores a Receber	-	749	-	-
Em Operações de Empréstimo	1.129.766	30.538	644.020	12.344
Instituições Financeiras	800	27	43.700	1.228
Banco Bradesco	800	27	-	-
Banco do Brasil	-	-	43.700	1.228
Companhias Abertas	1.128.966	30.502	600.320	11.114
Ambev	404.783	8.614	-	-
BB Seguridade Participações	7.400	211	-	-
BRF	-	-	52.190	2.518
BR Malls Participações	-	-	71.800	858
CCR	385.372	6.223	-	-
Cielo	156.461	3.680	-	-
Kroton Educacional	24.480	450	-	-
Petrobras	-	-	399.000	5.933
Raia Drogasil	102.170	9.380	-	-
Vale	48.300	1.944	77.330	1.805
Valores a Receber - Empréstimos	-	9	-	2
Total	17.181.870	387.952	66.990.207	442.531

¹ O desinvestimento em ações da Marcopolo S.A foi aprovado pelas instâncias competentes da Fundação em 2016, tendo a venda sido concluída no início de 2017.

Discriminação	2017		2016	
	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor
Livres	12.917.701	284.599	62.299.198	361.518
Instituições Financeiras	825.215	27.367	1.013.447	29.383
Banco Bradesco	384.775	13.025	480.341	13.930
Banco do Brasil	440.440	14.015	533.106	14.975
Dividendos a Receber	-	327	-	478
Companhias Abertas	12.092.486	257.232	61.285.751	332.135
Ambev	480.460	10.224	699.060	11.465
BRF	470.020	17.203	470.020	22.678
B3	312.188	7.112	-	-
CCR	940.128	15.183	-	-
Cielo	108.728	2.557	181.214	5.054
Cetip	-	-	341.600	15.235
Petrobras	7.538.452	121.369	7.538.452	112.097
Raia Drogasil	84.530	7.760	-	-
Localiza	685.700	15.126	-	-
Marcopolo	-	-	49.529.564	106.489
Vale	1.472.280	59.274	2.525.841	58.953
Dividendos a Receber	-	798	-	164
Valores a Receber	-	626	-	-
Em Operações de Empréstimo	613.970	18.112	-	-
Instituições Financeiras	800	27	-	-
Banco Bradesco	800	27	-	-
Companhias Abertas	613.170	18.079	-	-
Ambev	218.600	4.652	-	-
CCR	203.172	3.281	-	-
Cielo	108.728	2.557	-	-
Raia Drogasil	82.670	7.589	-	-
Valores a Receber - Empréstimos	-	6	-	-
Total	13.599.271	302.711	62.299.198	361.518

Discriminação	2017		2016	
	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor
Livres	2.347.468	54.084	3.232.666	49.448
Instituições Financeiras	241.637	8.825	253.751	7.991
Banco Bradesco	80.293	2.718	99.903	2.897
Banco do Brasil	78.447	2.496	51.251	1.440
Banco Itaú Unibanco	82.897	3.530	102.597	3.473
Dividendos a Receber	-	81	-	181
Companhias Abertas	2.105.831	45.259	2.978.915	41.457
Ambev	200.482	4.266	386.665	6.341
BB Seguridade Participações	55.071	1.569	55.071	1.559
BRF	104.386	3.820	52.196	2.518
BR Malls Participações	166.181	2.115	72.706	869
B3	156.703	3.570	694	11
CCR	184.767	2.984	187.567	2.994
Cielo	88.128	2.073	91.214	2.544
Copel	40.342	1.006	40.342	1.104
Cetip	-	-	170.710	7.614
Kroton Educacional	49.820	917	94.300	1.257
Petrobras	798.071	12.849	399.071	5.934
Raia Drogasil	11.150	1.024	-	-
Localiza	68.700	1.516	-	-
Marcopolo	-	-	1.184.420	2.546
Vale	182.030	7.329	243.959	6.084
Dividendos a Receber	-	159	-	82
Valores a Receber	-	62	-	-
Em Operações de Empréstimo	385.141	9.397	644.020	12.344
Instituições Financeiras	-	-	43.700	1.228
Banco do Brasil	-	-	43.700	1.228
Companhias Abertas	385.141	9.395	600.320	11.114
Ambev	186.183	3.962	-	-
BRF	-	-	52.190	2.518
BR Malls Participações	-	-	71.800	858
CCR	93.700	1.513	-	-
Cielo	21.328	502	-	-
Kroton Educacional	24.480	450	-	-
Petrobras	-	-	399.000	5.933
Raia Drogasil	11.150	1.024	-	-
Vale	48.300	1.944	77.330	1.805
Valores a Receber - Empréstimos	-	2	-	2
Total	2.752.909	63.481	3.876.686	61.792

Discriminação	2017		2016	
	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor
Livres	786.935	18.731	814.323	19.221
Instituições Financeiras	112.015	4.014	161.277	4.912
Banco Bradesco	59.141	2.002	96.674	2.803
Banco do Brasil	27.231	866	32.960	926
Banco Itaú Unibanco	25.643	1.092	31.643	1.071
Dividendos a Receber	-	54	-	112
Companhias Abertas	674.920	14.717	653.046	14.309
Ambev	104.262	2.219	106.162	1.741
BB Seguridade Participações	61.799	1.761	41.399	1.172
BRF	35.438	1.297	35.438	1.710
B3SA	60.528	1.379	-	-
CCR	136.990	2.212	177.090	2.826
Cielo	26.404	621	44.008	1.227
Cetip	-	-	66.200	2.953
Kroton Educacional	34.870	642	45.170	602
Petrobras	137.579	766	137.579	2.046
Raia Drogasil	8.350	2.215	-	-
Localiza	68.700	1.515	-	-
Dividendos a Receber	-	29	-	32
Valores a Receber	-	61	-	-
Em Operações de Empréstimo	130.655	3.029	-	-
Companhias Abertas	130.655	3.028	-	-
BB Seguridade Participações	7.400	211	-	-
CCR	88.500	1.429	-	-
Cielo	26.405	621	-	-
Raia Drogasil	8.350	767	-	-
Valores a Receber - Empréstimos	-	1	-	-
Total	937.890	21.760	814.323	19.221

8.7 - Fundos de Investimento

I - Fundo de Investimento em Renda Fixa - FIRF

Trata-se de fundos exclusivos, cuja carteira é composta por títulos públicos marcados a mercado e utilizados para fazer face às necessidades de liquidez dos planos. Em 2017, saldo de R\$ 433.588 mil (R\$ 313.354 mil em 2016), conforme Nota 8.1.

II - Fundo de Índice Referenciado em Ações - ETF

Fundo não exclusivo, com cotas negociadas em bolsa de valores, que busca refletir o desempenho do Ibovespa. A Fundação iniciou o investimento em ETF em dezembro de 2017, no valor de R\$ 8.082 mil, conforme Nota 8.1

III - Fundo de Investimento em Participações - FIP

Refere-se a investimento realizado pelo PBB e pelo PBDC, cujo saldo de R\$ 994 mil (R\$ 2.480 mil em 2016) é composto por ativos de renda fixa e de emissão de empresas que possuem passivos fiscais ainda pendentes de julgamento, o que vem atrasando o encerramento do fundo.

8.8 - Investimentos Imobiliários

A variação é consequência, basicamente, da reavaliação dos imóveis ocorrida no exercício e do recebimento de parcelas correspondentes a vendas realizadas em 2014, conforme evidenciado nos quadros a seguir:

Em R\$ mil

Imóveis Reavaliados	Saldo em 31.12.2016	Reavaliação	Ajuste	Laudo	
				Data	Empresa Responsável
Locados a Terceiros	89.610	82.753	(6.857)		
Corporate Financial Center	34.152	30.882	(3.270)	23.6.2017	Consul Patrimonial Ltda.
Cosmopolitan Center	55.458	51.871	(3.587)	3.7.2017	Predictor Avaliações Patrimoniais e Consultoria Ltda
Investimentos em Shopping Center	14.784	23.157	8.373 ¹	3.7.2017	Predictor Avaliações Patrimoniais e Consultoria Ltda
Total	104.394	105.910	1.516		

Obs: No saldo de investimentos imobiliários são acrescidos os valores a receber de aluguéis e de depósito caução no total de R\$ 962 mil.

¹ A variação positiva decorre, basicamente, da valorização dos terrenos na área da localização do imóvel.

Imóveis Vendidos	Data de Venda	Condições	Recebimento		Valor a Receber
			2017	2016	
Shopping Center Recife - Salão Comercial BV 80	18.9.2014	R\$ 22.191 mil – entrada de R\$ 6.657 mil e saldo em trinta parcelas mensais e consecutivas, atualizadas pelo IPCA mais juros.	2.019	7.858	-
Shopping Center Recife - Salão Comercial PC-82	21.10.2014	R\$ 18.546 mil – entrada de R\$ 6.213 mil e saldo em trinta parcelas mensais e consecutivas, atualizadas pelo IPCA mais juros.	2.130	6.207	-
Alphaville - Centro Industrial e Empresarial	4.4.2014	A partir de julho de 2017, o saldo devedor passou a ser corrigido pelo IPCA mais juros de 6,5% a.a, com o prazo de pagamento alterado para 60 meses.	5.217	6.734	16.904
Total			9.366	20.799	16.904

A Centrus possui imóveis no valor de R\$ 57.885 mil, vinculados a garantia em ações judiciais (valor em discussão totalizando R\$ 22.295 mil) relacionadas ao cálculo de frações patrimoniais atribuídas a participantes desligados do PBB, em razão do enquadramento dos funcionários do Banco Central ao RJU.

8.9 - Valor Justo – Por Hierarquia

As metodologias de avaliação do valor justo são classificadas de acordo com os seguintes níveis de hierarquia, que refletem a representatividade dos dados utilizados nas avaliações:

I - Nível 1 – preços de instrumentos financeiros idênticos aos cotados em mercados ativos, sem a realização de ajustes;

II - Nível 2 – preços cotados, não incluídos no Nível 1, observáveis para o ativo ou o passivo financeiro, direta ou indiretamente, incluindo-se: (i) cotações de preços de instrumentos financeiros similares, negociados a mercado ativo; (ii) cotações de preços de instrumentos financeiros idênticos ou similares, negociados em mercado pouco ativo; e (iii) outros dados significativos observáveis para o instrumento financeiro; e

III - Nível 3 – dados não observáveis para o instrumento financeiro, utilizados na mensuração de ativos e de passivos financeiros para os quais não há dados observáveis disponíveis ou quando há pouca ou nenhuma atividade de mercado na data da avaliação.

Os quadros a seguir apresentam o saldo existente para os instrumentos financeiros dos planos avaliados a valor justo, de acordo com o nível de hierarquia de valor justo no qual estão classificados:

Consolidado

Em R\$ mil

Discriminação	2017			2016		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Títulos	5.910.563	-	-	5.992.700	-	-
Ações	387.952	-	-	442.531	-	-
Fundos de Investimentos	441.670	-	994	313.354	-	2.480
Renda Fixa	433.588	-	-	313.354	-	-
Índice de Mercado	8.082	-	-	-	-	-
Participações	-	-	994	-	-	2.480
Investimentos Imobiliários	-	-	125.223	-	-	132.548
Total	6.740.185	-	126.217	6.748.585	-	135.028

PBB

Em R\$ mil

Discriminação	2017			2016		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Títulos	5.169.157	-	-	5.273.705	-	-
Ações	302.711	-	-	361.518	-	-
Fundos de Investimentos	367.812	-	968	287.121	-	2.415
Renda Fixa	362.756	-	-	287.121	-	-
Índice de Mercado	5.056	-	-	-	-	-
Participações	-	-	968	-	-	2.415
Investimentos Imobiliários	-	-	110.470	-	-	116.124
Total	5.839.680	-	111.438	5.922.344	-	118.539

PBDC

Em R\$ mil

Discriminação	2017			2016		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Títulos	318.416	-	-	323.891	-	-
Ações	63.480	-	-	61.792	-	-
Fundos de Investimentos	51.398	-	26	11.622	-	65
Renda Fixa	49.885	-	-	11.622	-	-
Índice de Mercado	1.513	-	-	-	-	-
Participações	-	-	26	-	-	65
Investimentos Imobiliários	-	-	2.926	-	-	3.076
Total	433.294	-	2.952	397.305	-	3.141

PCD

Em R\$ mil

Discriminação	2017			2016		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Títulos	138.749	-	-	132.810	-	-
Ações	21.761	-	-	19.221	-	-
Fundos de Investimentos	7.506	-	-	4.819	-	-
Renda Fixa	5.993	-	-	4.819	-	-
Índice de Mercado	1.513	-	-	-	-	-
Total	168.016	-	-	156.850	-	-

PGA

Em R\$ mil

Discriminação	2017			2016		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Títulos	284.241	-	-	262.294	-	-
Fundos de Investimentos	14.954	-	-	9.792	-	-
Renda Fixa	14.954	-	-	9.792	-	-
Investimentos Imobiliários	-	-	11.827	-	-	13.348
Total	299.195	-	11.827	272.086	-	13.348

8.10 - Empréstimos e Financiamentos

8.10.1 - Empréstimos

Em R\$ mil

Discriminação	2017				2016		
	PBB	PBDC	PCD	Consolidado	PBB	PBDC	Consolidado
Principal	13.725	2.345	160	16.230	12.754	2.499	15.253
(Prov. Créd. Liquidação Duvidosa) ¹	-	-	-	-	(194)	(229)	(423)
Total	13.725	2.345	160	16.230	12.560	2.270	14.830

¹ A baixa da provisão deu-se pelo reconhecimento da perda dos valores a receber.

Nessa rubrica são registradas as operações de empréstimo realizadas com participantes e assistidos do PBB, do PBDC e do PCD, observadas as seguintes condições:

I - PBB E PBDC	
Prazo	12, 24, 36, 48 e 60 meses (observado que o pagamento da última prestação deverá ocorrer até a data em que o mutuário completar noventa anos)
Taxa de administração	0,5% sobre o valor da operação
Limite	Até duas operações simultâneas por participante
	Soma das prestações não pode ultrapassar 30% dos vencimentos
	Máximo de R\$ 150 mil para o PBB e de R\$ 100 mil para o PBDC no total das operações
Amortização	Tabela Price
Encargos	Taxa de juros correspondente à variação do CDI
	Taxa de Quitação por Morte - TQM variável em função da idade
	IOF

II - PCD	
Prazo	12, 24, 36, 48 e 60 meses (observado que o pagamento da última prestação deverá ocorrer até a data em que o mutuário completar noventa anos)
Taxa de administração	0,5% sobre o valor da operação
Limite	Até duas operações simultâneas por participante
	Soma das prestações não pode ultrapassar 30% dos vencimentos
	Máximo de R\$ 50 mil no total das operações
Amortização	SAC
Encargos	Taxa de juros correspondente à variação do IPCA + 7% a.a.
	Taxa de Quitação por Morte - TQM variável em função da idade
	IOF

O demonstrativo abaixo apresenta os empréstimos concedidos no período:

Em R\$ mil

Plano	2017		2016	
	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor
PBB	131	7.237	141	7.043
PBDC	36	1.435	38	1.139
PCD	8	160	-	-
Total	175	8.832	179	8.182

Os próximos quadros mostram a distribuição dos empréstimos considerando o período de atraso. Em 2017 houve baixa do provisionamento do ativo em função da falta de expectativa de recebimento:

Consolidado

Em R\$ mil

Atraso (em dias)	2017			2016		
	Principal	Provisão	Saldo	Principal	Provisão	Saldo
sem atraso	16.192	-	16.192	-	-	-
1 a 60	38	-	38	14.790	-	14.790
121 a 240	-	-	-	43	2	41
Acima de 360	-	-	-	418	418	-
Total	16.230	-	16.230	15.251	420	14.831

PBB

Em R\$ mil

Atraso (em dias)	2017			2016		
	Principal	Provisão	Saldo	Principal	Provisão	Saldo
sem atraso	13.725	-	13.725	-	-	-
1 a 60	-	-	-	12.520	-	12.520
121 a 240	-	-	-	43	2	41
Acima de 360	-	-	-	189	189	-
Total	13.725	-	13.725	12.752	191	12.561

PBDC

Em R\$ mil

Atraso (em dias)	2017			2016		
	Principal	Provisão	Saldo	Principal	Provisão	Saldo
sem atraso	2.307	-	2.307	-	-	-
1 a 60	38	-	38	2.270	-	2.270
Acima de 360	-	-	-	229	229	-
Total	2.345	-	2.345	2.499	229	2.270

PCD

Em R\$ mil

Atraso (em dias)	2017			2016		
	Principal	Provisão	Saldo	Principal	Provisão	Saldo
sem atraso	160	-	160	-	-	-
Total	160	-	160	-	-	-

8.10.2 - Financiamentos Imobiliários

Nessa rubrica estão registrados os saldos das operações de financiamentos imobiliários realizadas com participantes e assistidos do PBB e do PBDC.

Em R\$ mil

Discriminação	2017			2016		
	PBB	PBDC	Consolidado	PBB	PBDC	Consolidado
Principal	9.335	47	9.382	13.259	104	13.363
(Prov. Créd. Liquidação Duvidosa)	(99)	(12)	(111)	(217)	-	(217)
Total	9.236	35	9.271	13.042	104	13.146

Em 1996, foram suspensas novas concessões, sendo facultada, desde então, apenas a realização de operações de renegociação. Os contratos em curso observam as condições estabelecidas nos diversos regulamentos, conforme a seguir:

Discriminação	1981	1991	1993						
			Versões de 1 a 5	Versão 6	Versão 7	Versão 8	Versões 9 e A	Versão B	Versões C e D
Prestação	Até 360 meses	Até 240 meses e 120 de prorrogação	Até 240 meses e 60 de prorrogação		Até 240 meses			Até 180 meses	Até 240 meses
Taxa de administração	4,0% a.a. sobre o saldo devedor - mutuário ex-participante		15,0% a.m. sobre o valor da prestação - mutuário ex-participante					Taxa de cobrança de R\$18,49 a.m., reajustável pelo IPCA anual	
Reajuste da prestação	Média ponderada dos reajustes dos vencimentos fixos	Média ponderada do reajuste dos vencimentos fixos	Reajuste dos proventos fixos do mutuário	INPC	Reajuste dos proventos fixos do mutuário. Recálculo decorrido 3/4 do prazo	IGP-M	INPC	TR	IPCA
Reajuste do saldo devedor		INPC				IGP-M	INPC	TR	IPCA
Juros	10% a.a.	6% a.a.		7% a.a.			12% a.a.	7% a.a.	
TQM	1% a.a.	Variável em função da idade do mutuário	1,5% a.a.		Variável em função da idade do mutuário				
Seguro	Seguro contra incêndio obrigatório por quantia não inferior ao montante da dívida								
Garantia	Hipoteca								

No exercício de 2017, foi dada continuidade aos programas para promoção do reequilíbrio financeiro dos contratos de financiamento imobiliário. Tais programas objetivam incentivar a repactuação ou a liquidação de operações, por meio da revisão dos saldos devedores, da concessão de desconto para liquidação ou do alongamento de prazos, e destinam-se aos contratos ainda não repactuados e às operações cujos mutuários demandam na Justiça contra a Centrus, incluindo contratos originados na Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil - Previ.

O resultado desses programas no período está demonstrado a seguir:

Em R\$ mil

Discriminação	2017				2016			
	PBB		PBDC		PBB		PBDC	
	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor
Liquidações	116	4.603	3	34	110	3.684	-	-
Repactuações	-	-	-	-	1	23	-	-
Descontos Concedidos	21	1.109	-	-	32	1.511	-	-
Contratos com execução hipotecária	4	1.319	1	153	-	-	-	-

Os quadros a seguir apresentam a distribuição dos financiamentos imobiliários conforme o período de atraso, esclarecido que o provisionamento é efetuado de acordo com a Nota 4.6.1. Os contratos em que a inadimplência indica reduzida expectativa de recuperação do crédito são provisionados em 100% e baixados da contabilidade. A Fundação mantém todos os procedimentos administrativos ou judiciais para o recebimento desses créditos e reconhece os valores recuperados diretamente como receita.

Consolidado

Em R\$ mil

Atraso (em dias)	2017			2016		
	Saldo Contratado	Provisão	Saldo Contábil	Saldo Contratado	Provisão	Saldo Contábil
sem atraso	8.999	-	8.999	12.851	-	12.851
61 a 120	329	82	246	277	69	208
121 a 240	57	29	29	117	60	57
241 a 360	-	-	-	118	89	30
Acima de 360	-	-	-	8.588	8.588	-
Total	9.385	111	9.274	21.952	8.805	13.147

PBB

Em R\$ mil

Atraso (em dias)	2017			2016		
	Saldo Contratado	Provisão	Saldo Contábil	Saldo Contratado	Provisão	Saldo Contábil
sem atraso	8.999	-	8.999	12.747	-	12.747
61 a 120	281	70	211	277	69	208
121 a 240	57	29	29	117	60	57
241 a 360	-	-	-	118	89	30
Acima de 360	-	-	-	8.132	8.132	-
Total	9.338	99	9.239	21.391	8.349	13.043

PBDC

Em R\$ mil

Atraso (em dias)	2017			2016		
	Saldo Contratado	Provisão	Saldo Contábil	Saldo Contratado	Provisão	Saldo Contábil
sem atraso	-	-	-	104	-	104
61 a 120	47	12	35	-	-	-
Acima de 360	-	-	-	456	456	-
Total	47	12	35	560	456	104

8.11 - Outros Realizáveis

Corresponde à ação de repetição de indébito proposta pela Centrus contra a União, relativa ao Imposto de Renda sobre aplicações financeiras, com trânsito em julgado, na qual a União foi condenada a devolver à Fundação o valor de R\$ 5.479 mil em até dez anos, com atualização monetária.

No exercício de 2017, ocorreu o recebimento de R\$ 2.602 mil (R\$ 1.477 mil em 2016) e atualização monetária pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial - IPCA-E, definido pelo Supremo Tribunal Federal - STF e com consolidação pela Justiça Federal, no valor de R\$ 346 mil (R\$ 402 mil em 2016).

9 - Permanente

9.1 - Móveis

Em R\$ mil

Discriminação	Saldo em 31.12.2016	Laudo		Saldo em 31.12.2017
		Aquisição	Depreciação/Amortização	
Móveis e Utensílios	532	-	(82)	450
Veículos	44	-	(12)	32
Computadores e periféricos	1.428	53	(435)	1.046
Máquinas e equipamentos	142	-	(22)	120
Total	2.146	53	(551)	1.648

A variação observada no período decorre, basicamente, do reconhecimento das despesas com depreciação dos bens móveis.

9.2 - Imóveis

O ajuste é resultante da reavaliação ocorrida no período.

Em R\$ mil

Imóvel	Saldo em 31.12.2016	Reavaliação	Ajuste	Laudo	
				Data	Empresa Responsável
Edificações para Uso Próprio	20.114	18.144	(1.970)	23.6.2017	Consul Patrimonial Ltda.
Total	20.114	18.144	(1.970)		

10 - Exigível Operacional – Gestão Previdencial

A composição do saldo desse grupo de contas é assim apresentada:

Em R\$ mil

Discriminação	Nota	PBB		PBDC		PCD		Total	
		2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Alteração Benefício Pensão - Créditos do Patrocinador	10.1	98.553	219.416	9.252	8.329	-	-	107.805	227.745
Destinação do <i>Superavit</i> 2005 - Saldo a Pagar	10.2	3.086	4.440	8.466	50.213	-	-	11.552	54.653
Patrocinador		-	-	-	37.435	-	-	-	37.435
Contrapartida Benefício Temporário		-	-	-	32.942	-	-	-	32.942
Devolução de Contribuições		-	-	-	4.493	-	-	-	4.493
Participantes e Assistidos		3.086	4.440	8.466	12.778	-	-	11.552	17.218
Benefício Temporário		-	-	8.466	12.778	-	-	8.466	12.778
Reversão de Valores - Direito de Herdeiros		3.086	4.440	-	-	-	-	3.086	4.440
Destinação do <i>Superavit</i> 2009 - Saldo a Pagar	10.3	5.332	9.930	-	5.491	-	-	5.332	15.421
Patrocinador		-	-	-	5.491	-	-	-	5.491
Contrapartida Benefício Temporário		-	-	-	5.098	-	-	-	5.098
Devolução de Contribuições		-	-	-	393	-	-	-	393
Participantes e Assistidos		5.332	9.930	-	-	-	-	5.332	9.930
Reversão de Valores - Direito de Herdeiros		5.332	9.930	-	-	-	-	5.332	9.930
Destinação do <i>Superavit</i> 2012 - Saldo a Pagar	10.4	236.210	109.127	-	-	-	-	236.210	109.127
Patrocinador		229.532	102.665	-	-	-	-	229.532	102.665
Reversão de Valores - Cota Patronal		229.532	102.665	-	-	-	-	229.532	102.665
Participantes e Assistidos		6.678	4.699	-	-	-	-	6.678	4.699
Reversão de Valores - Direito de Herdeiros		6.678	4.699	-	-	-	-	6.678	4.699
Outros créditos de participantes		-	-	-	-	-	-	-	-
Créditos de Terceiros	10.6	1.708	1.763	-	13	-	-	1.708	1.776
Fração Patrimonial Encerrada		1.341	1.395	-	-	-	-	1.341	1.395
Remuneração a Pagar		367	368	-	13	-	-	367	381
Benefícios Previdenciais a Pagar	10.5	2.098	1.988	-	-	-	-	2.098	1.988
Recursos Antecipados	10.7	-	-	-	-	1.094	1.071	1.094	1.071
Retenções a Recolher	10.8	8.648	8.097	161	89	180	177	8.989	8.363
Outros		171	217	19	-	141	111	331	328
Total		355.806	353.215	17.898	64.135	1.415	1.248	374.889	418.421

No saldo consolidado, devem ser desconsideradas as operações comuns entre os planos, conforme Nota 17.

10.1 - Créditos do Patrocinador – Portaria 2.644

Corresponde ao crédito constituído em contrapartida à elevação do percentual da cota básica das pensões por morte, aprovada nos termos da Portaria nº 2.644, de 11 de dezembro de 2008, do Departamento de Análise Técnica da então Secretaria de Previdência Complementar - SPC.

A atualização dos valores disponíveis ao patrocinador Banco Central é calculada mensalmente pela rentabilidade da carteira de títulos públicos do PBB, inclusive dos integrantes de FIRF. Para a patrocinadora Centrus, é calculada pela rentabilidade patrimonial do PBDC.

A transferência à autarquia é efetuada mensalmente em montante, conforme solicitação por ela efetuada. No que se refere ao PBDC, os valores estão à disposição da Fundação.

10.2 - Destinação do *Superavit* 2005 – Saldo a Pagar

I - Patrocinador

Referia-se ao saldo de *Superavit* 2005 destinado à patrocinadora do PBDC. A parcela da Centrus tinha como propósito ser utilizada em proveito do plano, para fazer face à cobertura de contribuições, de eventual *deficit* ou de aumento das Provisões Matemáticas decorrente de revisão de premissas atuariais ou de benefícios. Em 2017, o saldo foi reclassificado para o Fundo Previdencial de Utilização Patronal, conforme Nota 14.2.3.

II - Participantes e Assistidos

O saldo existente no PBB diz respeito a direitos de assistidos falecidos cujos herdeiros ainda não se habilitaram ao recebimento, não havendo atualização até a data do pagamento. No PBDC, o valor corresponde ao saldo das parcelas transferidas mensalmente do fundo previdencial dos participantes para sua conta individualizada. Tais recursos são atualizados pela meta atuarial e somente podem ser sacados quando o participante estiver em gozo de benefício de prestação continuada ou na hipótese de desligamento do plano.

10.3 - Destinação do *Superavit* 2009 – Saldo a Pagar

I - Patrocinador

No que diz respeito ao PBDC, referia-se ao saldo disponível de *Superavit* 2009 destinado à patrocinadora, reconhecido mensalmente em contrapartida ao pagamento efetuado aos participantes e assistidos do plano. Em 2017, o saldo foi reclassificado para o Fundo Previdencial de Utilização Patronal, conforme Nota 14.2.3.

II - Participantes e Assistidos

O saldo relativo ao PBB representa direitos de assistidos falecidos cujos herdeiros ainda não se habilitaram ao recebimento, não havendo atualização até a data do pagamento. No caso do PBDC, as cotas relacionadas aos assistidos já foram a eles pagas, enquanto as parcelas correspondentes aos direitos de participantes ativos são utilizadas para o pagamento de contribuições devidas ao plano e somente podem ser sacados quando o participante entrar em gozo de benefício.

10.4 - Destinação do Superavit 2012 – Saldo a Pagar

I - Patrocinador

Refere-se ao saldo disponível do *Superavit* 2012 destinado ao patrocinador do PBB, cujas transferências dos recursos ocorrerão em função de solicitação do Banco Central e a atualização do saldo a pagar se dá pela taxa equivalente à da rentabilidade obtida pela Centrus nas aplicações dos recursos do plano no segmento de renda fixa, que corresponde ao retorno ponderado dos investimentos efetuados em títulos públicos e fundos de curto prazo lastreados nesses títulos.

II - Participantes e Assistidos

O saldo relativo ao PBB representa direitos de assistidos falecidos cujos herdeiros ainda não se habilitaram ao recebimento.

10.5 - Benefícios Previdenciais a Pagar

Retrata o saldo de benefícios de assistidos falecidos cujos herdeiros ainda não se habilitaram ao recebimento.

10.6 - Créditos de Terceiros

Dizem respeito a valores relacionados a credores que não foram localizados ou a falecidos cujos herdeiros ainda não se habilitaram ao recebimento.

10.7 - Recursos antecipados

Corresponde a contribuições efetuadas pelos participantes do PCD após a data-limite definida para a aquisição de cotas, que permanecem no passivo aguardando o início do mês para integralização às Provisões Matemáticas.

10.8 - Retenções a Recolher

Compreendem, basicamente, os tributos de responsabilidade de participantes e assistidos, retidos pela Fundação no momento do pagamento e recolhidos conforme calendário estabelecido pela entidade credora.

11 - Exigível Contingencial

O passivo contingencial é constituído com o objetivo de preservar o patrimônio dos planos administrados em situações de risco de perda em ações judiciais ou administrativas e, conseqüentemente, de desembolso de recursos.

Em 31 de dezembro de 2017, a Centrus era parte em 498 ações judiciais e administrativas, sendo 123 no polo ativo, 343 no polo passivo – relativas a assuntos diversos, entre os quais benefícios, financiamentos imobiliários, reclamações trabalhistas, fração patrimonial e cálculo de tributos – e 32 em que a Fundação possui interesse indireto. No encerramento do exercício de 2016, o total era de 538, sendo 119 no polo ativo, 382 no polo passivo e 37 com interesse indireto. Em 2017, estão contabilizadas provisões para 35 ações (33 em 2016), cujo risco de perda foi considerado provável.

Em R\$ mil

Discriminação	Consolidado				
	2017	Atualizações	Adições	Baixas	2016
Previdencial	142.196	13.057	18.373	11.588	122.354
Trabalhistas	63.429	5.192	6.641	6.646	58.242
Fração Patrimonial	74.213	7.650	4.672	1.284	63.175
Diversas	4.554	215	7.060	3.658	937
Administrativo	460	36	400	298	322
Trabalhistas	460	36	400	298	322
Investimento	126	-	-	-	126
Ações Revisionais	126	-	-	-	126
Total	142.782	13.093	18.773	11.886	122.802

Em R\$ mil

Discriminação	PBB				
	2017	Atualizações	Adições	Baixas	2016
Previdencial	142.196	13.057	18.373	11.588	122.354
Trabalhistas	63.429	5.192	6.641	6.646	58.242
Fração Patrimonial	74.213	7.650	4.672	1.284	63.175
Diversas	4.554	215	7.060	3.658	937
Investimento	126	-	-	-	126
Ações Revisionais	126	-	-	-	126
Total	142.322	13.057	18.373	11.588	122.480

Em R\$ mil

Discriminação	PGA				
	2017	Atualizações	Adições	Baixas	2016
Administrativo	460	36	400	298	322
Trabalhistas	460	36	400	298	322
Total	460	36	400	298	322

As ações com risco de perda possível não são objeto de provisão. Essas ações totalizam R\$ 334.413 mil em 2017 (R\$ 303.741 mil em 2016).

11.1 - Gestão Previdencial

11.1.1 - Trabalhistas

Incluem, basicamente, ações movidas por ex-empregados do Banco Central oriundos do Banco do Brasil S.A. ou por seus pensionistas, que pleiteiam na Justiça do Trabalho revisão do valor do benefício de aposentadoria ou de pensão por morte. A variação observada decorre, principalmente, da atualização do valor das provisões pela Taxa de Referencial - TR, acrescidos de 1% ao mês.

11.1.2 - Fração Patrimonial

Refere-se a provisões destinadas à cobertura de eventual perda em ações judiciais relacionadas à revisão da fração patrimonial devolvida a ex-participantes do PBB, resultantes da segregação do patrimônio da Fundação determinada pela Lei nº 9.650, de 1998.

Em 2014, por força de decisão do Superior Tribunal de Justiça - STJ favorável à Centrus, o risco de perda da maioria dessas ações foi reclassificado para possível, determinando a reversão de parte das provisões constituídas para tal finalidade. O valor ainda provisionado refere-se a ações não alcançadas pela decisão do STJ e a variação observada em 2017 decorre da atualização do valor das provisões pela taxa Selic.

11.1.3 - Diversas

Dizem respeito, essencialmente, a ações judiciais movidas por ex-empregados do Banco Central pleiteando reenquadramento e diferenças de proventos, nas quais a Centrus integra a relação processual na qualidade de litisconsorte passivo.

11.2 - Gestão Administrativa

Refere-se a ações movidas por ex-empregados da Fundação, requerendo diferenças de verbas rescisórias, reclassificação funcional e outras indenizações, bem como a autuações fiscais relacionadas a contribuições para a Seguridade Social.

11.3 - Investimentos

A constituição de provisões decorre de execução de honorários advocatícios em ação relativa a financiamento imobiliário já transitada em julgado.

12 - Provisões Matemáticas

As Provisões Matemáticas representam o valor presente dos benefícios concedidos e a conceder aos participantes e assistidos dos planos de benefícios administrados.

Em decorrência da aprovação pela Previc das alterações regulamentares do PBDC foi estabelecido a instituição da paridade contributiva, a qual gerou aumento das provisões matemáticas do Plano, equivalente a R\$ 4.516 mil. Essa importância foi suportada pela patrocinadora Centrus e

pelos participantes autopatrocinados com recursos registrados no exigível operacional do PBDC provenientes da destinação de *superavit* de 2005 e cuja utilização encontra previsão regulamentar para essa finalidade.

Consolidado

Em R\$ mil

Discriminação	2017	2016
Benefícios Concedidos	3.551.949	3.624.665
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização	3.441.372	3.518.690
Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados - Assistidos	1.935.517	2.031.569
Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados - Assistidos	1.505.855	1.487.121
Contribuição Definida	110.577	105.975
Saldo de Contas - Assistidos	110.577	105.975
Benefícios a Conceder	203.896	204.106
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Programado	140.172	137.951
Valor Atual dos Benefícios Programados	147.572	154.797
(-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores	(3.700)	(11.231)
(-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	(3.700)	(5.615)
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Não Programado	7.561	16.633
Valor Atual dos Benefícios Não Programados	7.961	18.664
(-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores	(200)	(1.354)
(-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	(200)	(677)
Contribuição Definida	56.163	49.522
Saldo de Contas - Patrocinador	310	82
Saldo de Contas - Participantes	55.853	49.440
Provisão Matemática a Constituir	(1.959)	(1.540)
Serviço Passado de Responsabilidade do Patrocinador	(1.473)	(1.077)
Serviço Passado de Responsabilidade dos Participantes	(486)	(463)
Total	3.753.886	3.827.231

PBB

Em R\$ mil

Discriminação	2017	2016
Benefícios Concedidos	3.381.290	3.476.140
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização	3.381.290	3.476.140
Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados - Assistidos	1.876.180	1.989.751
Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados - Assistidos	1.505.110	1.486.389
Total	3.381.290	3.476.140

PBDC

Em R\$ mil

Discriminação	2017	2016
Benefícios Concedidos	60.082	42.551
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização	60.082	42.551
Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados - Assistidos	59.337	41.818
Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados - Assistidos	745	733
Benefícios a Conceder	147.733	154.584
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Programado	140.172	137.951
Valor Atual dos Benefícios Programados	147.572	154.797
(-) Valor Atual das Contribuições Futuras do Patrocinador	(3.700)	(11.231)
(-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	(3.700)	(5.615)
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Não Programado	7.561	16.633
Valor Atual dos Benefícios Não Programados	7.961	18.664
(-) Valor Atual das Contribuições Futuras do Patrocinador	(200)	(1.354)
(-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	(200)	(677)
Provisão Matemática a Constituir	(1.959)	(1.540)
Serviço Passado de Responsabilidade do Patrocinador	(1.473)	(1.077)
Serviço Passado de Responsabilidade dos Participantes	(486)	(463)
Total	205.856	195.595

PCD

Em R\$ mil

Discriminação	2017	2016
Benefícios Concedidos	110.577	105.974
Contribuição Definida	110.577	105.974
Saldo de Contas - Assistidos	110.577	105.974
Benefícios a Conceder	56.163	49.522
Contribuição Definida	56.163	49.522
Saldo de Contas - Patrocinador	310	82
Saldo de Contas - Participantes	55.853	49.440
Total	166.740	155.496

12.1 - Benefícios Concedidos

Valor atual a ser pago aos assistidos em gozo de benefício de prestação continuada dos planos de benefícios administrados.

12.2 - Benefícios a Conceder

Valor atual dos benefícios a serem concedidos aos participantes do PBDC e do PCD que ainda não entraram em gozo de benefício de prestação continuada. No caso do PBDC, é deduzido o valor presente das contribuições que serão recolhidas ao Plano pelos participantes e pela patrocinadora Centrus.

12.3 - Provisão Matemática a Constituir

Refere-se ao custo de serviço passado de empregados da Fundação que aderiram ao PBDC a partir de dezembro de 2011. O valor foi distribuído entre participantes e a patrocinadora na razão contributiva vigente, de duas cotas de responsabilidade da patrocinadora para uma dos participantes.

O pagamento é efetuado de forma parcelada, tendo como limite a data em que o participante se tornará elegível à obtenção de benefício programado de aposentadoria.

Destaca-se que a paridade contributiva resultante das alterações regulamentares não se estendeu às contribuições de serviço passado, dado que a relação entre a patrocinadora e o participante, no caso, é contratual.

12.4 - Avaliação Atuarial

As Provisões Matemáticas são apuradas por meio de processo de avaliação atuarial realizado pela empresa de consultoria Mercer Gama, tendo por base os dados cadastrais dos participantes e assistidos do PBB, do PBDC e do PCD no mês de dezembro de cada ano, as premissas atuariais aplicáveis às características da massa de participantes e assistidos e a situação econômica atual.

As premissas atuariais utilizadas no cálculo das Provisões Matemáticas e do valor dos benefícios foram revistas durante o exercício de 2017, conforme a seguir discriminadas, a partir dos testes de aderência atuarial desenvolvidos pela Mercer Gama Consultores.



Biométricas

Tábua de mortalidade geral	AT-2000 M&F * desagradada em 10%					
Tábua de mortalidade de inválidos	GAM-71 M&F					
Tábua de entrada em invalidez	Não aplicável		Álvaro Vindas		Não aplicável	
Idade média	80	78	52	50	57	59

Econômicas

Taxa de juros	4,5% a.a.					
Índice de inflação	IPCA					
Contribuição de participantes e assistidos	-		3%, 5% e 6% ^{1/}		Mínimo de 3% ^{1/}	
Contribuição do patrocinador	-		3%, 5% e 6% ^{4/}		6%, 10% e 12% ^{2/}	
Crescimento real de salários	Não aplicável		2,16%a.a.		3,29%a.a.	
Fator de Capacidade	0,9804	0,9788	0,9804	0,9789	Não aplicável	

População

Total	1.331	1.387	119	119	609	547
Ativos	-	-	88	99	428	375
Aposentados	562	609	28	17	178	170
Pensionistas vitalícios	754	761	3	3	-	-
Pensionistas temporários	15	17	-	-	3	2

* Corresponde às tábuas 886 e 887 do banco de dados da Society of Actuaries - SOA

^{1/} Os assistidos estão dispensados de realizar contribuições

^{2/} Correspondente a duas vezes a contribuição do participante

^{3/} Aplicável apenas à patrocinadora Centrus

^{4/} Correspondente à contribuição do participante (paridade contributiva)

A modificação efetuada no fator de crescimento real de salários do PBDC se justifica tendo em conta:

- I - as possibilidades de evolução na carreira dos empregados da Fundação no contexto do Plano de Cargos e Remunerações - PCR em vigor desde 1º de janeiro de 2014;
- II - a aplicação do fator de crescimento salarial apenas até o participante tornar-se elegível à aposentadoria por tempo de contribuição ou por idade, o que ocorrer primeiro; e
- III - a não incidência do fator aos autopatrocinados, aos membros da Diretoria-Executiva e aos participantes em final de carreira.

A alteração feita no fator de capacidade do PBB e do PBDC reflete projeções das taxas de inflação por período equivalente ao do fluxo do passivo do plano e a taxa de juros definida ou prevista para vigorar até a próxima avaliação.

13 - Equilíbrio Técnico

13.1 - Resultado do Exercício

O resultado das operações dos planos na modalidade de benefício definido (PBB e PBDC) é incorporado ao Patrimônio Social, na conta *Superavit/Deficit* Acumulado, enquanto que, na modalidade de contribuição definida (PCD), o resultado é incorporado mensalmente ao saldo das contas individualizadas dos participantes e assistidos.

O quadro a seguir detalha os resultados:

Em R\$ mil

Discriminação	PBB		PBDC		PCD		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Resultado de Investimentos	527.461	948.182	41.654	63.321	14.301	19.637	583.416	1.031.140
Receitas de Contribuições	-	8	53.328	3.279	8.453	6.343	61.781	9.630
Despesas de Benefícios	(621.954)	(691.142)	(13.512)	(14.584)	(11.502)	(8.653)	(646.968)	(714.379)
(Constituição) / Reversão de Contingências	(24.136)	(17.972)	525	-	-	-	(23.611)	(17.972)
(Constituição) / Reversão de Provisões Matemáticas	94.850	(39.229)	(10.262)	3.066	-	-	84.588	(36.163)
(Constituição) / Reversão de Fundos	198.345	229.382	(44.810)	(2.370)	(9)	(21)	153.526	226.991
Resultado do Exercício	174.566	429.229	26.923	52.712	11.243	17.306	212.732	499.247

13.2 - Reserva de Contingência

A Reserva de Contingência do PBB foi calculada em 17,97% (18,06% em 2016) das Provisões Matemáticas (10 p.p. + 7,97% referentes à duração do passivo), Nota 4.7.

Para o PBDC, foi mantida em 25% em função da duração do passivo do plano, que alcançou 17,44 anos (19,36 anos em 2016), cujo percentual de ajuste, acrescido de 10 pontos percentuais, ultrapassa o limite legal.

13.3 - Superavit Técnico Acumulado

O saldo do *Superavit* Técnico Acumulado do PBB e do PBDC, no valor total de R\$ 1.933 mil (R\$ 1.732 mil em 2016), possui a seguinte composição:

Em R\$ mil

Posição	Reserva de Contingência			Reserva Especial para Revisão de Plano			Superavit Técnico Acumulado		
	PBB	PBDC	Total	PBB	PBDC	Total	PBB	PBDC	Total
Saldo em 31.12.2016	627.791	48.899	676.690	995.353	59.857	1.055.210	1.623.144	108.756	1.731.900
(+/-) Variação ¹	(20.173)	2.565	(17.608)	194.739	24.359	219.098	174.566	26.924	201.490
Saldo em 31.12.2017	607.618	51.464	659.082	1.190.092	84.216	1.274.308	1.797.710	135.680	1.933.390

¹ A variação é decorrente do resultado do exercício do PBB e do PBDC, vide Nota 13.1.

13.4 - Superavit Técnico Ajustado

A Instrução Previc nº 19, de 4 de fevereiro de 2016, estabelece que os *superavits* e *deficits* técnicos devem ser ajustados antes de se efetuar a sua distribuição ou o seu equacionamento, conforme o caso, de maneira a reconhecer o impacto da taxa de juros sobre ativos mantidos na contabilidade pelo valor da curva.

Esse ajuste corresponde à diferença entre o valor contábil de títulos públicos vinculados a índices de preços, classificados na categoria Mantidos até o Vencimento, e seu valor calculado utilizando-se a taxa de juros adotada na avaliação atuarial de encerramento do exercício. São incluídos no ajuste de precificação apenas os títulos que apresentam, no conjunto, entre outros quesitos, valor presente igual ou inferior ao valor presente do fluxo de pagamento de benefícios e tenham duração também igual ou inferior à duração do fluxo de pagamento de benefícios. Na situação de equacionamento de *deficit*, devem ser considerados os ajustes positivos ou negativos no dimensionamento final do *deficit* a equacionar, enquanto que na destinação de *superavit* consideram-se apenas os ajustes negativos.

Em 31 de dezembro de 2017, o ajuste foi positivo em R\$ 381.820 mil (R\$ 342.908 mil em 2016) para o PBB e em R\$ 43.606 mil (R\$ 44.194 mil em 2016) para o PBDC, conforme demonstrativo a seguir. Tendo em vista a ocorrência de *superavit* em ambos os planos, esses resultados não interferem nos montantes apurados para fins de destinação aos participantes e assistidos e aos patrocinadores:

PBB

Em R\$ mil

	Vencimento	Quantidade	Valor Contábil	Ajuste	Valor Ajustado
NTN-B	Acima de 360 dias	892.985	2.714.131	381.820	3.032.951
Total		892.985	2.714.131	381.820	3.032.951

PBDC

Em R\$ mil

	Vencimento	Quantidade	Valor Contábil	Ajuste	Valor Ajustado
NTN-B	Acima de 360 dias	57.959	170.595	43.606	214.201
Total		57.959	170.595	43.606	214.201

14 - Fundos Previdenciais

De acordo com o previsto na Resolução CGPC nº 26, de 29 de setembro de 2008, ao apurar-se *superavit* que atenda às condições de destinação, são constituídos fundos previdenciais segregados entre patrocinadores, de um lado, e participantes e assistidos, de outro, enquanto se aguarda a aprovação do processo pela Previc.

Após essa aprovação, os saldos são transferidos para fundos específicos, de acordo com a forma de distribuição de *superavit* adotada. Em 31 de dezembro, estavam registrados os seguintes fundos previdenciais:

		Em R\$ mil	
Discriminação	Nota	2017	2016
PBB		270.079	468.425
<i>Superavit 2012</i>	14.1	270.079	468.425
Reversão de Valores - Patrocinador		134.923	234.011
Reversão de Valores - Assistidos		135.156	234.414
PBDC		78.516	33.705
<i>Superavit 2009</i>	14.2.1	4.409	29.231
Cobertura de Contribuições - Patrocinadora		-	14.573
Cobertura de Contribuições - Participantes		4.409	14.658
<i>Superavit 2012</i>	14.2.2	1.637	4.474
Destinação - Patrocinadora		846	2.312
Destinação - Participantes e Assistidos		791	2.162
Fundo de Utilização Patronal	14.2.3	58.686	-
Fundo de Utilização Individual	14.2.4	13.784	-
PCD		31	21
Reversão de Saldo		31	21
Total		348.626	502.151

14.1 - PBB – Destinação do *Superavit 2012* – Patrocinador e Assistidos

Corresponde a saldo da destinação do *Superavit 2012* atribuída ao patrocinador Banco Central e aos assistidos, prevista para ser efetivada em 36 parcelas. Essa distribuição foi iniciada em novembro de 2017, retroativamente a janeiro do mesmo ano.

14.2 - PBDC

14.2.1 - *Superavit 2009*

I - Cobertura de Contribuições – Patrocinadora e Participantes

Diz respeito à parcela do *Superavit 2009* destinada ao pagamento das contribuições devidas pela patrocinadora Centrus e pelos participantes. O início de sua utilização ocorreu após o esgotamento do saldo do *Superavit 2005* para a mesma finalidade.

Em função de decisão final da Previc acerca da forma de participação dos autopatrocinados na destinação de *superavit*, a parcela do resultado de 2009, reservada em fundo previdencial, foi redistribuída entre os participantes e assistidos. Os direitos dos participantes, incluídos os dos

autopatrocinados, foram creditados no Fundo Previdencial de Contribuições Pessoais - 2009, que mantém controles individualizados. Uma vez inexistir fundo previdencial específico para dar cobertura às contribuições patronais de responsabilidade dos autopatrocinados, a Centrus deu continuidade ao débito das mencionadas obrigações no Fundo Previdencial de Contribuições Pessoais - 2009.

14.2.2 - Superavit 2012

I - Destinação – Patrocinadora

Corresponde ao saldo da destinação do *Superavit* 2012 atribuída ao patrocinador Centrus, que foi prevista para ser efetivada em 36 parcelas. O saldo em 2017, de R\$ 846 mil refere-se às doze parcelas restantes dessa destinação.

II - Destinação – Participante e Assistidos

Corresponde ao saldo da destinação do *Superavit* 2012 atribuída aos participantes e assistidos da Centrus, que foi prevista para ser efetivada em 36 parcelas. O saldo em 2017, de R\$ 791 mil, refere-se às doze parcelas restantes dessa destinação.

14.2.3 - Fundo de Utilização Patronal

Em função de determinação contida no Parecer nº 13/2016/CGDC/DICOL/PREVIC, de 12 de abril de 2016, a Fundação apresentou nova versão do Regulamento do PBDC. Assim em consequência das modificações regulamentares, entre maio e julho de 2017, após aprovação pela Previc por meio da Portaria nº 250, 21 de março de 2017, foram reclassificados de forma compulsória os recursos de patrocinador provenientes das destinações de *Superavit* de 2005 e de 2009 para o Fundo Previdencial de Utilização Patronal no montante de R\$ 58.925 mil, atualizado mensalmente pela taxa de rentabilidade patrimonial do plano.

A sua utilização dar-se-á, por meio de autorização do Conselho Deliberativo, para cobertura de contribuições devidas ao PBDC e para pagamento do benefício mensal temporário, mediante transferência em 36 parcelas mensais e sucessivas; compensação da elevação do nível das provisões matemáticas do plano resultante de alteração no cenário de bases técnicas, contribuição para o custeio previdencial do PBDC; acerto de contas provenientes de retirada de patrocínio e outras utilizações admitidas pela legislação.

14.2.4 - Fundo de Utilização Individual

Na forma do art. 69 do Regulamento do PBDC, o saldo da Conta Individual de Benefício Temporário ou do Fundo Previdencial de Contribuições Pessoais - 2009 pôde, por opção do participante, ser transferido para o Fundo Previdencial de Utilização Individual. Desta forma, frente às adesões a esse movimento, foram transferidos para o Fundo de Utilização Individual o valor de R\$ 8.633 mil.

O Fundo Previdencial de Utilização Individual se destina a dar cobertura às contribuições normais ou extraordinárias devidas pelos participantes ou para o pagamento de benefício mensal temporário aos assistidos, sendo atualizado mensalmente pela taxa de rentabilidade patrimonial do plano.

15 - Fundo Administrativo

Registra o Patrimônio Social do PGA e tem como objetivo custear as despesas da Fundação na administração dos planos de benefícios. O Fundo Administrativo representa os recursos de cada plano de benefícios no PGA e é administrado de maneira segregada por plano, observado que:

- I - as despesas e as receitas diretamente identificadas são imputadas à parcela do fundo administrativo do respectivo plano de benefícios;
- II - as despesas e as receitas comuns são rateadas na proporção do ativo de cada plano; e
- III - as receitas oriundas dos investimentos do PGA são rateadas na proporção da participação dos planos de benefícios em seu ativo.

As despesas do PGA em 2017 alcançaram R\$ 45.253 mil (R\$ 41.160 mil em 2016), dentro dos limites estabelecidos pelo Conselho Deliberativo, de acordo com o seguinte detalhamento:

	Em R\$ mil	
Discriminação	2017	2016
I - Despesas Orçamentárias	38.640	37.820
Pessoal e Encargos	32.630	30.625
Treinamentos/Congressos e Seminários	133	278
Viagens e Estadias	168	231
Serviços de Terceiros	2.964	3.576
Despesas Gerais	2.745	3.110
II - Despesas não Orçamentárias	6.613	3.340
Depreciação e Amortização	552	576
Tributos	4.092	2.764
¹ Outras Despesas	1.969	-
Total das Despesas Administrativas (I+II)	45.253	41.160

¹ Reavaliação negativa dos imóveis do permanente.

Em 31 de dezembro, os planos de benefícios possuíam a seguinte participação no PGA, equivalente ao saldo do Fundo Administrativo:

Discriminação	2017		2016	
	Valor	%	Valor	%
	PBB	309.405	94,60	287.562
PBDC	15.938	4,87	14.873	4,90
PCD	1.735	0,53	1.303	0,43
Total	327.078	100	303.738	100

Em R\$ mil

Foram utilizados como fonte de receitas para o custeio das despesas administrativas os recursos descritos na Nota 4.8.

16 - Fundos de Investimentos

Os fundos dos investimentos do PBB e do PBDC registravam os seguintes saldos em 31 de dezembro:

Fundos dos Investimentos	PBB		PBDC		Total	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016
	Reserva de Garantia	31.471	29.370	870	799	32.341
Cobertura de Financiamento Imobiliário	2.861	2.918	-	-	2.861	2.918
Total	34.332	32.288	870	799	35.202	33.087

Em R\$ mil

16.1 - Fundo de Reserva de Garantia

Constituído para fazer face à quitação de empréstimos concedidos aos participantes e assistidos do PBB, do PBDC e do PCD, bem como de financiamentos imobiliários concedidos aos participantes e assistidos do PBB e do PBDC, na ocorrência de falecimento do mutuário.

16.2 - Fundo de Cobertura de Financiamento Imobiliário

Formado com a finalidade de suportar os descontos concedidos na repactuação ou na liquidação de contratos que apresentam desequilíbrio financeiro, no âmbito dos programas de reestruturação da carteira de financiamentos imobiliários. A variação do período é resultado das liquidações efetivadas, detalhadas na Nota 8.10.2.

17 - Consolidação de Balanço

Os ajustes e as eliminações promovidos para a consolidação das Demonstrações Contábeis são efetuados em documentos auxiliares e referem-se à participação dos planos de benefícios no PGA, de acordo com o quadro a seguir:

Em R\$ mil

Contas	Movimentação				Eliminações de Consolidação	
	PBB	PBDC	PCD	PGA	Débito	Crédito
Valores a Receber	-	-	2	229	-	231
Participação no PGA	309.405	15.938	1.734	-	-	327.077
Patrimônio Social	-	-	-	327.077	327.077	-
Valores a Pagar	83	8	140	-	231	-

Os valores a receber e a pagar entre planos correspondem, basicamente, ao rateio de despesas efetuadas por um dos planos, cujos serviços foram usufruídos pelos demais, bem como o resultado dos investimentos do PBB e do PBDC e taxa de administração do PCD, a serem repassados ao PGA.

18 - Partes Relacionadas

I - Banco Central do Brasil

O Banco Central é uma autarquia federal integrante do sistema financeiro nacional, ao qual cabe estabelecer as diretrizes gerais das políticas monetária, cambial e creditícia, além de regular o funcionamento e a fiscalização das instituições financeiras. Se relaciona com a Centrus por meio do patrocínio contributivo no PBB e não contributivo no PCD, conforme Nota 2-I e 2-III.

No quadro a seguir são demonstrados as principais operações ocorridas no período entre o Banco Central e a Centrus:

Natureza da Operação	2017	2016
Portaria 2644 - Revisão de Benefícios (Nota 10.1)		
Saldo inicial	219.416	311.504
(+) Atualização	14.567	38.535
(-) Valores Transferidos	(135.431)	(130.623)
Saldo final	98.552	219.416
Destinação Superavit 2012 (Nota 10.4 I)		
Saldo inicial	102.665	-
(+) Constituição da Destinação	-	102.665
(+) Atualização	126.867	-
Saldo final	229.532	102.665
Fundo Previdencial - Superavit 2012 (Nota 14.1)		
Saldo inicial	234.011	-
(+) Constituição Fundo	-	332.125
(-) Constituição Passivo	(112.764)	(101.524)
(+) Atualização	13.273	3.410
Saldo final	134.520	234.011

II - Participantes e Herdeiros

As principais operações ocorridas no período entre a Centrus e participantes e herdeiros dos planos de benefícios estão discriminadas nos quadros a seguir:

Natureza da Operação	2017	2016
Destinação Superavit 2005 (Nota 10.2 II)		
Saldo inicial	17.217	18.802
(+) Atualização	770	1.178
(-) Formação de Fundo - Revisão de Regulamento	(5.081)	-
(-) Valores Destinados	(1.354)	(2.763)
Saldo final	11.552	17.217
Destinação Superavit 2009 (Nota 10.3 II)		
Saldo inicial	15.421	23.118
(+) Atualização	204	4.638
(-) Formação de Fundo - Revisão de Regulamento	(4.697)	-
(-) Valores Destinados	(5.596)	(12.335)
Saldo final	5.332	15.421
Destinação Superavit 2012 (Nota 10.4 II)		
Saldo inicial	4.699	-
(+) Constituição Passivo por Reversão de Fundo	6.826	4.699
(-) Valores Destinados	(4.847)	-
Saldo final	6.678	4.699
Fundo Previdencial - Superavit 2012 (Nota 14.2.2 II)		
Saldo inicial	234.414	-
(+) Constituição Fundo	-	332.698
(-) Constituição Passivo	(112.958)	(101.699)
(+) Atualização	13.700	3.415
Saldo final	135.156	234.414

Além dessas, são partes relacionadas os empréstimos e financiamentos, de acordo com a Nota 8.10.

III - Membros ocupantes de funções estratégicas:

A Centrus possui dez conselheiros, sendo seis deliberativos (incluindo o presidente) e quatro fiscais (incluindo o presidente), quatro diretores (incluindo o presidente) e dez gerentes, incluídos a Secretária-Executiva e o Consultor Jurídico.

O quadro a seguir demonstra os principais custos com remunerações e outros benefícios atribuídos a esses membros que, no âmbito da Centrus, têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da entidade:

Em R\$ mil

	2017	2016
Benefícios de curto prazo		
Conselheiros	1.464	1.453
Demais membros ocupantes de funções estratégicas	10.958	10.167
Benefícios decorrentes do término da relação de trabalho	251	273

Os benefícios de curto prazo pagos incluem pró-labores, salários, encargos sociais, participação nos resultados, assistência médico-hospitalar e odontológica e auxílio-alimentação.

19 - Eventos Subsequentes

Não ocorreram eventos subsequentes que pudessem gerar efeitos sobre essas demonstrações contábeis.



Altamir Lopes

Diretor-Presidente



Tassiana Lacort

Contador (CRC-DF - 014693/O-3)

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos

Administradores, Conselheiros, Participantes, Assistidos e Patrocinadores da
CENTRUS - Fundação Banco Central de Previdência Privada
Brasília - DF

Examinamos as demonstrações contábeis da CENTRUS - Fundação Banco Central de Previdência Privada (“CENTRUS”, “Fundação” ou “Entidade”), que compreendem o balanço patrimonial consolidado (representado pelo somatório de todos os planos de benefício administrados pela CENTRUS, aqui denominados de consolidado por definição da Resolução CNPC nº8) em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações consolidadas das mutações do patrimônio social e do plano de gestão administrativa, e as demonstrações individuais por plano de benefícios, que compreendem a demonstração do ativo líquido, da mutação do ativo líquido e das provisões técnicas do plano, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da CENTRUS - Fundação Banco Central de Previdência Privada e individual por plano de benefício em 31 de dezembro de 2017, e o desempenho consolidado e por plano de benefício de suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPIC).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Entidade de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a

entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- ◆ Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- ◆ Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade;
- ◆ Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;



- ◆ Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional;
- ◆ Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Brasília-DF, 20 de fevereiro de 2018.



BDO RCS Auditores Independentes SS

CRC 2 SP 013846/O-1 – S – DF



Alfredo Ferreira Marques Filho

Contador CRC 1 SP 154954/O-3 – S – DF

PARECER ATUARIAL

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Atendendo às disposições das Leis Complementares nºs 108 e 109, ambas de 29 de maio de 2001, e da Resolução MPS/CGPC nº 18, de 28 de março de 2006, e suas alterações posteriores, a Mercer GAMA apresenta o Parecer Técnico-Atuarial do **Plano Básico de Benefícios – PBB**, administrado e executado pela Fundação Banco Central de Previdência Privada – Centrus, patrocinado pelo Banco Central do Brasil, em face da Avaliação Atuarial anual do exercício de 2017, a qual teve como objetivo o dimensionamento das Provisões Matemáticas e dos Fundos Previdenciais do Plano.

O PBB oferece benefícios previdenciários de aposentadorias, pensões e auxílios, assemelhados aos do Regime Geral de Previdência Social, estruturados na modalidade de Benefício Definido (BD), em que o nível do benefício a ser concedido quando da implementação de todas as condições previstas em Regulamento, é conhecido a priori, na forma definida pela Resolução MPS/CGPC nº 16, de 22 de novembro de 2005.

O Plano está registrado na Superintendência Nacional de Previdência Complementar - Previc sob o Cadastro Nacional de Planos de Benefícios – CNPB nº 1980.0004-92, observado que a Avaliação Atuarial anual de 2017 contempla o Regulamento vigente na data da referida Avaliação Atuarial do Plano, sendo a última alteração regulamentar aprovada por meio da Portaria Previc/Ditec nº 5, de 6 de janeiro de 2015, publicada no Diário Oficial da União de 7 de janeiro de 2015.

Procedemos à Avaliação Atuarial anual do exercício de 2017 na Data-Base de 31 de dezembro de 2017, sendo esta também a Data da Avaliação, contemplando o Regulamento e a Nota Técnica Atuarial do Plano vigentes, assim como os dados cadastrais e financeiros individuais dos Assistidos, levantados e informados pela Fundação, bem como nas informações contábeis e patrimoniais, considerando a data de 31 de dezembro de 2017, observada, ainda, a existência de um único Grupo de Custeio no Plano, sendo este denominado PBB exclusivamente para fins deste Parecer, o qual contempla a totalidade dos Assistidos do Plano de Benefícios.

Todas as informações relativas à Avaliação Atuarial objeto deste Parecer encontram-se no Relatório Mercer GAMA 62 – RE 46/18, o qual contempla os resultados da Avaliação Atuarial do PBB, posicionada em 31 de dezembro de 2017.

Cabe ressaltar que o PBB encontra-se em extinção, possuindo, atualmente, apenas Assistidos. Essa situação decorre da instituição do Regime Jurídico Único – RJU dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, implementado pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, bem como da promulgação da Lei nº 9.650, de 27 de maio de 1998, que dispõe sobre o Plano de Carreira dos servidores do Banco Central do Brasil e dá outras providências.

Registre-se, também, que o Plano está em processo de utilização de *superavit*, decorrente da destinação ocorrida no exercício de 2016, oriunda da permanência de recursos em Reserva Especial constituída em 31 de dezembro de 2012 e mantida estável no triênio compreendido pelos anos de 2013 a 2015. Esse processo teve aprovação conferida pela Previc por meio da Portaria Previc/Ditec nº 518, de 4 de novembro de 2016.

Adicionalmente, e em face da Centrus não ter informado nenhum outro fato relevante, em conformidade com a correspondência Mercer GAMA 62 – CT 250/17, de solicitação de dados e informações para a Avaliação Atuarial anual do exercício de 2017, consideramos, no seu processamento, a inexistência de qualquer fato que venha a comprometer a solvência e o equilíbrio financeiro e atuarial do Plano de Benefícios, conforme estabelece o artigo 80 do Decreto nº 4.942, de 30 de dezembro de 2003, dada a responsabilidade técnico-atuarial da Mercer GAMA em relação ao Plano administrado pela Fundação.

2. RESULTADOS ATUARIAIS

2.1. EM RELAÇÃO AO GRUPO DE CUSTEIO

2.1.1 EVOLUÇÃO DOS CUSTOS

O PBB não possui custos, em face de que as Provisões Matemáticas para o suporte dos pagamentos dos benefícios concedidos encontravam-se plenamente integralizadas, na data da Avaliação Atuarial anual posicionada em 31 de dezembro de 2017.

2.1.2 VARIAÇÃO DAS PROVISÕES MATEMÁTICAS

As Provisões Matemáticas do PBB foram avaliadas em R\$3.381.289.598,14, sendo que a integralidade desse valor refere-se à Provisão Matemática de Benefícios Concedidos - PMBC.

O Plano só possui Assistidos e, portanto, não há registro de Provisão Matemática de Benefícios a Conceder - PMBaC.

O PBB não possui, em 31 de dezembro de 2017, Provisões Matemáticas a Constituir – PMaC.

Comparativamente à Avaliação Atuarial de encerramento de exercício de 2016, a variação nominal das Provisões Matemáticas do Plano foi negativa em 2,73%, tendo sido registrado o montante de R\$3.476.139.837,70 em 31 de dezembro de 2016. O decréscimo deve-se à involução natural da Provisão Matemática de Benefícios Concedidos, que foi superior à elevação dos valores dos benefícios pagos pelo Plano. Maiores detalhes podem ser encontrados no Relatório de Avaliação Atuarial Mercer GAMA 62 – RE 46/18.

2.1.3 PRINCIPAIS RISCOS ATUARIAIS

O Risco Atuarial surge especialmente pela inadequação de hipóteses e premissas atuariais, as quais trazem volatilidade aos Planos de Benefícios, sendo que, para o PBB, caracterizam-se, basicamente, como Demográficas, Biométricas e Econômico-financeiras, observado que as hipóteses, os regimes financeiros e os métodos de financiamento utilizados no Plano estão em conformidade com os princípios atuariais geralmente aceitos, assim como em consonância com os normativos que regem a matéria, tendo em vista o longo prazo previsto para a integralização das obrigações previdenciais.

Salienta-se que as hipóteses atuariais utilizadas para fins de Avaliação Atuarial anual de 2017 do Plano foram indicadas pela Entidade, conforme Comunicado Centrus nº 2017/7, de 27 de outubro de 2017, sendo que a Fundação estava subsidiada pelos estudos de aderência das hipóteses e premissas atuariais executados por esta Consultoria, cujos resultados foram formalizados por meio do Relatório Mercer GAMA 62 - RE 139/17, observando, assim, no que nos pertine, os ditames da Resolução MPS/CGPC nº 18/2006 e alterações.

2.1.4 SOLUÇÕES PARA INSUFICIÊNCIA DE COBERTURA

Tendo em vista que o Plano não apresentou insuficiência de cobertura na Avaliação Atuarial de 2017, este item não é aplicável ao presente Parecer.

2.2 EM RELAÇÃO AO PLANO DE BENEFÍCIOS

2.2.1 QUALIDADE DA BASE CADASTRAL

A base cadastral encaminhada pela Centrus foi submetida a testes de consistência e, após ratificações e retificações da Fundação, em relação às possíveis inconsistências verificadas, os dados foram considerados suficientes e exatos para fins da Avaliação.

Cumpre-nos esclarecer, que a análise efetuada pela Mercer GAMA, na base cadastral utilizada para a Avaliação Atuarial, objetiva, única e exclusivamente, a identificação e correção de eventuais distorções na base de dados, não se inferindo dessa análise a garantia de que todas as distorções foram detectadas e sanadas, permanecendo, em qualquer hipótese, com a Fundação a responsabilidade plena por eventuais imprecisões existentes na base cadastral.

2.2.2 REGRAS DE CONSTITUIÇÃO E REVERSÃO DOS FUNDOS PREVIDENCIAIS

No que diz respeito aos Fundos Previdenciais, o valor de R\$270.079.409,97, posicionado em 31 de dezembro de 2017, subdivide-se em: i) Fundo Previdencial de Revisão de Plano – Destinação de *Superavit* 2012 - Assistidos, que montava a R\$135.155.959,08 e tem como finalidade a cobertura de reversão de valores aos Assistidos, originária da utilização da Reserva Especial referente ao exercício de 2012; e ii) Fundo Previdencial de Revisão de Plano – Destinação de *Superavit* 2012 - Patrocinador, que montava a R\$134.923.450,89 e tem como finalidade abrigar, em nome do Patrocinador, a parte da Reserva Especial referente ao exercício de 2012.

2.2.3 VARIAÇÃO DO RESULTADO

Na confrontação do Passivo Atuarial, dado pelas Provisões Matemáticas, no montante total de R\$3.381.289.598,14, com o Patrimônio de Cobertura do Plano, em 31 de dezembro de 2017, no montante de R\$5.178.999.563,61, verifica-se que o Plano apresentou *superavit* técnico-atuarial, de R\$1.797.709.965,47, em 31 de dezembro de 2017.

O *superavit* do Plano passou de R\$1.623.143.952,53, em 31 de dezembro de 2016, para R\$1.797.709.965,47, em 31 de dezembro de 2017, representando uma variação positiva de 10,75%, ou R\$174.566.012,94. Esta variação deveu-se, em especial, à superação da meta atuarial do Plano.

A rentabilidade do Plano foi de 9,88% no exercício de 2017, enquanto a meta atuarial do Plano foi de 7,58% (IPCA de 2,95% mais taxa de juros de 4,50%), representando um ganho atuarial equivalente a 2,14%.

Em atendimento à Resolução MPS/CNPC nº 16, de 19 de novembro de 2014, que alterou a Resolução MPS/CGPC nº 26, de 29 de setembro de 2008, apurou-se Equilíbrio Técnico Ajustado. Observados os critérios previstos na Instrução PREVIC nº 19/2015, o ajuste de precificação apurado pela Centrus montava R\$318.819.747,74 positivo, em 31 de dezembro de 2017, que resultou em um Equilíbrio Técnico Ajustado superavitário de R\$2.116.529.713,21. Cumpre esclarecer que, para fins de destinação e utilização de Reserva Especial para Revisão de Plano, conforme previsto na legislação vigente, não deverá ser observado o ajuste de precificação positivo.

2.2.3 NATUREZA DO RESULTADO

Na Avaliação Atuarial de 2017, observa-se que o Plano apresentou *superavit*, o qual foi resultante de causas conjunturais, sendo oriundo, sobretudo, da superação da meta atuarial do Plano em exercícios pretéritos. Tendo em vista que não é possível assegurar que esse fato tem caráter perene, atribui-se natureza conjuntural ao resultado.

Da totalidade do *superavit* apurado em 31 de dezembro de 2017, o montante de R\$607.617.740,79 foi alocado em Reserva de Contingência, e R\$1.190.092.224,68 em Reserva Especial para Revisão do Plano, em conformidade com a Resolução MPS/CGPC nº 26, de 29 de setembro de 2008 e alterações.

Cumpre ressaltar que o limite máximo da Reserva de Contingência foi apurado observando as regras contidas na Resolução MTPS/CNPC nº 22, de 25 de novembro de 2015, e considerou como base de cálculo a Duração do Passivo do PBB, posicionada em 31 de dezembro de 2017, de valor 7,97 anos, ficando o limite em 17,97% das Provisões Matemáticas.

2.2.5 SOLUÇÕES PARA EQUACIONAMENTO DO DEFICIT

Tendo em vista que o Plano não apresentou insuficiência de cobertura na Avaliação Atuarial de 2017, este item não é aplicável ao presente Parecer.

2.2.6 ADEQUAÇÕES DOS MÉTODOS DE FINANCIAMENTO

Considerando que as Provisões Matemáticas para o suporte dos pagamentos dos benefícios concedidos pelo Plano encontram-se plenamente integralizadas, o PBB não possui custos. Adota-se para o financiamento dos benefícios assegurados pelo Plano, para fins meramente referenciais e históricos, o regime de Capitalização conjugado com o método Agregado.

Os métodos utilizados estão aderentes à legislação vigente, conforme item 5 do Anexo à Resolução MPS/CGPC nº 18/2006 e alterações.

2.2.7 OUTROS FATOS RELEVANTES

- 1) O PBB encontra-se em extinção, possuindo, atualmente, apenas Assistidos. Essa situação decorre da instituição do Regime Jurídico Único – RJU dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, implementado pela Lei nº 8.112/1990, bem como da promulgação da Lei nº 9.650/1998, que dispõe sobre o Plano de Carreira dos servidores do Banco Central do Brasil e dá outras providências;
- 2) Dentre os ativos de investimentos, conforme informado pela Centrus, parcela desses estava contabilizada pela curva do papel e mantida até o vencimento, sendo que, para tal, a Fundação deverá apresentar estudo acerca da possibilidade de sua manutenção com base em Fluxo Atuarial, conforme exigência da Resolução MPAS/CGPC nº 4, de 30 de janeiro de 2002, e suas alterações posteriores;
- 3) De acordo com o Balancete Contábil de dezembro de 2017, a totalidade do Patrimônio de Cobertura do Plano encontra-se integralizado;
- 4) Os Fundos do Plano montavam a quantia de R\$613.816.683,76, sendo R\$270.079.409,97 referentes a Fundos Previdenciais, R\$309.405.165,93 referentes a Fundos Administrativos e R\$34.332.107,86 referentes a Fundos dos Investimentos;
- 5) Dentre as hipóteses atuariais adotadas na Avaliação Atuarial deste exercício de 2017, comparativamente às adotadas para o exercício de 2016, procedeu-se à seguinte alteração: Fator de Capacidade: 0,9804 em substituição a 0,9788.
- 6) De acordo com o artigo 23 do Regulamento do PBB, o custeio administrativo do Plano será realizado com recursos existentes em Fundo Administrativo e, se necessário, com resultado dos investimentos, observadas as condições estabelecidas na regulamentação pertinente. Portanto, não há custeio específico para essa finalidade;
- 7) Segundo os critérios adotados pela Centrus em processos pretéritos de destinação e utilização de *superavit*, e recentemente corroborado por meio do Ofício nº 2675/2017/Previc de 13 de novembro 2017, a Reserva Especial constituída no PBB no exercício de 2014 e mantida no triênio de 2015 a 2017 deverá ser objeto de destinação obrigatória durante o exercício de 2018.

3 PLANO DE CUSTEIO

Para o PBB, considerando todas as hipóteses e parâmetros técnicos adotados, observando os benefícios concedidos, o Regulamento em vigor na data da Avaliação Atuarial anual e ante a inexistência de custos para o Plano, o Plano de Custeio não prevê quaisquer contribuições para o exercício de 2018.

4 CONCLUSÃO

Conclui-se, ante o exposto, que a situação econômico-atuarial do Plano Básico de Benefícios - PBB, em 31 de dezembro de 2017, é superavitária em R\$1.797.709.965,47, observada através do confronto entre as Provisões Matemáticas e o Patrimônio de Cobertura do Plano, sendo que desse montante, R\$607.617.740,79 foi alocado em Reserva de Contingência e R\$1.190.092.224,68 em Reserva Especial para Revisão do Plano.

Segundo os critérios adotados pela Centrus em processos pretéritos de destinação e utilização de *superavit*, e recentemente corroborado por meio do Ofício nº 2675/2017/Previc de 13 de novembro 2017, a Reserva Especial constituída no PBB no exercício de 2014 e mantida no triênio de 2015 a 2017 deverá ser objeto de destinação obrigatória durante o exercício de 2018.

PARECER ATUARIAL

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Atendendo às disposições da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e da Resolução MPS/CGPC nº 18, de 28 de março de 2006 (e suas alterações), a Mercer GAMA apresenta o Parecer Técnico-Atuarial do **Plano de Benefício Definido Centrus – PBDC**, administrado, executado e patrocinado pela Fundação Banco Central de Previdência Privada - Centrus, em face da Avaliação Atuarial anual do exercício de 2017, a qual teve como objetivo o dimensionamento das Provisões Matemáticas e dos Fundos Previdenciais, bem como apuração do custo dos benefícios assegurados pelo Plano e, em decorrência, a fixação do respectivo Plano de Custeio.

O PBDC oferece benefícios previdenciários de aposentadorias, pensões e auxílios, assemelhados aos do Regime Geral de Previdência Social, estruturados na modalidade de Benefício Definido (BD), em que o nível do benefício, a ser concedido quando da implementação de todas as condições previstas em Regulamento, é conhecido a priori, na forma definida pela Resolução MPS/CGPC nº 16, de 22 de novembro de 2005.

O Plano está registrado na Superintendência Nacional de Previdência Complementar - Previc sob o Cadastro Nacional de Planos de Benefícios – CNPB nº 2011.0008-74, observado que a Avaliação Atuarial anual de 2017 contempla o Regulamento vigente na data da referida Avaliação Atuarial do Plano, sendo a última alteração regulamentar aprovada por meio da Portaria Previc nº 250, de 21 de março de 2017, publicada no Diário Oficial da União de 3 de abril de 2017.

Procedemos à Avaliação Atuarial anual do exercício de 2017 na Data-Base de 31 de dezembro de 2017, sendo esta também a Data da Avaliação, contemplando o Regulamento e a Nota Técnica Atuarial do Plano vigentes, assim como os dados cadastrais e financeiros individuais dos Participantes e Assistidos, levantados e informados pela Fundação, vinculados à Patrocinadora do Plano, bem como nas informações contábeis e patrimoniais, considerando a data de 31 de dezembro de 2017, observada, ainda, a existência de um único Grupo de Custeio no Plano, sendo este denominado PBDC exclusivamente para fins deste Parecer, o qual contempla a totalidade dos Participantes e Assistidos do Plano de Benefícios.

Todas as informações relativas à Avaliação Atuarial objeto deste Parecer encontram-se no Relatório Mercer GAMA 62 – RE 44/18, o qual contempla os resultados da Avaliação Atuarial do PBDC, posicionada em 31 de dezembro de 2017.

Cabe ressaltar que o PBDC existe, de forma independente, desde 1º de maio de 2011. Por ser originário de cisão parcial do Plano Básico de Benefícios - PBB, o PBDC tem seu passado integrado àquele Plano e tudo que a esse se aplica, no que diz respeito à utilização de indicadores econômico-financeiros e de premissas e hipóteses atuariais para mensuração dos compromissos previdenciais, bem como à evolução dos resultados superavitários, também alcança aquele, guardadas as proporções relativas a cada Plano, até a data definida no processo de cisão.

Cabe destacar que após aprovação das alterações regulamentares, ocorrida em abril de 2017, iniciou-se o processo de distribuição do *superavit* alocado no Fundo Previdencial de Participantes e Assistidos e o Fundo Previdencial de Patrocinador.

Adicionalmente, e em face de a Centrus não ter informado nenhum outro fato relevante, em conformidade com a correspondência MERCER GAMA 62 – CT 250/17, de solicitação de dados e informações para a Avaliação Atuarial anual do exercício de 2017, consideramos, no seu processamento, a inexistência de qualquer fato que venha a comprometer a solvência e o equilíbrio financeiro e atuarial do Plano de Benefícios, conforme estabelece o artigo 80 do Decreto nº 4.942, de 30 de dezembro de 2003, dada a responsabilidade técnico-atuarial da Mercer GAMA, em relação ao Plano administrado pela Fundação.

2 RESULTADOS ATUARIAIS

2.1 EM RELAÇÃO AO GRUPO DE CUSTEIO

2.1.1 EVOLUÇÃO DOS CUSTOS

Todos os benefícios do PBDC estão estruturados na modalidade de Benefício Definido. Os benefícios programados e não programados estão estruturados no regime de Capitalização, pelo método Agregado, exceto Benefício de Auxílio-Reclusão, estruturado em regime de Repartição de Capital de Cobertura.

Tendo em vista que o método atuarial adotado em relação aos benefícios estruturados em regime de Capitalização é o Agregado, com Plano de Custeio definido em Regulamento, o Custo do Plano é estabelecido de acordo com o Plano de Custeio. Com isso, considerando que o nível de contribuição é fixado em alíquotas crescentes, de acordo com o salário de participação, houve uma redução do custo total do Plano, dado pela soma das contribuições de participantes e da patrocinadora destinados à cobertura dos benefícios de 14,1755% em 2016 para 9,2302% da folha de salários de participação, correspondendo a uma redução de 4,9453 pontos percentuais em 2017, motivado, especialmente pela alteração regulamentar que entrou em vigor em abril/2017, sendo que naquela ocasião o custo total do Plano foi de 9,3108%.

O Relatório de Avaliação Atuarial Mercer GAMA 62 – RE 44/18 apresenta, de forma detalhada, os custos do Plano, comparativamente à alíquota apurada na Avaliação Atuarial de 2016.

2.1.2 VARIAÇÃO DAS PROVISÕES MATEMÁTICAS

As Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos – PMBC, fixadas com base nas informações individuais dos Assistidos do PBDC, existentes em 31 de dezembro de 2017, e disponibilizadas pela Centrus, foram determinadas atuarialmente e montavam a R\$60.082.356,98, na data de 31 de dezembro de 2017, sendo R\$59.337.275,36 referentes aos benefícios programados, e R\$745.081,62 referentes aos benefícios não programados, ambos estruturados na modalidade de Benefício Definido (BD).

Já as Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder – PMBaC foram avaliadas atuarialmente em função das informações individuais dos Participantes do Plano, pelo método prospectivo, e montavam a R\$147.733.449,37, na data de 31 de dezembro de 2017, sendo R\$140.172.060,26 referentes aos benefícios programados e R\$7.561.389,11 referente aos benefícios não programados, exceto o Benefício de Auxílio-Reclusão do Plano, para o qual não há constituição de Provisão Matemática de Benefícios a Conceder, devido ao regime financeiro adotado.

Em 31 de dezembro de 2017, as Provisões Matemáticas a Constituir – PMaC, montavam a R\$1.959.112,66, que se referem às parcelas de joia a integralizar de Participantes que formalizaram sua adesão ao PBDC no período compreendido entre 7 de dezembro de 2011 e 2 de abril de 2017.

Comparativamente à Avaliação Atuarial de encerramento de exercício de 2016, conforme documento Mercer GAMA 62 – RE 74/17, a variação nominal das Provisões Matemáticas do Plano foi positiva em 5,25%, tendo sido registrado o montante de R\$195.594.787,18 em 31 de dezembro de 2016 e de R\$205.856.693,69 em 31 de dezembro de 2017. Maiores detalhes sobre os resultados comparados podem ser encontrados no Relatório de Avaliação Atuarial Mercer GAMA 62 – RE 44/18.

Referido acréscimo das Provisões Matemáticas deve-se, em especial, à alteração regulamentar promovida em abril de 2017, especialmente a alteração da paridade contributiva entre participantes e patrocinadora, e as mudanças nos critérios de elegibilidade e de concessão de benefícios, as quais impactaram as provisões matemáticas de benefícios a conceder com a elevação dos benefícios programados, uma vez que parte dos participantes pode adquirir a aposentadoria antes do previsto na regra anterior. Além disso, contribuiu para o aumento das provisões matemáticas a atualização monetária dos salários e benefícios que superaram a involução natural da provisão matemática, fatores que ocasionaram uma elevação das reservas matemáticas, impacto este amenizado pela redução da hipótese de crescimento salarial.

2.1.3 PRINCIPAIS RISCOS ATUARIAIS

O Risco Atuarial surge especialmente pela inadequação de hipóteses e premissas atuariais, as quais trazem volatilidade aos Planos de Benefícios, sendo que para o PBDC, caracterizam-se, basicamente, como Demográficas, Biométricas e Econômico-financeiras, observado que as hipóteses, os regimes financeiros e os métodos de financiamento utilizados no Plano estão em conformidade com os princípios atuariais geralmente aceitos, assim como em consonância com os normativos que regem a matéria, tendo em vista o longo prazo previsto para a integralização das obrigações previdenciais.

Salienta-se que as hipóteses atuariais utilizadas para fins de Avaliação Atuarial anual de 2017 do Plano foram indicadas pela Entidade, conforme Comunicado Centrus – 2017/7, de 27 de outubro de 2017, sendo que a Fundação estava subsidiada pelos estudos de aderência das hipóteses e premissas atuariais executados por esta Consultoria, cujos resultados foram formalizados por meio do Relatório Mercer GAMA 62 - RE 139/17, observando, assim, no que nos pertine, os ditames da Resolução MPS/CGPC nº 18/2006 e alterações.

2.1.4 SOLUÇÕES PARA INSUFICIÊNCIA DE COBERTURA

Tendo em vista que o Plano não apresentou insuficiência de cobertura na Avaliação Atuarial de 2017, este item não é aplicável ao presente Parecer.

2.2 EM RELAÇÃO AO PLANO DE BENEFÍCIOS

2.2.1 QUALIDADE DA BASE CADASTRAL

A base cadastral encaminhada pela Centrus foi submetida a testes de consistência e, após ratificações e retificações da Fundação, em relação às possíveis inconsistências verificadas, os dados foram considerados suficientes e exatos para fins da Avaliação.

Cumpre-nos esclarecer, que a análise efetuada pela Mercer GAMA, na base cadastral utilizada para a Avaliação Atuarial, objetiva, única e exclusivamente, a identificação e correção de eventuais distorções na base de dados, não se inferindo dessa análise a garantia de que todas as distorções foram detectadas e sanadas, permanecendo, em qualquer hipótese, com a Fundação a responsabilidade plena por eventuais imprecisões existentes na base cadastral.

2.2.2 REGRAS DE CONSTITUIÇÃO E REVERSÃO DOS FUNDOS PREVIDENCIAIS

Na Avaliação Atuarial de 2017, o Plano PBDC possui:

- i)** Fundo Previdencial de Contribuições Pessoais – 2009, que montava a R\$4.408.855,81 e é constituído pelas parcelas conferidas aos Participantes que se encontravam inscritos no Plano em 31 de dezembro de 2012, para dar cobertura às contribuições pessoais;
- ii)** Destinação de *Superavit* 2012 – Patrocinador, que montava a R\$846.107,22 e é formado pelas parcelas conferidas à Patrocinadora, para dar cobertura ao processo de utilização do *superavit*;
- iii)** Destinação de *Superavit* 2012 – Participantes e Assistidos, que montava a R\$791.029,66 e é formado pelas parcelas conferidas aos Participantes e Assistidos que se encontravam inscritos no Plano em 31/12/2015, para dar cobertura ao processo de utilização do *superavit*;
- iv)** Fundo Previdencial de Utilização Patronal, que montava R\$58.685.439,98 e é formado pela utilização da distribuição do *superavit* alocado no fundo Previdencial de Patrocinador, com objetivo de dar cobertura às contribuições devidas ao Plano, compensar variações nas Provisões Matemáticas resultante de alterações nos cenários de bases técnicas, para auxiliar no custeio previdencial, para acertos de contas resultante de retirada de patrocínio, ou para ser utilizado de outras formas previstas na legislação em vigor; e
- v)** Fundo Previdencial de Utilização Individual, que montava R\$13.784.377,94 e é formado pela utilização da distribuição do *superavit* alocado no fundo Previdencial de Participantes e Assistidos, com objetivo de dar cobertura às contribuições devidas ao Plano e para pagamento de benefícios temporários.

2.2.3 VARIAÇÃO DO RESULTADO

Na confrontação do Passivo Atuarial, dado pelas Provisões Matemáticas, no montante total de R\$205.856.693,69, com o Patrimônio de Cobertura do Plano, em 31 de dezembro de 2017, no montante de R\$341.536.542,28, verifica-se que o Plano apresentou *superavit* técnico-atuarial, de R\$135.679.848,59, em 31 de dezembro de 2017.

O *superavit* do Plano aumentou de R\$108.756.155,52, em 31 de dezembro de 2016, para R\$135.679.848,59, em 31 de dezembro de 2017, representando um aumento de 24,76%, ou R\$26.923.693,07. Esta variação deveu-se, em especial, à superação da meta atuarial do Plano.

A rentabilidade do Plano foi de 11,08% no exercício de 2017, enquanto a meta atuarial do Plano foi de 7,58% (IPCA de 2,95% mais taxa de juros de 4,50%), representando um ganho atuarial equivalente a 3,25%.

Em atendimento à Resolução MPS/CNPC nº 16, de 19 de novembro de 2014, que alterou a Resolução MPS/CGPC nº 26, de 29 de setembro de 2008, apurou-se Equilíbrio Técnico Ajustado. Observados os critérios previstos na Instrução Previc nº 19/2015, o ajuste de precificação apurado pela Centrus montava R\$43.605.946,05 positivo, em 31 de dezembro de 2017, que resultou em um Equilíbrio Técnico Ajustado superavitário de R\$179.285.795,64. Cumpre esclarecer que, para fins de destinação e utilização de Reserva Especial para Revisão de Plano, conforme previsto na legislação vigente, não deverá ser observado o ajuste de precificação positivo.

2.2.4 NATUREZA DO RESULTADO

Na Avaliação Atuarial de 2017, observa-se que o Plano apresentou *superavit*, o qual foi resultante de causas conjunturais, sendo oriundo, sobretudo, da superação da meta atuarial do Plano em exercícios pretéritos. Tendo em vista que não é possível assegurar que esse fato tem caráter perene, atribui-se natureza conjuntural ao resultado.

Da totalidade do *superavit* apurado em 31 de dezembro de 2017, o montante de R\$51.464.173,42 foi alocado em Reserva de Contingência e R\$84.215.675,17 em Reserva Especial para Revisão do Plano, em conformidade com a Resolução MPS/CGPC nº 26, de 29 de setembro de 2008 e alterações.

Cumpre ressaltar que o limite máximo da Reserva de Contingência foi apurado observando as regras contidas na Resolução MTPS/CNPC nº 22, de 25, de novembro de 2015 e considerou como base de cálculo a Duração do Passivo do PBDC, posicionada em 31 de dezembro de 2017, de valor 17,44 anos, assim, o limite da Reserva de Contingência é de 25% das Provisões Matemáticas.

2.2.5 SOLUÇÕES PARA EQUACIONAMENTO DO DEFICIT

Tendo em vista que o Plano não apresentou insuficiência de cobertura na Avaliação Atuarial de 2017, este item não é aplicável ao presente Parecer.

2.2.6 ADEQUAÇÕES DOS MÉTODOS DE FINANCIAMENTO

Adota-se, para o financiamento dos benefícios assegurados pelo Plano, o regime de Capitalização conjugado com o método Agregado, exceto quanto ao Benefício de Auxílio-Reclusão, para o qual se adota o regime de Repartição de Capitais de Cobertura, sendo esse benefício avaliado pelo método de Teoria do Risco Coletivo.

Os métodos utilizados estão aderentes à legislação vigente, conforme item 5 do Anexo à Resolução MPS/CGPC nº 18/2006 e alterações.

2.2.7 OUTROS FATOS RELEVANTES

- 1) O PBDC é oriundo de cisão parcial do Plano Básico de Benefícios – PBB e existe, de forma independente, desde 1º de maio de 2011. Entretanto, suas demonstrações contábeis foram retroagidas, considerando que o histórico do PBDC encontra-se integrado ao PBB e tudo que a esse se aplica, no que diz respeito à utilização de indicadores econômico-financeiros e de premissas e hipóteses atuariais para mensuração dos compromissos previdenciais, bem como à evolução dos resultados superavitários, também alcança aquele, guardadas as proporções relativas a cada Plano, até a data definida no processo de cisão;
- 2) Dentre os ativos de investimentos, conforme informado pela Centrus, parcela desses estava contabilizada pela curva do papel e mantida até o vencimento, sendo que, para tal, a Fundação deverá apresentar estudo acerca da possibilidade de sua manutenção com base em Fluxo Atuarial, conforme exigência da Resolução MPAS/CGPC nº 4, de 30 de janeiro de 2002, e suas alterações posteriores;
- 3) De acordo com o Balancete Contábil de 31 de dezembro de 2017, a totalidade do Patrimônio de Cobertura do Plano encontra-se integralizado;
- 4) Os Fundos do Plano montavam a quantia de R\$95.323.765,00, sendo R\$78.515.810,61 referentes a Fundos Previdenciais R\$15.937.925,69 referentes a Fundo Administrativo e R\$870.028,70 referentes a Fundos dos Investimentos;
- 5) Dentre as hipóteses atuariais adotadas na Avaliação Atuarial do exercício de 2017, comparativamente às adotadas para o exercício de 2016, procederam-se às seguintes alterações:
 - i. Crescimento Salarial de 2,16% a.a. para os Ativos em substituição a 3,29% a.a., exceto Autopatrocínados e Ativos em fim de carreira, cujo crescimento salarial foi mantido nulo; e
 - ii. Fator de Capacidade de 0,9804 em substituição a 0,9789.
- 6) Considerando os critérios adotados pela Centrus nos processos pretéritos de destinação de *superavit*, a reserva especial constituída no exercício de 2014 e mantida no triênio de 2015 a 2017, deverá ser objeto de destinação durante o exercício de 2018;
- 7) Por decisão da Centrus Voto 2017/37, no corrente exercício, o custeio administrativo será suportado com o resultado dos investimentos, e a taxa de carregamento de 15% incidente sobre as receitas de contribuições pessoal e patronal vertidas, será repassada para o PGA.

3 PLANO DE CUSTEIO

O Plano de Custeio para o exercício de 2018, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2018, em conformidade com o Regulamento do Plano, deverá ter a seguinte configuração, observada sua prévia aprovação da Fundação e Patrocinadora, antes de sua entrada em vigor:

PLANO DE CUSTEIO PARA 2018		
PARTICIPANTES		
CONTRIBUIÇÃO NORMAL		
PARTICIPANTES*	Faixa Salarial	Alíquota (% SRP)
	SP ≤ 1/2 x Teto INSS	3,00%
	1/2 x Teto INSS < SP ≤ 1 Teto INSS	5,00%
	SP > Teto INSS	6,00%
PARTICIPANTES EM BPD	0,00%	
PARTICIPANTES AUTOPATROCINADOS*	Idêntica a dos participantes, adicionada daquela em nome da Patrocinadora.	
PATROCINADORA		
CONTRIBUIÇÃO NORMAL		
PATROCINADORA*	Equivalente a Contribuição Normal do Participante	
ASSISTIDOS		
CONTRIBUIÇÃO NORMAL		
APOSENTADOS	0,00%	
PENSIONISTAS	0,00%	
PLANO DE CUSTEIO ADMINISTRATIVO**		
Em conformidade com a definição da Entidade acerca dos Custos Administrativos dos Planos Previdenciais, em observância ao seu Plano de Gestão Administrativa – PGA, o custo intencionado para o PBDC é definido conforme a seguir:		
a) Taxa de Carregamento aplicável sobre as Contribuições Normais, tanto de responsabilidade dos Participantes, quanto de responsabilidade da Patrocinadora.	Máximo de 15,00%	
b) Taxa de administração mensal sobre o valor de referência atualizado do Participante em BPD.	0,083%	
c) Taxa de Administração sobre os Recursos Garantidores do Plano.	0,00%	

* Os Fundos Previdenciais de 2009 e 2012 irão custear as contribuições normais enquanto houver saldo.

** As fontes de recursos definidas pela Fundação são: a) prioritariamente, 15% das contribuições dos participantes e da patrocinadora; b) complementarmente, do resultado dos investimentos do Plano, limitado ao total das despesas administrativas previstas para 2018, deduzido o valor de custeio sobre as contribuições dos participantes e da patrocinadora, em até 1% de seus recursos garantidores; e c) residualmente, dos recursos existentes no fundo administrativo e de seus investimentos.

4 CONCLUSÃO

Conclui-se, ante o exposto, que a situação econômico-atuária do Plano de Benefício Definido Centrus - PBDC, em 31 de dezembro de 2017, é superavitária em R\$135.679.848,59 observada através do confronto entre as Provisões Matemáticas e o Patrimônio de Cobertura do Plano, sendo que desse montante, R\$51.464.173,42 foi alocado em Reserva de Contingência e R\$84.215.675,17 em Reserva Especial para Revisão do Plano.

Segundo os critérios adotados pela Centrus em processos pretéritos de destinação e utilização de *superavit*, e recentemente corroborado por meio do Ofício nº 2675/2017/Previc de 13 de novembro 2017, a Reserva Especial constituída no PBDC no exercício de 2014 e mantida no triênio de 2015 a 2017 deverá ser objeto de destinação obrigatória durante o exercício de 2018.

PARECER ATUARIAL

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Atendendo às disposições da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e da Resolução MPS/CGPC nº 18, de 28 de março de 2006, a Mercer GAMA apresenta o Parecer Técnico-Atuarial do **Plano de Contribuição Definida – PCD**, administrado e executado pela Fundação Banco Central de Previdência Privada – Centrus, patrocinado pelo Banco Central do Brasil e pela própria Fundação, em face da Avaliação Atuarial anual do exercício de 2017, a qual teve como objetivo o dimensionamento das Provisões Matemáticas e dos Fundos Previdenciais do Plano.

O PCD foi instituído na forma dos artigos 14, §§ 2º, 3º, inciso IV, e 8º da Lei nº 9.650, de 27 de maio de 1998, destinado aos servidores do Banco Central do Brasil e aos empregados da Centrus. Oferece benefícios previdenciários de aposentadorias e pensões estruturados na modalidade de Contribuição Definida (CD), caracterizando-se, portanto, nos termos da Resolução MPS/CGPC nº 16, de 22 de novembro de 2005, como um Plano de Benefícios da modalidade de Contribuição Definida (CD).

O Plano está registrado na Superintendência Nacional de Previdência Complementar - Previc sob o Cadastro Nacional de Planos de Benefícios – CNPB nº 2002.0048-38, observado que a Avaliação Atuarial anual de 2017 contempla o Regulamento vigente na data da referida Avaliação Atuarial do Plano, sendo a última alteração regulamentar aprovada por meio da Portaria Previc/Ditec nº 328, de 23 de junho de 2015, publicada no Diário Oficial da União de 24 de junho de 2015.

Procedemos à Avaliação Atuarial anual do exercício de 2017 na Data-Base de 31 de dezembro de 2017, sendo esta também a Data da Avaliação, contemplando o Regulamento e a Nota Técnica Atuarial do Plano vigentes, assim como os dados cadastrais e financeiros individuais dos Assistidos, levantados e informados pela Fundação, bem como nas informações contábeis e patrimoniais, considerando a data de 31 de dezembro de 2017, observada, ainda, a existência de um único Grupo de Custeio no Plano, sendo este denominado PCD exclusivamente para fins deste Parecer, o qual contempla a totalidade dos Participantes e Assistidos do Plano de Benefícios.

Todas as informações relativas à Avaliação Atuarial objeto deste Parecer encontram-se no Relatório Mercer GAMA 62 – RE 45/18, o qual contempla os resultados da Avaliação Atuarial do PCD, posicionada em 31 de dezembro de 2017.

O Plano, apesar de ter sido aprovado pela então Secretaria de Previdência Complementar – SPC em 18 de dezembro de 2002, através do Ofício nº 2134/SPC/CGAJ, não abrigou qualquer Participante ou Assistido, até a aprovação do Regulamento pela Portaria Previc/Ditec nº 122, de 12 de março de 2014.

Adicionalmente, e em face de a Centrus não ter informado nenhum outro fato relevante, em conformidade com a correspondência Mercer GAMA 62 – CT 250/17, de solicitação de dados e informações para a Avaliação Atuarial anual do exercício de 2017, consideramos, no seu

processamento, a inexistência de qualquer fato que venha a comprometer a solvência e o equilíbrio financeiro e atuarial do Plano de Benefícios, conforme estabelece o artigo 80 do Decreto nº 4.942, de 30 de dezembro de 2003, dada a responsabilidade técnico-atuarial da Mercer GAMA, em relação ao Plano administrado pela Fundação.

2 RESULTADOS ATUARIAIS

2.1 EM RELAÇÃO AO GRUPO DE CUSTEIO

2.1.1 EVOLUÇÃO DOS CUSTOS

Pelo fato de ter todos os seus benefícios estruturados na modalidade de Contribuição Definida, o Plano não possui custo calculado atuarialmente.

O custo médio do Plano, apurado de acordo com a contribuição média efetuada pelos Participantes, somada à respectiva contrapartida patronal, em 31 de dezembro de 2017, foi de 4,31%, sendo esse percentual referente ao custeio dos benefícios previdenciais assegurados pelo Plano. Comparativamente ao exercício anterior, houve um aumento de 0,19 ponto percentual no custo do Plano, o qual, em 2016, registrou a alíquota de 4,12%, conforme Relatório de Avaliação Atuarial Mercer GAMA 62 – RE 75/17 posicionado em 31 de dezembro de 2016.

2.1.2 VARIAÇÃO DAS PROVISÕES MATEMÁTICAS

As Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos – PMBC, fixadas com base nas informações individuais dos Assistidos do PCD, existentes em 31 de dezembro de 2017, e disponibilizadas pela Centrus, montavam a R\$110.576.989,90, sendo que a integralidade desse valor refere-se a Saldo de Conta de Assistidos.

Já as Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder – PMBaC montavam a R\$56.162.650,49, na data de 31 de dezembro de 2017, sendo R\$55.852.361,31 referentes ao Saldo de Contas da parcela dos Participantes e R\$310.289,18 referentes ao Saldo de Contas da parcela da Patrocinadora.

O PCD não possuía, em 31 de dezembro de 2017, Provisões Matemáticas a Constituir – PMaC.

Comparativamente à Avaliação Atuarial de encerramento de exercício de 2016, a variação nominal das Provisões Matemáticas do Plano foi de 7,23%, tendo sido registrado o montante de R\$166.739.640,39 em 31 de dezembro de 2017 e de R\$155.496.396,58 em 31 de dezembro de 2016. O crescimento deve-se ao fato do total de contribuições somado à receita obtida com a rentabilidade incidente sobre o patrimônio do Plano ter superado as despesas com pagamento de benefícios e institutos no exercício. Maiores detalhes podem ser encontrados no Relatório de Avaliação Atuarial Mercer GAMA 62 – RE 45/18

2.1.3 PRINCIPAIS RISCOS ATUARIAIS

Haja vista que todos os benefícios oferecidos pelo Plano encontram-se estruturados na modalidade de Contribuição Definida, estando estes constantemente ajustados ao saldo de conta mantido em favor do Participante ou Assistido, o PCD não apresenta riscos atuariais, sendo este item não aplicável ao presente Parecer.

Salienta-se que, devido à estrutura do Plano, não houve hipóteses atuariais utilizadas para fins da Avaliação Atuarial de 2017 do PCD. As hipóteses atuariais são utilizadas no PCD exclusivamente para cálculo da Renda por Prazo Indeterminado, atuarialmente calculada, e a Renda Certa Linear, conforme previsto em Nota Técnica Atuarial.

2.1.4 SOLUÇÕES PARA INSUFICIÊNCIA DE COBERTURA

Tendo em vista que o Plano não apresentou insuficiência de cobertura na Avaliação Atuarial de 2017, este item não é aplicável ao presente Parecer.

2.2 EM RELAÇÃO AO PLANO DE BENEFÍCIOS

2.2.1 QUALIDADE DA BASE CADASTRAL

A base cadastral encaminhada pela Centrus foi considerada suficiente e exata para fins da Avaliação.

Cumpramos esclarecer, que a análise efetuada pela Mercer GAMA, na base cadastral utilizada para a Avaliação Atuarial, objetiva, única e exclusivamente, a identificação e correção de eventuais distorções na base de dados, não se inferindo dessa análise a garantia de que todas as distorções foram detectadas e sanadas, permanecendo, em qualquer hipótese, com a Fundação a responsabilidade plena por eventuais imprecisões existentes na base cadastral.

2.2.2 REGRAS DE CONSTITUIÇÃO E REVERSÃO DOS FUNDOS PREVIDENCIAIS

Em 31 de dezembro de 2017, o PCD possuía o seguinte Fundo Previdencial:

- i) Fundo de Sobra de Resgate (FUNRE), que montava R\$31.270,91 e consiste em saldos remanescentes da Copat, depois de abatida a parcela atribuída ao participante desligado do PCD, a ser utilizado para os fins definidos pelo Conselho Deliberativo.

2.2.3 VARIAÇÃO DO RESULTADO

Haja vista que todos os benefícios oferecidos pelo Plano encontram-se estruturados na modalidade de Contribuição Definida, estando esses constantemente ajustados ao saldo de conta mantido em favor do Participante ou Assistido, o PCD tende a se manter em situação de equilíbrio atuarial, o que ocorreu na Avaliação Atuarial de 2017.

2.2.4 NATUREZA DO RESULTADO

Na Avaliação Atuarial de 2017, o PCD não apresentou *deficit* ou *superavit*, mantendo-se em equilíbrio atuarial.

2.2.5 SOLUÇÕES PARA EQUACIONAMENTO DO DEFICIT

Tendo em vista que o Plano não apresentou insuficiência de cobertura na Avaliação Atuarial de 2017, este item não é aplicável ao presente Parecer.

2.2.6 ADEQUAÇÕES DOS MÉTODOS DE FINANCIAMENTO

Adota-se, para o financiamento de todos os benefícios do PCD, o método de Capitalização Financeira, haja vista tratar-se de Plano em que todos os benefícios estão estruturados na modalidade de Contribuição Definida. Trata-se, portanto, do único método de financiamento aplicável aos benefícios do PCD, de forma que o referido método é adequado e deve continuar sendo adotado para o financiamento dos benefícios do Plano, à luz da legislação previdenciária vigente.

2.2.7 OUTROS FATOS RELEVANTES

- 1) Devido à estrutura do Plano, não houve hipóteses atuariais utilizadas para fins da Avaliação Atuarial de 2017 do PCD. As hipóteses aprovadas pela Centrus para adoção exclusiva na concessão de benefícios nas formas de recebimento de Renda por Prazo Indeterminado, atuarialmente calculada, e a Renda Certa Linear, conforme condições previstas no regulamento do PCD, são:
 - i. Taxa de juros: 4,50% ao ano (anterior 4,50% ao ano);
 - ii. Índice do plano: IPCA;
 - iii. Tábua de mortalidade geral: AT - 2000 D10% M&F (corresponde às tábuas 886 e 887 do banco de dados da Society of Actuaries – SOA, desagradada em 10%);
 - iv. Tábua de mortalidade de inválidos: GAM - 71 M&F.
- 2) Dentre os ativos de investimentos, conforme informado pela Centrus, parcela desses estava contabilizada pela curva do papel e mantida até o vencimento, sendo que, para tal, a Fundação deverá apresentar estudo acerca da possibilidade de sua manutenção com base em Fluxo Atuarial, conforme exigência da Resolução MPAS/CGPC nº 4, de 30 de janeiro de 2002, e suas alterações posteriores;
- 3) Para fins da Avaliação Atuarial posicionada em 31 de dezembro de 2017, os valores de Patrimônio, Ativos de Investimentos, Fundo Administrativo e Exigíveis do Plano foram os informados pela Fundação, conforme consta do Balancete Contábil do Plano do mês de dezembro de 2017;
- 4) De acordo com o Balancete Contábil de 31 de dezembro de 2017, a totalidade do Patrimônio de Cobertura do Plano encontra-se integralizada;
- 5) Os Fundos do Plano montavam a quantia de R\$1.765.997,08, sendo R\$31.270,91 referentes a Fundos Previdenciais, R\$1.734.420,01 referentes a Fundos Administrativos e R\$306,16 referentes a Fundos de Investimentos.

3 PLANO DE CUSTEIO

O Plano de Custeio para o exercício de 2018, com início definido para 1º de janeiro de 2018, em conformidade com o Regulamento do Plano, está fixado, em linhas gerais, conforme segue:

PLANO DE CUSTEIO PARA 2018		
PARTICIPANTES		
CONTRIBUIÇÃO NORMAL		
PARTICIPANTES	Contribuição Normal – Percentual livremente escolhido pelos Participantes, respeitando o limite mínimo de 3%, em intervalos de 0,5%, aplicados sobre o salário de participação do Participante. Parte da contribuição normal pode ser comprometida com a contratação de seguro destinado à cobertura adicional de risco, observado o limite máximo definido anualmente pelo Conselho Deliberativo.	
	Contribuição Voluntária de Participante – De valor mínimo equivalente a duas UBR (Unidade Básica de Referência).	
	Contribuição Administrativa – Apurada mensalmente na forma definida pelo Plano de Custeio e incidente sobre os recursos garantidores do PCD.	
AUTOPATROCINADOS	Idêntica à dos Participantes, adicionada daquela em nome da Patrocinadora.	
PARTICIPANTES BPD	Contribuições voluntárias facultativas.	
PATROCINADORAS		
CONTRIBUIÇÃO NORMAL		
PATROCINADORAS	BACEN	Contribuição Normal – Não há contribuição.
	CENTRUS	Contribuição Normal – Até 12% do salário de participação, de valor correspondente à contribuição pessoal e valor equivalente ao destinado pelo Participante segurado para a cobertura adicional de risco.
ASSISTIDOS		
ASSISTIDOS	Contribuições voluntárias facultativas.	
CUSTEIO ADMINISTRATIVO		
a) Taxa de Carregamento	0,00%	
b) Taxa de Administração	1% a.a.	

4 CONCLUSÃO

Conclui-se, ante o exposto, que a situação econômico-atuarial do Plano de Contribuição Definida - PCD, em 31 de dezembro de 2017, é de equilíbrio atuarial.

Brasília, 5 de fevereiro de 2018.



MARIANA ABIGAIR DE SOUZA SABINO

Atuária MIBA 2.567 - MTPS/RJ | SUPERVISORA ATUARIAL



FREDERICO SCHULZ DINIZ VIEIRA

Atuário MIBA 2.017 - MTPS/RJ | CONSULTOR SÊNIOR ATUARIAL

Parecer do Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal da Fundação Banco Central de Previdência Privada - Centrus, consoante o disposto no artigo 41 do Estatuto, examinou as Demonstrações Contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, compostas por:

- I - Balanço Patrimonial Consolidado;
- II - Demonstração da Mutação do Patrimônio Social - DMPS (Consolidada);
- III - Demonstrac o da Mutação do Ativo Líquido - DMAL do PBB, do PBDC e do PCD;
- IV - Demonstrac o do Ativo Líquido - DAL do PBB, do PBDC e do PCD;
- V - Demonstrac o das Provisões Técnicas - DPT do PBB, do PBDC e do PCD;
- VI - Demonstrac o do Plano de Gestão Administrativa - DPGA;
- VII - Notas Explicativas  s Demonstrações Contábeis;
- VIII - Parecer Atuarial do PBB, do PBDC e do PCD; e
- IX - Parecer dos Auditores Independentes.

Com base nas análises realizadas no decorrer do exercício e nos documentos acima mencionados, o Conselho entende que as demonstrações contábeis da Centrus estão de acordo com as normas legais e refletem, adequadamente, em seus aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira.

Brasília, 26 de fevereiro de 2018.



Rodrigo Monteiro

Presidente



Ant nio Torquato dos Santos

Membro



Jaildo Lima de Oliveira

Membro



Harold Paquete Espínola Filho

Membro

Aprovação das Contas pelo Conselho Deliberativo

Secre-2018/3

Assunto: Extrato da Ata da 562ª Reunião Ordinária do Conselho Deliberativo de 28.2.2018.

Na forma do disposto no inciso VI do art. 20 do Regimento Interno da Centrus, comunico a V. Sas. que o Conselho Deliberativo aprovou as seguintes matérias, na 562ª reunião, de caráter ordinário, realizada em 28.2.2018:

Votos Centrus-2018/8, de 20.2.2018, e Conse-2018/1, de 28.2.2018 – Balanço Patrimonial da Centrus – Relatório anual dos atos e das contas da Diretoria-Executiva – Exercício de 2017; e

Voto Conse-2018/2, de 28.2.2018 – Administração de recursos humanos – Metas estratégicas para o exercício de 2018.

Deliberação:

O Conselho Deliberativo aprovou as contas relativas ao exercício findo em 31.12.2017 da Fundação Banco Central de Previdência Privada - Centrus, de acordo com o Voto Conse-2018/2, de 28.2.2018.

Brasília, 28 de fevereiro de 2018.



Nilvanete Ferreira da Costa

Secretária-Executiva



 www.centrus.org.br

Fundação Banco Central de Previdência Privada
SCN Quadra 2 - Bloco A
Ed. Corporate Financial Center - 8º andar
CEP 70712 900 - Brasília (DF)

 0800 704 0494